

PREFEITO  
**MINORU**  
**KINPARA**  
VICECELESTINO



**45**

PRA CUIDAR DE RIO BRANCO. PRA CUIDAR DA GENTE.

**PLANO DE GOVERNO**

2021-2024

# APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que apresentamos o nosso Plano de Governo para a Gestão 2021-2024. A proposta é fruto de muitas discussões e diálogos com todos os segmentos da sociedade rio-branquense, como comerciantes, produtores rurais, empresários, trabalhadores liberais, servidores públicos, estudantes, idosos, enfim, muitos que acreditam que é possível uma Rio Branco melhor.

Sabemos que os desafios que nos aguardam no pós-pandemia são enormes. O momento exige um gestor comprometido, com propostas e que saiba dialogar com todos os segmentos sociais. A Covid-19 escancarou todos os problemas sociais da cidade de Rio Branco, principalmente, os relacionados à saúde pública, à economia e à geração de emprego e renda.

A população de Rio Branco sofre há quase duas décadas, sem mudanças concretas no cotidiano da cidade. As obras estruturais não são efetivas, o asfalto é apenas um paliativo, não há saneamento básico e as calçadas estão destruídas. O direito fundamental de ir e vir é desrespeitado diariamente.

A Rio Branco que queremos não pode ser fundamentada em “achismos” e em “experimentações”. Os recursos públicos precisam ser alocados de forma responsável para que os benefícios possam chegar a quem mais precisa.

Todas as propostas apresentadas em nosso Plano de Governo estão articuladas em torno do conceito de Administração Gerencial. Acreditamos que Rio Branco precisa chegar ao século 21, por isso confiamos em uma gestão aberta, transparente, colaborativa e técnica.

A nossa coligação “Unidos por uma Rio Branco melhor”, formada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSBD), pelo Partido Social Liberal (PSL) e pelo Cidadania têm muito claro que mudanças efetivas só são alcançadas com o compartilhamento de uma visão estratégica. Por isso, é muito claro que todas as propostas presentes em nosso Plano de Governo se configuram como propostas exequíveis para a Rio Branco que queremos.

Com o apoio da população de Rio Branco e com a parceria do meu vice-prefeito, acredito que temos plenas condições de fazer uma gestão histórica em nossa capital.

**Unidos pela Rio Branco que queremos!**

Rio Branco, Setembro de 2020

*Minoru Kinpara  
Celestino Bento*

# SUMÁRIO

7 GESTÃO PÚBLICA E INOVAÇÃO

27 INFRAESTRUTURA, LIMPEZA E MOBILIDADE URBANA

57 ECONOMIA

79 EDUCAÇÃO

105 CULTURA

119 ESPORTE E LAZER

133 SAÚDE

155 PRODUÇÃO RURAL

171 GESTÃO URBANA E MEIO AMBIENTE

187 SEGURANÇA

199 PROMOÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

**Agradecemos** a todos os amigos, instituições, especialistas, estudantes, profissionais liberais, educadores e à população em geral que nos ajudou a construir uma proposta de futuro para a melhoria da qualidade de vida da nossa população. Os cidadãos de Rio Branco são e sempre serão os protagonistas de seu destino.



coligação

**UNIDOS**  
POR UMA  
**RIO BRANCO**  
MELHOR!





# 1

**GESTÃO**

**PÚBLICA**

**E INOVAÇÃO**

“

*Com boa gestão é possível melhorar a vida das pessoas!*

---

A **EVOLUÇÃO** dos conceitos de Administração Pública não foi vivenciada por algumas gestões municipais. Por um lado, não ocorreu a ruptura total com as práticas da administração patrimonialista em que é visível a dificuldade de separação entre o público e o privado, a presença de clientelismo, paternalismo e nepotismo.

Em outra vertente, a adoção do modelo de administração burocrática trouxe aparentemente alguns benefícios como o uso de controles procedimentais e dos atos administrativos e uma complexa estrutura de formalismo, mas não foi capaz de atender às crescentes demandas sociais de uma gestão pública de qualidade, moderna e eficiente, direcionada, essencialmente, aos cidadãos.

Em Rio Branco é claro e notório a **NÃO ADOÇÃO** dos conceitos modernos de administração pública gerencial cujo foco são os resultados a serem obtidos, com o cumprimento de metas e o emprego eficaz do dinheiro público, havendo, por consequência, melhoria da qualidade dos serviços prestados pela prefeitura. Dessa forma, é possível assinalar um retrocesso das estruturas de gestão vivenciado nos últimos anos na capital do Acre.

A Lei Complementar nº 29, de 11 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual do município para o Quadriênio 2018-2021 é o único documento de planejamento de médio prazo da atual gestão, até mesmo por ser uma exigência constitucional.

A administração municipal não dispõe (ou pelo menos não trouxe ao conhecimento da população) de um processo de planejamento estratégico que apresente a visão, missão e os principais valores da gestão consolidados em um mapa estratégico ou pelo menos a divulgação de um portfólio de ações anuais (projetos) com indicação das metas físicas e financeiras de execução.

O próprio PPA 2018-2021 citado acima define em seu artigo 9º que “O Poder Executivo manterá atualizado, na Internet, o conjunto de informações necessárias ao acompanhamento da gestão do Plano”.

Todavia, em claro descumprimento à legislação em vigor, não existe nos sites oficiais da PMRB nenhuma citação ao andamento das ações do Plano de Governo da atual gestão com o mínimo de informações sobre as metas executadas, projetos concluídos ou recursos investidos. Aliás, as secretarias municipais não possuem sites ou informações próprias do andamento e execução dos seus projetos finalísticos.

O que se vê nos meios de comunicação oficiais da PMRB é uma série de notícias aleatórias, isoladas, sem um panorama de organização, que apresente as estratégias, o caminho ou as iniciativas de excelência voltadas para as pessoas. A falta de organização e divulgação reflete a ausência de tais estratégias.

Em se tratando da organização administrativa da prefeitura, como reflexo da falta de um macroplanejamento, são deficitárias as estruturas organizacionais para gerir as políticas públicas de empreendedorismo, desenvolvimento econômico, turismo, economia criativa dentre outros aspectos fundamentais e necessários à matriz econômica e de gestão.

Por outro lado, a estrutura adotada atualmente é pouco funcional e não consegue responder às crescentes necessidades de gestão que se apresentam. Há estruturas superdimensionadas com número demasiado de cargos em comissão em desproporção com as competências e ao volume de recursos que administram. Em outros casos, ocorre o subdimensionamento com secretarias com um representativo volume de recursos, mas sem estruturação de cargos de forma adequada.

# Propostas

---

A gestão **MINORU KINPARA** será marcada pela aplicação irrestrita do conceito de Administração Gerencial implementando uma gestão pública de qualidade, moderna e eficiente, direcionada, essencialmente, aos cidadãos.

Teremos uma gestão **ABERTA** (transparente, colaborativa) com diálogo contínuo com a população. A relação do poder público com o cidadão será marcada pela proximidade, parceria comunitária e respeito mútuo. O gestor municipal não pode virar as costas para as demandas da população.

Não faremos uma gestão baseada em “achismo” mas **TÉCNICA**, baseada em conhecimento, experiências exitosas, evidências, sem aspectos ideológicos ou com apegos à permanência em práticas administrativas e gerenciais que não deram certo.

As rotinas gerenciais orientarão a execução de todos projetos da prefeitura. Inovação, criatividade e dinamismo serão as marcas conceituais e deverão ser executadas dentro do atendimento irrestrito aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A premissa fundamental será fazer mais, com qualidade, com menos recursos e no menor tempo. Todas as políticas públicas serão orientadas no sentido de garantir a equidade no acesso e a efetividade da execução serviços. Isso será obtido através do planejamento estratégico das ações, autonomia gerencial, transparência, foco no cidadão, responsabilidade fiscal, utilização de indicadores de desempenho e avaliação dos resultados.

A experiência em gestão, o conhecimento técnico-acadêmico e a sensibilidade social/política de Minoru Kinpara consolidam as condições necessárias para implementação desse modelo complexo e inovador, mas que apresentará grandes resultados para a população rio-branquense.

Para o sucesso dessas iniciativas é necessário a assimilação dos princípios norteadores da gestão por resultados em toda as áreas da administração pública municipal. Temos que romper com estruturas antigas que não se comunicam com outras áreas, “feudos” de setores que são administrados isoladamente e a ausência de sistemas de aferição de resultados.

O modelo proposto, pressupõe a utilização de estruturas matriciais integradas, planejamento constante e interativo, acordo de resultados setoriais, bonificação adicional dos servidores por cumprimento de metas, gestão sistêmica e colaborativa.

Nosso modelo de Gestão por Resultados é uma plataforma de governança que busca destacar os três principais atributos para a nova gestão gerencial: dinâmica, abrangência e multidimensionalidade.

Sob esse pressuposto é oportuno que o sistema de gestão seja dinâmico e capaz de contemplar a organização como um todo para rever e consolidar os seus objetivos e suas estratégias, observando o alinhamento e a interconexão dos seus componentes, ou seja, a consistência entre os seus objetivos, planos, processos, ações e as respectivas mensurações.

Esse modelo inovador de gestão pressupõe o uso intensivo e massivo de modernas tecnologias de informação e comunicação. Muitas delas disponíveis sem custo e acessíveis à gestão municipal.

É necessário a migração real, efetiva e programada para um governo cada vez mais digital, a modernização do serviço público é uma realidade. Essa transformação não é um diferencial, mas uma condição de adaptação e sobrevivência. Quando entre-

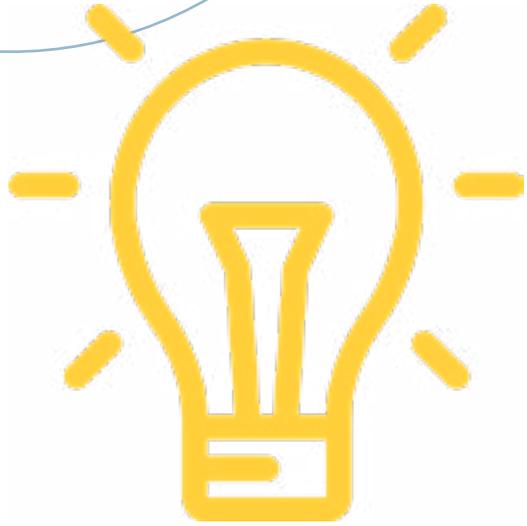
gamos um serviço digital, que antes era presencial e carregado de burocracia, com toda uma estrutura de custos fixos e variáveis para sua realização, não apenas reduzimos despesas, mas tornamos a vida do cidadão mais fácil e produtiva. Porque gastar tempo em filas em repartições públicas, se aquele serviço pode estar acessível ao cidadão na tela do computador ou do celular.

Com uma base de projetos planejada, integrada e exemplificada em serviços e ações disponíveis digitalmente, temos condições de monitorarmos melhor a oferta desses serviços e suas melhorias, tornando mais direta e transparente a relação com a população.

Pelo que apresentamos não se trata apenas de um **“CHOQUE DE GESTÃO”** pelo rompimento com o modus operandi atual, mas uma construção coletiva e participativa tendo os servidores como protagonistas, visando tornar a prefeitura de Rio Branco referência nacional na adoção das práticas da nova administração pública gerencial.

A eficiência da administração pública, a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços públicos prestados, tendo o cidadão como único beneficiário, será o objetivo fundamental da Gestão Minoru Kinpara e a essência das atividades desempenhadas por sua equipe.

A seguir serão apresentadas as principais formulações e propostas concebidas para implantação do modelo gerencial para a PMRB.



# Propostas

**MODELO  
DE GESTÃO**

-  Construção de uma nova estrutura organizacional muito mais sistêmica, integrada e funcional.
-  Adoção da ferramenta de Acordo de Resultados a ser assinado entre o prefeito e os secretários setoriais com detalhamento dos projetos, recursos e metas que a secretaria se compromete a atingir anualmente. Essa será a base de avaliação de desempenho da secretaria como um todo. Todos os servidores das secretarias que colaborarem para execução dos projetos de forma eficiente e eficaz receberão valorização de produtividade.
-  Modernização da estrutura funcional de Coordenação de Projetos no âmbito da Gestão municipal:
  -  Formulação da matriz gerencial de gestão, dividida em projetos estruturadores e projetos complementares, com formatação de uma base inovadora de indicadores de eficiência (relação tempo/custo), eficácia (execução das metas físicas) e efetividade (impacto das ações na sociedade)
  -  Implantação do Escritório de Projetos, responsável por acompanhar a execução do plano de governo. Nesse núcleo serão centralizados o monitoramento das metas e geração de informações em tempo real.
  -  A plataforma priorizará a inserção de servidores efetivos garantindo a consolidação de políticas públicas perenes e contínuas.

- ▶ Criação do cargo de Gerente de Projetos a ser preenchido por concurso público;
  - ▶ Normatização de gratificação de gestão, destinada aos servidores efetivos que desempenham funções de gestores de projetos.
  - ▶ Utilização de ferramentas tecnológicas para gestão de projetos e transparência em tempo real para consulta à sociedade.
-  Estruturação de uma política efetiva de valorização de recursos humanos e desenvolvimento institucional, incluindo:
- ▶ Diálogo contínuo e sistematizado com as entidades sindicais, priorizando o entendimento, a sensibilidade e a sinceridade na relação com as diversas categorias de servidores municipais.
  - ▶ Valorizar as carreiras estatutárias e os funcionários concursados promovendo estudos e ações que visem a criação, atualização e modernização dos Planos de Cargos e Carreiras;
  - ▶ Implantar um sistema de progressão de carreiras e bonificações com foco na avaliação de desempenho e resultados alcançados;
  - ▶ Discussão com os servidores municipais para recomposição e atualização dos pisos salariais das diversas categorias.
  - ▶ Criar a Escola Virtual de Formação do Servidor, com oferta de cursos de aperfeiçoamento funcional, além

## Propostas

da disponibilidade de pelo menos, 4 (quatro) cursos de especialização lato sensu no período de 2021-2024;

- ▶ Implantar o Programa de Formação Inicial e Continuada de Professores do município de Rio Branco (EAD e presencial), oferecendo aos professores condições para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes em consonância com os novos rumos que estão sendo propostos para a educação.
- ▶ Parceria com universidades para disponibilização de cursos de **MESTRADO** e **DOUTORADO** para os servidores municipais, mediante processo seletivo interno entre os servidores efetivos.
- ▶ Implantar o Programa de Formação Inicial e Continuada de Professores do município de Rio Branco, oferecendo condições para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades em consonância com os novos rumos que estão sendo propostos para a educação.
- ▶ Priorização da realização de concursos públicos para preenchimentos de vagas nas áreas de saúde, segurança pública, produção rural (assistência técnica), educação, Finanças/tributos e Assistência Social., dentre outras áreas.
- ▶ Fortalecer o sistema previdenciário do município, assegurando solidez e viabilidade financeira para garantir o pagamento dos benefícios futuros. Além disso garantir que todas as pautas previdenciárias sejam discutidas em sua totalidade com os servidores municipais.

-  Atualizar o modelo de gestão municipal para o viés de “**GESTÃO INTELIGENTE**” com sistemas de apoio tecnológico às decisões de políticas públicas, como por exemplo: análise de eficiência com monitoramento das vias públicas para a melhoria do trânsito e da segurança; previsão de catástrofes naturais; identificação antecipada de demandas na saúde, educação, infraestrutura, acessibilidade, dentre outras áreas.
-  Elaborar para um horizonte de médio e longo prazo, um **PLANO DE DESENVOLVIMENTO** para Rio Branco, levando em conta aspectos econômicos, sociais, culturais, históricos, ambientais e de gestão.
-  Ampliar a participação popular nos processos de elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento, ouvidoria e acompanhamento da gestão, avançando em mecanismos de participação digital.
-  Praticar a ética, transparência e combate à corrupção em todas as estruturas da administração municipal por meio da valorização dos instrumentos de controle interno, auditorias estratégicas e relação direta, institucional e sistêmica com os organismos de controle externo.
-  Ampliar a cooperação entre os municípios do entorno da capital. Essa cooperação pode ser vista para as áreas de comercialização da produção, gestão urbana, compras governamentais, dentre outras. Estímulos à formação de consórcios intermunicipais para soluções conjuntas de questões de interesse e abrangência comuns.
-  Redefinir o papel e a lógica de funcionamento dos Cen-

tros de Atendimento ao Consumidor – CAC, deixando de ser estruturas com foco apenas na emissão de Notas Fiscais de Serviços Autônomos para se tornar **CENTRAIS DE REFERÊNCIA EM ATENDIMENTO PÚBLICO**, levando o portfólio de serviços públicos municipais agrupados em um mesmo local.

-  Racionalização das despesas administrativas com telefonia fixa e móvel e deslocamento para reuniões presenciais entre servidores através da utilização e priorização de tecnologias de comunicação e informação existentes baseadas na internet.
-  Implementação em áreas específicas distribuídas nas diversas secretarias municipais das estratégias de Teletrabalho e Home Office mediante a adoção de dispositivos e normativos de regulamentação.
-  Aprimorar as estratégias de diálogo com as organizações comitárias, por meio da implantação de uma estrutura de diálogo específica, representativa e participativa.
-  Redução das despesas com aluguel, manutenção de veículos e combustível. A prefeitura buscará a viabilidade legal para contratação de empresas de aplicativos de transporte (Uber, 99, Cabify, Florestcar, dentre outros) ou cooperativas de TAXI e de MOTOTAXISTA (esses últimos para entrega de correspondências) como alternativa para o transporte em demandas relacionadas à gestão municipal. Esse contrato será inovador com impacto direto no aumento da empregabilidade de profissionais autônomos e redução nos custos transacionais da gestão. Ressalta-se que o Tribunal de Con-



tas da União recentemente se posicionou sobre a legalidade da contratação de tal modelo pela administração pública.





# **TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL**

## Propostas

-  Criação do aplicativo **RIO BRANCO DIGITAL**, que reunirá, de forma rápida e simples, os principais serviços da prefeitura, permitindo ao cidadão marcar consultas, solicitar vagas em escolas, consultar as linhas e horários de ônibus, acessar os serviços disponíveis no portal da PMRB, realizar consultas ao Portal da Transparência, dentre outros.
  -  No aplicativo, o cidadão terá a oportunidade de acessar a aba “Fale com o Prefeito” como um canal direto de comunicação entre a população e a gestão municipal. Críticas, sugestões, reclamações, observações podem ser apresentadas de forma acessível e direta.
-  Desenvolver o gerenciamento de processos, procedimentos e documentos no âmbito da gestão, através da estratégia de Gerenciamento Eletrônico de documentos – GED. O objetivo é reduzir a burocracia envolvida em determinados processos do serviço público, tornar eletrônicos os processos administrativos com mecanismos de controle, análise de performance, contadores de prazos, indicadores para a análise da eficiência dos procedimentos.
-  Aprimoramento do Portal da Transparência municipal, com implementação de diversas medidas de facilitação de acesso e consulta para a população em geral.
-  Será disponibilizado a seção **ORÇAMENTO FÁCIL** com os gastos da prefeitura visualizados de maneira direta, em linguagem simples e acessível.
-  O Portal da Transparência deve priorizar a apresenta-

ção de informações de forma simples, claras e diretas. Disponibilização de memórias de cálculo no portal da transparência referente a estruturação dos valores lançados do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e do Impostos de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, bem como das Taxas de Limpeza e de Iluminação Pública.



Efetivação do Sistema integrado de Gestão escolar para todas as escolas do município com interface com a comunidade e equipe gestora da secretaria.

- ▶ O desafio consiste em informatizar completamente o dia a dia das escolas. Os dados pessoais e pedagógicos das ações desenvolvidas pela escola serão alimentados diretamente em uma plataforma web e estarão disponíveis para a gestão e consulta da comunidade escolar.
- ▶ Informações sobre os alunos, incluindo fichas médicas (integração com o Sistema de dados da Saúde), transporte escolar, relatórios gerenciais, controle de estoque de merenda escolar, informativos, reservas de vagas para matrículas e outras informações estarão disponíveis de forma integrada e funcional.
- ▶ Um sistema completo, operativo e disponível em versões web e portable (via aplicativos de smartphones) irá desburocratizar processos, eliminar filas e aglomerações, promover o acompanhamento do desempenho escolar em tempo real, dentre outros benefícios.
- ▶ O Sistema deve permitir uma relação integrada e comunicativa entre escola e família, reunindo as informações

## Propostas

fornecidas pelos professores, como lançamento de notas, planejamentos de ensino, ocorrências relacionadas aos alunos, entre outras.

- Os pais e alunos acessam o portal para acompanhar o rendimento, cronograma e programação do aluno e atividades escolares.

- Indicadores educacionais estruturados por regionais da cidade, escolas, alunos.

- Implementar, nas Escolas Municipais, estratégias e soluções interativas Web Pedagógicas e disponibilizá-las através de sinal WiFi aos equipamentos dos alunos.

- Elevar a qualidade e o alcance do sinal de internet das escolas municipais nos moldes do Programa do Governo Federal **ESCOLA CONECTADA** ou ainda participação na rede metropolitana de fibra óptica da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP que está presente em Rio Branco e que poderá interligar em uma mesma plataforma de dados e comunicação as escolas aos órgãos municipais.

- O sinal *wi-fi* será aberto para as comunidades ao redor das escolas, com exclusividade de acesso aos programas e plataformas de ensino na prefeitura.

- Implantar, gradativamente, o **PROGRAMA CIDADE CONECTADA** em todas as regionais do município (urbanas e rurais), disponibilizando internet gratuita inicialmente nos espaços públicos e de convivência (praças,

parques públicos, terminal urbano, terminais de integração, dentre outros espaços).

 A estratégia consiste em disponibilizar internet wi-fi grátis e de qualidade a partir das estruturas públicas existentes beneficiando toda a população no entorno desses locais.

▶ Gradativamente a estratégia ampliará a distribuição do sinal com instalação de equipamentos de transmissão, sobretudo, para alcance nas áreas urbanas mais distantes e nas regionais rurais.

 Criação de um calendário contínuo de capacitações, cursos e oficinas na área de informática para a comunidade com a utilização da estrutura das escolas municipais.

▶ Implantação/modernização de laboratórios de informática nas escolas municipais. O laboratório é uma referência de conhecimento para a comunidade do entorno.

▶ As escolas municipais de maior infraestrutura física serão equipadas com telecentros para execução de cursos e capacitações.

 Disponibilizar no **APP RIO BRANCO DIGITAL**, o Portal **NOSSA SAÚDE** como ambiente virtual para agendamento de consultas, acesso a resultados de exames (opção presente hoje no site da prefeitura), prontuários eletrônicos, relação de medicamentos disponíveis por unidade de saúde, regulação de vagas e leitos, renovação de documentos e receitas, dentre outras informações e serviços.



# 2

## **INFRAESTRUTURA, LIMPEZA E MOBILIDADE URBANA**

“

*Rio Branco merece ser bem cuidada!*

---

**RIO BRANCO É CONSIDERADA** uma cidade de médio porte com uma estimativa populacional de mais de 400 mil habitantes apresentando uma impressionante evolução demográfica nas últimas décadas. Em 2000, de acordo com o censo populacional, a cidade tinha aproximadamente 252 mil habitantes. Esse número evoluiu cerca de 60%, chegando à estimativa de 413 mil pessoas morando na capital em 2020, conforme as projeções do IBGE. A cidade possui uma das mais altas taxa de urbanização da região norte com aproximadamente 90% dos residentes na área urbana.

Todavia, esse crescimento populacional não foi acompanhado pelo desenvolvimento da infraestrutura capaz de suportar todo esse processo. Temos problemas estruturais nas vias urbanas, ausência de saneamento básico, estradas vicinais com poucas condições de trafegabilidade, elevado volume de recursos investidos em obras inacabadas e mal feitas.

Se por um lado Rio Branco ocupa apenas a 24ª posição entre as capitais em número de pessoas, temos problemas de infraestrutura que nos colocam na dianteira em vários indicadores negativos.

Em saneamento Básico, por exemplo, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2018) quase 80% da população da capital não tem coleta de esgoto e cerca de 48% não possui acesso à água potável.

Esses dados consolidados situam Rio Branco na 93ª posição no Ranking de Saneamento incluindo as 100 maiores cidades do Brasil em termos populacionais, segundo o Instituto Trata Brasil.

Como reflexo da falta de preocupação da gestão municipal com a qualidade da prestação de serviços na área

de Saneamento Básico, Rio Branco é uma das poucas capitais do Brasil que ainda não possuem o Plano Municipal de Saneamento, que por sua vez é uma exigência legal (Lei 11.445/2007 e Decreto nº 10.203, de 22 de janeiro de 2020). Para exemplificar essa postura de desinteresse, segundo o Instituto Trata Brasil, dos 22 municípios do estado do Acre, apenas 2 (dois) não possuem Plano de Saneamento aprovado, um deles é a capital Rio Branco, que responde sozinha por 47% da população.

Mesmo com a outorga para o Estado da prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto em Rio Branco, a prefeitura legalmente deveria ser protagonista na elaboração, formulação e acompanhamento das políticas de Saneamento Básico na capital (conforme aponta a Lei Federal nº 11.445/2007).

O próprio instrumento que formalizou essa relação Prefeitura e Governo Estadual, denominado Contrato Programa assinado em 15 de maio de 2012, define que compete à Prefeitura a formulação da Política Municipal de Saneamento Básico, bem como a parametrização e fiscalização, em conjunto com as agências reguladoras, como forma de garantir a eficiência e qualidade na prestação do referido serviço por parte do Governo do Estado (especificamente através do DEPASA).

Dessa forma, é oportuno assinalar que conforme o regramento legal cabe à prefeitura de Rio Branco a formulação da política de Saneamento Básico, bem como a fiscalização dos serviços prestados pelo Governo. O DEPASA deveria apenas ser o executor das estratégias. O que percebemos é a completa inversão desse fluxo, sendo que a postura completamente passiva por parte do poder público municipal, corrobora com a qualidade dos serviços de baixa qualidade que são prestados.

Para exemplificação da falta de planejamento, fiscalização e abandono que o setor passa, Rio Branco possui um Sistema de tratamento de esgoto composto por 4 (quatro) Estações

de Tratamento Convencionais - ETE (Conquista, São Francisco, Redenção e Cidade do Povo). Essas estruturas possuem uma capacidade conjunta de tratar aproximadamente 80% do esgoto produzido na capital, todavia foram construídas sem as redes de interligação para transporte do esgoto doméstico até as estações de tratamento. Não se tem uma medida efetiva de questionamento, fiscalização por parte do poder público municipal, como expressão direta do cuidado com a maioria da população que sofre com essa realidade.

Nos aspectos de Gestão e Mobilidade Urbana, a realidade de abandono e falta de planejamento segue a regra das demais áreas. Percebemos uma falta de organização e vinculação entre as poucas estratégias de melhoria da infraestrutura na capital, com os princípios norteadores oriundos dos conceitos da moderna mobilidade urbana.

Em Rio Branco a falta de uma gestão urbana planejada a longo prazo que leve em consideração o crescimento populacional, a ocupação desordenada, as características sociais e econômicas das diversas regiões, nos causa transtornos diários.

Temos um trânsito confuso e com diversos pontos de engarrafamento e com poucas alternativas de fluidez. Há grandes dificuldades para estacionamentos de veículos, sobretudo, nos centros comerciais. Na maioria das vias, sobretudo nos bairros mais periféricos, a Iluminação pública é deficiente e as ações de promoção à acessibilidade são nulas ou quase imperceptíveis.

Essa caracterização se exemplifica quando olhamos de maneira geral a situação estrutural das 10 regionais urbanas (Belo Jardim, Cadeia Velha, Calafate, Estação Experimental, Floresta, Baixada, São Francisco, Seis de Agosto, Tancredo Neves e Vila Acre), e fica notório o cenário de falta de urbanização em diversos bairros, com ruas sem pavimento, esgotos a céu aberto, falta de água potável e iluminação pública, dentre outros aspectos que demonstram a falta de cuidado com que a cidade foi administra-

da nos últimos anos.

Na zona rural o cenário consegue ser um pouco pior. Tendo como referência a divisão administrativa das Regionais Rurais em Rio Branco (1º Distrito, 2º Distrito, Riozinho do Rola, Transacreana I e Transacreana II), observamos a dificuldade que o homem do campo vivencia para escoar sua produção e exercer seu direito de ir e vir, conseguindo, assim, desfrutar de serviços de saúde, educação, lazer, saneamento básico e do comércio no centro da cidade.

Quase a totalidade dessa extensão não é pavimentada. O modus operandi é o paliativo (geralmente a cada dois anos ou mais) com pequenos serviços de terraplanagem. Não existe a preocupação da instalação de dispositivos de drenagem ou estruturas de acesso (pontes) e contenção.

O Saneamento Básico rural é praticamente inexistente na capital. Não existe nenhuma alternativa do poder público municipal para desenvolvimento de estratégias que garantam o abastecimento contínuo e em qualidade de água potável para as comunidades rurais (muitas delas no entorno de áreas urbanas) ou que forneçam qualquer alternativa de esgotamento sanitário.

Algumas comunidades rurais no entorno de Rio Branco como, por exemplo, as vilas Albert Sampaio, Dom Moacyr, Santa Cecília (essa até possui uma rede de distribuição), loteamento Aduino Frota e a Vila Manoel Marques na transacreana sofrem bastante no período do verão amazônico por não possuir nenhuma opção de abastecimento perene. A ação do poder público municipal se resume ao abastecimento eventual com carros pipas.

Quando olhamos para esse cenário, percebemos que o desafio é imenso, mas com a nossa vontade de trabalhar, com planejamento, técnica, transparência e capacidade de articulação, podemos crer em novos horizontes para a capital.

Acreditamos que é fundamental integrar o que se executa em

termos de infraestrutura com um conceito direto de mobilidade ativa, arborização, paisagismo, além da busca por um modal de transporte urbano seguro, eficiente e acessível. A cidade que queremos é estruturada, limpa, funcional e acessível.

A infraestrutura urbana não deve ser dissociada do bem-estar da população. É oportuno e será uma diretriz fundamental da nossa gestão, a orientação que as obras tenham a sensibilidade do URBANISMO INCLUSIVO, de forma que a cidade deve ser projetada com uma maior sensibilidade, com um olhar mais humano e próximo levando em consideração as situações particulares da população, acomodando diferentes experiências dentro de um mesmo espaço compartilhado.

É fato que o urbanismo e ordenamento do território são construções dirigidas às pessoas, não a entidades abstratas. É salutar e propício humanizar o planejamento urbano e a execução das obras. A cidade deve levar em conta as particularidades e peculiaridades de todos os cidadãos, sem exceção.

Cuidar da cidade é cuidar das pessoas. Esse cuidado não é imaginar que o mais importante é a execução de uma obra, mas a preocupação que os recursos investidos melhorem diretamente a nossa qualidade de vida.

Não podemos apenas “fazer para as pessoas”, porque entendemos que o cidadão quer ser ouvido e entendido. Nesse aspecto, é importante a construção coletiva para pensarmos juntos em uma cidade estruturada, funcional e que esteja planejada para os desafios de integração que vivenciamos.

Cuidar da cidade é fazer obras **PLANEJADAS e INTEGRADAS**. Não faz o menor sentido pavimentar uma rua e logo depois danificar o serviço feito anteriormente para implantar redes de esgoto, água ou drenagem. Quantos de nós, moradores de Rio Branco, presenciamos essa cena!

Um exemplo recente que retrata a falta de planejamento integrado e a ausência de visão de longo prazo por parte da gestão

municipal, foi o anúncio de um contrato de R\$ 33 milhões (fruto de um empréstimo junto a Caixa Econômica Federal) para instalar lâmpadas de LED ao longo da capital. O que chama atenção é a falta de cuidado por parte dos gestores para utilizar o Sistema de Controle e Gestão de Iluminação Pública como é feito nas cidades que adotam a iluminação em LED. O Sistema de monitoramento baseado em Telegestão e Telemetria possibilitaria uma maior eficiência (menor tempo e redução de custos) na prestação de serviços com controle de intensidade de iluminação em locais específicos, acompanhamento em tempo real de locais com necessidade de manutenção, relatórios técnicos sobre a causa dos problemas em cada ponto de iluminação.

Uma outra área fruto de grande debate popular e que a gestão municipal não consegue implantar um conjunto de medidas eficazes que possa organizar, reestruturar e modernizar é o sistema de transporte coletivo. É preciso vencer o discurso de comodismo que impera hoje com o argumento que não existe solução e que o pouco que está sendo feito é toda opção que a população tem. Por que não podemos ir além? Por que não podemos romper com certos paradigmas de atraso e oferecer um sistema mais estruturado, confortável e que pense nos que mais precisam e utilizam.

Quando fui Reitor da UFAC, em 2013, regulamentamos o PASSE LIVRE para estudantes dos *campi*. Essa ação teve um grande impacto na melhoria da qualidade de vida e no acesso aos estudantes, sobretudo, os de baixa renda. Quando olhamos para o universo de alunos da UFAC, realmente o número é bem menor do que em toda cidade, mas os recursos para financiamento das ações também são. O que vale é o conceito, a vontade de fazer mais, de fazer uma gestão inovadora rompendo com velhos paradigmas. É possível sempre fazer mais com foco em cuidar das pessoas.

As leis municipais nº 1.964, de 26 de março de 2013 e 2.224,

de 22 de fevereiro de 2017 autorizam o Poder Executivo a subsidiar até 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem de ônibus dos estudantes. Com muita responsabilidade fiscal, com apoio e controle social e em parceria com o poder legislativo é possível a adequação desses dispositivos para que de forma gradativa, possamos chegar até 2024 no PASSE LIVRE para os estudantes da capital.

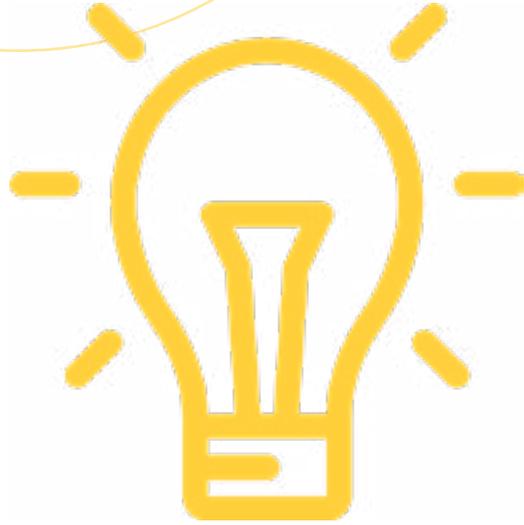
O grande diferencial é PLANEJAR corretamente. Em tempos de escassez de recursos, temos que buscar sempre a eficiência em nossas ações, fazer mais, com o menor custo e no menor tempo possível.

A prefeitura deve enxergar os bairros mais afastados do centro da cidade. Chegou o momento de levar infraestrutura para quem mais precisa. Nosso compromisso é atuar de forma planejada e integrada, ouvindo a população, definindo em conjunto as prioridades.

Não seremos uma gestão com algumas grandes obras que no fim apresentam pouco impacto social e apenas visam a promoção dos gestores. Faremos centenas de pequenas obras, distribuídas ao longo de toda a cidade, com foco naqueles que mais precisam e na organização e mobilidade da cidade que queremos: saudável, estruturada, limpa, organizada e participativa.

É possível pensar a Rio Branco que queremos, a cidade do futuro, mas com medidas efetivas que devem ser planejadas e tomadas no presente. A preocupação com as gerações futuras e o ambiente de convivência, será o princípio norteador para a Gestão do professor Minoru Kinpara.

Assim, acreditamos piamente e assumimos o compromisso de fazer uma gestão pensando em uma cidade com infraestrutura adequada, com uma mobilidade urbana que funcione e que seja agradável, bonita e interessante.



Propostas

**INFRAESTRUTURA**

## Propostas

- 
 Consolidação do Programa de Obras Públicas com ações de infraestrutura em todas as regionais (urbanas e rurais) da cidade. O Programa se destina a:
  - 
 Criação de um cronograma de planejamento e execução para os próximos quatro anos para que a sociedade civil e o setor empresarial atuem de forma organizada e estruturada.
  - 
 Valorização das empresas locais com geração de emprego e renda na cidade, aquecimento do setor de construção civil, serviços e dinamismo da economia local.
  
- 
**PROGRAMA DE RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS** utilizando material asfáltico (Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ) com estrutura e insumos de qualidade. Chega dos tradicionais “tapa buracos” que todos os anos precisam ser refeitos.
  - 
 Priorização das vias estruturantes que são corredores de transporte coletivo ou acesso a equipamentos públicos (unidades de saúde, escolas, dentre outros).
  
- 
 Formular um novo **PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS**.
  - 
 Serão utilizados prioritariamente Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ e tijolos maciços (para vias secundárias e de menor fluxo de veículos). A experiência das últimas décadas demonstrou que o solo acreano e as condições de execução não se adequam à utilização de pavimentação com o chamado “asfalto

frio” que se refere tecnicamente aos Tratamentos Superficiais Simples, Duplo ou Triplo (TSS, TSD e TST).

- ▶ Tendo em vista, as características do solo da capital para execução de obras de terraplanagem, é necessário que as novas obras estruturantes ou a recuperação das existentes utilizem materiais de alta resistência (pedra rachão, solo laterítico, misturas com agregados graúdos etc.) nas principais vias e corredores de veículos do município;
- ▶ Executar, prioritariamente, obras integradas que levem os serviços de saneamento básico, junto às ações de pavimentação.
- ▶ No contexto de limitação de recursos agravado pela crise econômica e as perspectivas para a economia brasileira, não faz sentido apresentar propostas irreais à população com promessas de pavimentação de todas as ruas da cidade. As prioridades de pavimentação em cada regional, em cada bairro serão discutidas com a comunidade local.
- ▶ O que se pretende é trabalhar de forma efetiva durante os quatro anos de gestão aproveitando os períodos de inverno para planejamento e processos e retomando os trabalhos no início de cada verão. Não faz sentido é uma gestão de quatro anos, executar obras apenas no último ano de mandato.

💡 Acompanhar e fiscalizar a distribuição e o abastecimento de água em todas as regiões da cidade.

- ▶ A população da capital sofre diariamente com a falta de água potável. Interrupção do fornecimento, regiões inteiri-

## Propostas

ras sem acesso, má qualidade na prestação dos serviços, são alguns dos problemas vivenciados. Mesmo com esse cenário caótico, a prefeitura de Rio Branco não desenvolve nenhuma ação de fiscalização e controle sobre a prestação dos serviços por parte do DEPASA, mesmo devendo fazer por força contratual.

▶ No âmbito do Contrato Programa assinado entre a Prefeitura e o Governo Estadual em 2012, que TERCEIRIZOU a prestação de serviços de captação, tratamento e distribuição de água na capital ao DEPASA, cabe a prefeitura a fiscalização da qualidade na prestação do supracitado serviço.

▶ A cláusula Décima Primeira, por exemplo, do referido instrumento contratual, preconiza que é um direito do município “Exigir que o DEPASA refaça obras e serviços defeituosos ou imperfeitos..”. Não se tem notícia de nenhuma obra de Saneamento que a prefeitura exigiu que o DEPASA refizesse.

 **PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RAMAIS** que visa propiciar condições adequadas ao tráfego e acesso às propriedades rurais, inclusive, para garantia da adequada prestação de serviços públicos e o satisfatório escoamento da produção. Esse programa é central na criação de condições para o desenvolvimento e fortalecimento da produção agrícola, dessa forma alguns aspectos adicionais devem ser observados:

▶ Pavimentação definitiva de alguns ramais que possuem características centrais (equipamentos públicos coleti-

vos, densidade populacional, volume de produção);

- ▶ Manutenção, conservação e estruturação anual das estradas vicinais com foco em ações de terraplanagem, drenagem e garantia de acesso.
- ▶ Além das técnicas de reparações anuais é imprescindível que tecnicamente haja a recuperação de todo o sistema de drenagem, isto é, do abaulamento transversal da pista de rolamento, das canaletas laterais localizadas longitudinalmente ao traçado, das sangras - as quais devem ser encontradas em número satisfatório por todo o traçado - e, até aplicação de proteção vegetal, com sua devida manutenção, em locais com propensão à erosão. A falta de um destes dispositivos pode comprometer toda a cadeia de drenagem.
- ▶ Proceder à abertura de bacias e/ou de outras formas de captação das águas pluviais que percorrem as estradas, visando impedir o represamento, a erosão e o assoreamento das estradas vicinais.

💡 Promover em parceria com o governo estadual o **CADASTRO TÉCNICO** da infraestrutura de Rio Branco.

- ▶ Resolver a carência dos órgãos estaduais e municipais do cadastro técnico, georreferenciado com detalhamento dos dispositivos de drenagem, redes de distribuição de água (adutoras, derivações) e de esgotamento sanitário que foram implantados e estão em uso nas diversas regiões da cidade.

💡 Elaboração do Plano Diretor de drenagem para o município

## Propostas

de Rio Branco.

-  Realizar estudos técnicos e de viabilidade para implantação e financiamento de viadutos em áreas estratégicas do trânsito em Rio Branco.
-  Implementar ações de reforma, ampliação e revitalização dos parques urbanos;
-  Promover a revitalização, modernização e refrigeração dos mercados de produção municipais. Ação integrada com o eixo de Produção Rural.
-  Modernizar o atendimento, a vivência e a prestação de serviços no Terminal Urbano e nos terminais de Integração.
  -  Reforma, adequação nas estruturas existentes.
    - Climatização das passarelas de pedestres destes espaços com a utilização de energia solar.
  -  Implantação de um Terminal de Integração de Transporte Público anexo ao Mercado Municipal da Cidade do Povo.
-  Implantar um Programa de Valorização dos Centro Comerciais de Rio Branco (Centro antigo, Bosque, Gameleira, Estação Experimental, Baixada da Sobral e Calafate) com promoção de ações com impacto na melhoria das condições de segurança, iluminação, mobilidade e acessibilidade das calçadas. Ação integrada com o eixo de Economia.
-  Reformar e revitalizar a orla comercial de Rio Branco especificamente na região da Gameleira e da rua Epaminondas Jácome.
  -  Garantir a infraestrutura urbana (iluminação pública, segurança, paisagismo, equipamentos coletivos) para a

caracterização da área da Gameleira como mais um parque urbano da cidade;

- ▶ Promover soluções de engenharia e integração para estruturação da região do comércio na rua Epaminondas Jácome. Historicamente os comerciantes desse importante centro comercial da capital, vem sofrendo com desbarreamento do local e a PMRB efetua apenas medidas paliativas que a cada ano precisam ser refeitas.
- 💡 Promover a revitalização da infraestrutura pública do Parque e Distrito Industrial de Rio Branco.
- 💡 Discutir modelo de gestão compartilhada (prefeitura, governo estadual e indústrias) para o Parque e Distrito Industrial de Rio Branco, garantindo a manutenção e conservação contínua desses espaços.
- 💡 Atuar em parceria com os Governos Estadual e Federal em ações que promovam a redução do Déficit Habitacional na capital, com especial atenção às comunidades mais carentes.
- 💡 Implantação do Programa transformAÇÃO para revitalização de prédios públicos, áreas municipais desocupadas nos bairros visando a destinação para uso social coletivo.
  - ▶ Em comunidades e locais urbanos com espaços degradados e que geram possibilidades de uso de drogas ou violência, a comunidade deve ser convidada a pensar no que aquele prédio, casa ou terreno pode se transformar, com foco em educação, cultura, literatura, esporte ou lazer.
  - ▶ A decisão tomada pela comunidade leva a Prefeitura e os moradores a transformarem aquele local que, antes abandonado e sombrio, passará a ser um espaço lúdico e de

convivência para a comunidade.

-  TransformAÇÃO se dará em mutirões com parceria entre a comunidade local e a prefeitura. A gestão municipal, no âmbito da legislação vigente, definirá uma forma de remuneração para a comunidade que irá se envolver na prestação de serviços, com foco nos moradores oriundos do Cadastro Único do Governo Federal. O que buscamos são espaços criativos e com ampla participação da população durante o TransformAÇÃO e seu uso diário além da geração de renda em nível local.
  
-  Implementar de forma efetiva um Programa de assistência à estruturação habitacional e gestão urbana, por meio da realização dos serviços de arquitetura e engenharia pública, beneficiando a população, sobretudo, as famílias de baixa renda.
  -  Essa ação de Engenharia Pública seria executada em parceria com as micro e pequenas empresas e com a participação de profissionais liberais do setor, disponibilizando serviços de consulta técnica de viabilidade para estruturação de negócios até elaboração de projetos arquitetônicos.
  
-  Criar o **PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO RURAL** de Rio Branco, em parceria com o Governo Federal e Estadual, levando estratégias de saneamento para as comunidades rurais da capital.
  -  Viabilidade de implantação de alternativas de Estações de Tratamento de Água nas comunidades rurais da capital possibilitando um abastecimento contínuo e em

quantidade suficiente para atendimento das necessidades básicas.

-  Criação de espaços de convivência (praças, playgrounds, academias ao ar livre, quiosques) nas vilas do entorno do perímetro urbano da capital, como por exemplo, a Vila Manoel Marques.



# Propostas

**MOBILIDADE  
URBANA**



Discutir, atualizar e modernizar as estratégias de mobilidade urbana através de um **PLANO MUNICIPAL** participativo, técnico, moderno e coerente.

- ▶ É preciso pensar a mobilidade urbana em todas as instâncias da administração pública para que seja efetivamente um mecanismo de mudança e de melhoria da qualidade de vida da população. Estes planos incluem calçadas e acessibilidade de pedestres, transporte público, ciclovias, iluminação pública e arborização urbana.
- ▶ É importante ressaltar a exigência legal para elaboração, aprovação e regulamentação de um Plano Municipal de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e a Medida Provisória 906/2019).
- ▶ Melhorar as condições de acessibilidade e de circulação de pedestres ao longo à cidade, disciplinando o uso e ocupação das calçadas e praças, com padronização do calçamento garantindo a estética, a resistência, a segurança e facilidade de manutenção.
- ▶ Construir, restaurar e requalificar as calçadas de Rio Branco, com ações de rebaixamento dos meio-fios nas esquinas para facilitar a acessibilidade, construção de passagens e rampas de acesso junto aos pontos de ônibus, terminais de transporte, equipamentos urbanos e áreas de lazer em conformidade direta aos padrões técnicos e de qualidade exigidos pela legislação urbana vigente.
- ▶ Proposição da elaboração do plano Plano Municipal de Acessibilidade.

## Propostas

- Com destaque para atenção às pessoas com mobilidade reduzida e seu trânsito nos passeios públicos, acesso a coletivos de transporte e a edifícios públicos e privados.

 Revisão participativa e popular do Plano Diretor de Rio Branco visando a promoção do adequado ordenamento territorial através do planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano, com o intuito de mostrar a cidade como ela é atualmente e como ela deverá ser no futuro.

 Discussão participativa sobre delimitação das áreas destinadas à atividade industrial e sua interface com áreas residenciais.

 Discutir com intensa participação popular a viabilidade da permanência em Rio Branco do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago, popularmente conhecido como **ZONA AZUL**. O projeto deve ser fruto de intenso debate, pois, grande parte da população possui críticas contundentes à estrutura do programa. As propostas possíveis, de acordo, com a discussão popular são:

▶ Extinção do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago através de envio pelo executivo de projeto de Lei à câmara de vereadores;

▶ Ajustes na estrutura do sistema.

- Como se trata de uma ação que visava em última instância o fomento ao comércio no centro da cidade, deve ser facultado a todos um período inicial da primeira hora gratuita.

- Ampliação da gratuidade de estacionamento para os idosos em conformidade com a Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2008, do CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito.

-  Promover a abertura de vias de acesso alternativas que façam a ligação direta entre bairros, aliviando o congestionamento nas avenidas principais.
-  Implantar **MODELOS PADRONIZADOS** de abrigos para passageiros de ônibus robustos, amplos, cobertos, com assentos e painéis informativos com informações sobre linhas, trajetos, e tempo estimado de espera;
-  Atualizar, regulamentar e implementar a Lei Municipal nº 2.171, de 21 de março de 2016 referente ao Programa “Adote uma parada de ônibus” em parceria com a iniciativa privada.
-  Implantar/aprimorar/desenvolver um completo sistema de **ENGENHARIA DE TRÁFEGO** para definir com base técnica as melhores soluções para circulação e escoamento do trânsito na malha urbana considerando, inclusive, a utilização dos serviços de transporte coletivo alternativos e integração ao modelo de transporte por aplicativos.
-  Expandir a rede de ciclovias, ciclofaixas, ciclorrotas e passeios compartilhados e sua respectiva capilaridade, integrando as diversas regiões da cidade.
-  Discussão com o Governo Federal e com as prefeituras do Bujari e Senador Guiormard para implantação de Ciclovias ou equivalentes, englobando a estrada do aeroporto até a sede urbana do município do Bujari e em outra rota até o município de Senador

Guiomard.



Criação dos Centros de Apoio aos Ciclistas (cobertura, sanitários, vestiários, paraciclos e equipamentos de manutenção)) nos principais pontos de referência dos praticantes desse modal na cidade. Desenvolver mecanismos de gestão participativa desses espaços com a iniciativa privada e com os usuários.



Coordenar a realização de estudos completos para a estruturação da **TARIFA DE TRANSPORTE COLETIVO** em Rio Branco, visando além de reduzir custos para usuários frequentes, permitir uma maior previsibilidade econômica às empresas e otimizar o sistema de cobranças. As diretrizes fundamentais a serem atendidas são as seguintes:



Implantação gradativa do **PASSE LIVRE** aos estudantes da capital até 2024.

- A proposta de regressividade do valor da Tarifa será o seguinte: 2021- mantém R\$ 1,00; 2022 - R\$ 0,50; 2023 - R\$ 0,25; R\$ 2024 - R\$ 0,0. Esses parâmetros são referenciais e podem ser ajustados durante a gestão, sempre mantendo-se o compromisso de até 2024 implementar o **PASSE LIVRE** aos estudantes.



Implantação da Tarifa Inteligente, com objetivo de ofertar opções tarifárias flexíveis e ajustadas ao perfil do usuário do transporte público. Por exemplo, a aquisição do **CARTÃO** Ilimitado, por meio do qual, a partir de um valor fixo mensal (com descontos gradativos de planos), o usuário poderá acessar livremente ônibus do sistema municipal.

- ▶ Analisar implantação do bilhete único, com planos com regimes diferenciados de descontos ou de tempo de intervalo entre viagens;
  - ▶ Tornar mais atrativo, interativo e participativo o sistema público de transportes de ônibus por meio de ações que agreguem mais conforto, regularidade e agilidade às viagens cotidianas;
  - ▶ Criação do Projeto **TRANSPORTE DIGITAL** em parceria com a iniciativa privada, levando internet *WI-FI* e tomadas de carregamento USB para todos os veículos do transporte coletivo de Rio Branco.
  - ▶ Além disso é necessário implementar gradativamente a climatização de todos os ônibus de transporte coletivo que atuam na capital.
  - ▶ Criar um cronograma de adaptação para adequação da totalidade de transportes coletivos aos passageiros com mobilidade reduzida.
  - ▶ Criar e implantar as Linhas Interbairros com a finalidade de viabilizar deslocamentos sem passar pelos principais pontos centrais da cidade.
-  Criação do **PROJETO DOMINGO NA RUA**. Ação consiste no conceito de **RUA ABERTA** apenas aos pedestres e ciclistas aos domingos como um ambiente central de interação, lazer, atividades culturais e desportivas.
- ▶ Será fechado o trânsito de veículos (das 10h às 18h) na Avenida Getúlio Vargas no cruzamento com a Avenida Ceará (próximo ao Colégio de Aplicação da UFAC) até

## Propostas

o cruzamento com a Rua Epaminondas Jácome (cerca de 700 metros) para que as pessoas possam curtir as diferentes programações que acontecerão em toda a sua extensão.

- ▶ Caminhadas, passeios de Bicicletas, espaços públicos para crianças brincarem e interagirem.

Ao longo do trecho serão utilizadas as praças públicas (praça da revolução, praça da biblioteca, praça povos da floresta) com educadores físicos apresentando sequências de atividades físicas para toda a família, shows e atividades culturais, dentre outras programações.

- ▶ Regulamentação da Lei Municipal nº 2.172 de 01 de abril de 2016.

- 💡 Implementação do Programa ARBORIZAR, como uma ação efetiva de arborização e paisagismo contínuo e funcional da cidade.

- 💡 Atenção constante às áreas verdes de domínio público municipal (praças, jardins, parques, bosques) e a arborização do sistema viário (passeios e canteiros).

- ▶ Estratégias de conscientização e educação ambiental que valorizem a importância da arborização com item fundamental para a conservação e desenvolvimento do meio ambiente.

- ▶ Promoção de um maior conforto ambiental adequado, gerando microclimas mais agradáveis e reduzindo os impactos poluentes de veículos, por exemplo.

- ▶ Arborizar a cidade, com o plantio de espécies adequa-

das a cada local com destaque para as espécies da flora regional.

- ▶ As ações de arborização devem ser executadas sob o viés técnico e com intenso monitoramento com utilização de georreferenciamento para cadastro, preservação e conservação. Por exemplo, ao se identificar uma espécie danificada, havendo a necessidade de remoção, que de imediato faça-se uma previsão da vida útil da espécie em questão, para que a mesma seja substituída, evitando-se a criação de novas zonas de calor;
- ▶ Projeto efetivo de paisagismo nos espaços públicos municipais com foco na valorização da flora regional.

 Apoio e fomento a estruturação do mercado de trabalho de serviços de transporte remunerado privado individual (motoristas de aplicativos), taxistas, mototaxistas, “freteiros”, motofrete dentre outros.

- ▶ A prefeitura deve reconhecer que tais serviços são importantes fonte de renda para uma parte significativa da população da capital e deve propor medidas (infraestrutura, fiscais, organização) para apoiar a estruturação do setor.
- ▶ Discussão com intensa participação popular sobre a necessidade de revogação/atualização/adequações nos dispositivos da Lei 2.294 de 30/07/2018 que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros por meio de aplicativos ou outra tecnologia de comunicação em rede, no município de Rio Branco e da lei 2.310 de 18/12/2018 que versa sobre o serviço de transporte individual de pas-

sageiros e pequenas cargas em veículo automotor tipo motocicleta, denominado mototáxi e motofrete.

Desenvolver modelagem de parceria com a iniciativa privada para instalação de pontos de apoio e convivência para motoristas de aplicativos, taxistas e mototaxistas.



# Propostas

**ZELADORIA  
E SERVIÇOS  
URBANOS**

-  Garantir a limpeza contínua dos espaços coletivos e de convivência sob a responsabilidade da prefeitura, garantindo a conservação, limpeza e manutenção destes ambientes.
-  Promover o acompanhamento, limpeza e manutenção das estruturas utilizadas no modal de transporte coletivo urbano com foco em garantir a trafegabilidade e convivência nessas estruturas.
-  Readequar e modernizar a plataforma de comunicação entre cidadão e prefeitura (aplicativo **RIO BRANCO DIGITAL**) e integrá-la ao sistema de zeladoria com o objetivo de promover a comunicação da Prefeitura com o cidadão, divulgar campanhas, alertas, calendários de limpeza, abertura de chamados pela população e mais iniciativas;
-  Ação regular de limpeza das margens e leito dos igarapés, com a retirada de vegetação aquática e lixo, garantido o escoamento das águas das chuvas nas galerias pluviais evitando alagamentos nas vias.
-  Garantia do transporte fluvial com ações de limpeza das margens e leito de igarapés e rios, assegurando o transporte de cargas e passageiros nas diversas estações meteorológicas do ano.
-  Ampliar as ações de recuperação e conservação das Áreas de Preservação Permanente - APP's nas áreas urbana e rural;
-  Implantar um programa completo de **ZELADORIA** na cidade com programação fixa e predeterminada, incluindo dentre outras, as ações de revitalização e pinturas de faixas e guias, intensa varrição, corte preventivo e remoção de árvores, arborização, limpeza eficaz de bueiros, manutenção e conservação dos pontos de ônibus.

- 💡 Ampliar a manutenção e gestão dos parques municipais, com destaque para a possibilidade de ampliação das parcerias com o terceiro setor e empresas privadas (publicidade, gestão cooperativa), mediante convênios e concessões;
- 💡 Ampliar a Rede de Iluminação Pública, principalmente para as áreas mais periféricas da cidade;
  - 🚩 Consolidar e expandir o sistema de iluminação pública com a utilização de luminárias fotossustentáveis em praças e parques, reduzindo o custo operacional e de manutenção, otimizando o sistema como um todo e aumentando a eficiência com o uso da tecnologia de LED e alimentação solar.
  - 🚩 Criar uma plataforma de gestão para o sistema (**TELE-GESTÃO E TELEMETRIA**) de iluminação com foco no monitoramento efetivo, adoção de sistemas sustentáveis, cooperação com setor privado e participação da população.
- 💡 Implantar – em parceria com a iniciativa privada - Rede de Sanitários Públicos para promover o conforto das pessoas que transitam pela cidade;
- 💡 Construir em parceria público-privado um Crematório Funerário Municipal.



# 3

## ECONOMIA

“

*Rio Branco precisa assumir o protagonismo nas  
políticas de Desenvolvimento Econômico*

---

**RIO BRANCO É UMA CIDADE** de médio porte com diversos vetores e potencialidades internas que se impulsionadas de forma correta e estrutural poderiam promover o desenvolvimento regional.

Por mais que a cidade apresente os melhores indicadores estaduais de crescimento econômico, esse destaque refere-se apenas a comparação na realidade local, que por sua vez é um estado com forte dependência do setor público e que ocupa a penúltima posição entre as 27 unidades da federação na produção de bens e serviços, conforme o Produto Interno Bruto – PIB em 2017.

Esse cenário de estagnação na capital é fruto de políticas econômicas estaduais equivocadas implementadas nas últimas décadas, agravado pela ausência de qualquer tipo de intervenção ou protagonismo do poder público municipal.

Em Rio Branco, vivemos a realidade de uma economia paralisada e com forte dependência do Setor Público para geração de emprego e renda. O PIB municipal, principal indicador para mensuração do desempenho da atividade econômica, apresenta a capital do Acre como a penúltima entre as 27 capitais (IBGE - PIB a preços Correntes/2017) e a 5ª pior em renda per capita.

Exemplificando esse desempenho de estagnação, quando observamos a composição do Valor Adicionado – VA (IBGE/2017) da produção em Rio Branco, fica notório a falta de incentivos ao setor privado, pois, a administração pública responde sozinha (33,4%) por pelo menos duas vezes a produção dos setores industriais (10,3%) e agropecuário (2,3%) na formação da produção.

Ainda em relação ao indicador de Valor Agregado da Produção, segundo o IBGE (2017), em Rio Branco tive-

mos a predominância do setor serviços como a atividade mais representativa na capital. Todavia, o setor de serviços em Rio Branco com as deficiências estruturais atuais oriundas da falta de apoio do poder público municipal, tem como principal característica a composição por serviços tradicionais, portadores de baixos níveis de produtividade sendo refúgio para mão-de-obra de baixa qualificação. Esse cenário foi afetado pela Pandemia da Covid 19 em 2020.

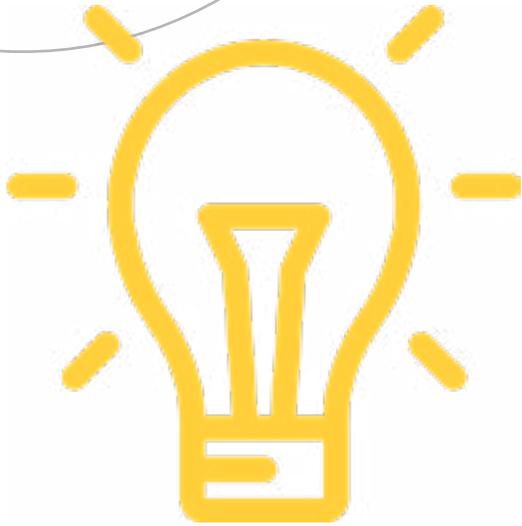
Essa narrativa é confirmada quando observamos a composição do mercado de trabalho na capital. Conforme dados do Ministério do Trabalho (MTE, 2018), o Setor Público responde individualmente por 38% dos empregos ativos, o dobro do índice do setor de Comércio (19%) que é o segundo setor que mais gera empregos.

Enquanto o mundo busca alternativas para geração de emprego e renda, como a economia criativa, economia solidária, fomento ao empreendedorismo e promoção da inovação, em Rio Branco estas atividades não fazem parte da agenda prioritária de incentivos da prefeitura.

A atual gestão municipal (2017-2020) demonstra claramente sua posição de distanciamento com o setor privado, quando não se preocupa com políticas efetivas de incentivos às atividades produtivas, afinal a estrutura organizacional não apresentou um plano eficaz de Desenvolvimento Econômico preocupado com a integração entre campo e cidade, com atribuições de promoção ao empreendedorismo, turismo ou geração de emprego e renda, sobretudo, na área urbana que concentra 90% da população.

É necessário a apresentação de alguns dados adicionais que confirmam a caracterização da economia de Rio Branco como um setor ausente na priorização na agenda municipal, extremamente dependente do setor público e sem um plano de desenvolvimento que promova a melhoria da qualidade de vida da população por meio da geração de emprego e renda.

- ⚠️ Apenas no período de 2012-2019, cujas gestões municipais na capital representam o mesmo grupo político, houve uma diferença negativa entre contratações e demissões de 8.682 postos de trabalho, conforme dados do MTE (2019). É triste essa constatação, mas em Rio Branco nos últimos 8 anos, tivemos muito mais demissões do que contratações.
- ⚠️ No período de 2016 a 2019, 5.888 empresas encerraram suas atividades em Rio Branco, segundo dados da Junta Comercial, demonstrando uma retração da atividade econômica e a insegurança para investimento do setor privado.
- ⚠️ Conforme dados do IBGE (PNAD, últimos trimestres anuais), a Taxa de Desemprego em Rio Branco cresceu 52% no período de 2012 a 2019. Para ilustração desse dado alarmante: em 2019, a capital apresentou uma Taxa de Desemprego de 14,8%, indicador que foi confirmado nos três primeiros meses de 2020, cuja taxa situou-se em 15%. Em 2012, a Taxa de Desemprego na capital era de 9,7%.
- ⚠️ Mesmo antes das restrições econômicas trazidas pela PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, no último trimestre de 2019, Rio Branco era a 5ª capital com a mais alta taxa de desemprego do Brasil.
- ⚠️ Para visualizarmos a vulnerabilidade social que grande parte da população da capital está inserida, segundo dados do Ministério da Cidadania (junho, 2020) cerca de 44.516 famílias estão inseridas no Cadastro Único recebendo os benefícios assistenciais do governo federal. Se considerarmos, apenas para nível de exercício, o tamanho médio das famílias em torno de 4 membros, estamos descrevendo que 178 mil pessoas de um total populacional de 413.419 (IBGE, 2020) ou 43% estão incluídas nos critérios de pobreza do Ministério da Cidadania.



# Propostas

**ECONOMIA CRIATIVA,  
EMPREENDEDORISMO  
E TURISMO**



Pelos dados apresentados é notório a falta de um PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO na Capital. A ausência de iniciativas que coloquem na agenda prioritária o fortalecimento do setor privado é a característica mais marcante. Soma-se a isso, a falta de efetividade dos setores de empreendedorismo (rural e urbano), turismo, cooperativismo, qualificação técnica e profissional e intermediação ao mercado de trabalho na gestão municipal.

Pensar o desenvolvimento da capital é olhar o setor privado como parceiro e ainda criar as condições para que ele se expanda e se consolide como engrenagem da economia local. A prefeitura não pode atrapalhar quem quer investir e gerar empregos.

Além disso é necessário apresentar alternativas de empreendedorismo concatenadas com estratégias que promovam a economia criativa e solidária, o cooperativismo produtivo, além de apoio a setores alternativos com forte presença de tecnologias de informação e comunicação

- 💡 Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, integrando diversas políticas públicas em uma mesma estratégia para redução das desigualdades sociais, geração de emprego e renda e, fomento ao empreendedorismo e à economia criativa.
- 💡 Implantar o PARQUE TECNOLÓGICO de Rio Branco, criando um ambiente de promoção a inovação, cooperação, difusão de negócios e serviços com base tecnológica.
  - O local será um espaço integrado de produção e difusão de conhecimento, articulando em um mesmo espaço: empreendedores, investidores, instituições de pesquisa e financiamento, investidores “anjo” além de agrupar incentivos fiscais e tributários para atração de investimentos.
  - Identificar, aperfeiçoar e transformar, com mais velocidade e quantidade, os talentos criativos da capital em empreendedores de sucesso;
  - A prefeitura disporá da infraestrutura básica para instalação do parque: centro do conhecimento (instalações físicas, equipamentos de uso coletivo, estrutura de dados) e atuará na articulação dos diversos atores.
  - As empresas do parque podem atuar individualmente ou colegiadas para ganhar maior representatividade e visibilidade no mercado.
  - As vantagens além do ambiente de inovação, pesquisa e desenvolvimento contínuos, serão custos

## Propostas

compartilhados, publicidade conjunta, acesso a negócios potenciais, dentre outras.

-  Implantar o PROGRAMA CIDADE CRIATIVA, que visa a promoção do desenvolvimento das atividades relacionadas aos bens e serviços criativos, como a cultura em todas suas manifestações, artesanato, design, moda, cinema e vídeo, editoração, softwares, rádio e TV, aproveitando as vocações existentes e melhorando os processos de capacitação e incentivo do empreendedorismo, da inovação tecnológica, do microcrédito e da ampliação do mercado;
-  Apresentar o **PROGRAMA CIDADE EMPREENDEDORA** criando um ambiente de articulação e fomento do setor empresarial, aliado ao desenvolvimento da cultura empreendedora, com foco nas seguintes ações:
  -  Promover o empreendedorismo no segmento das micro e pequenas empresas através da identificação, fortalecimento e incentivo de arranjos produtivos locais em articulação com mercados potenciais e com o setor público.
  -  Desburocratização dos processos municipais de abertura de empresas e autorização de funcionamento.
  -  Promoção de atividades empreendedoras com ações diretas de capacitação e orientação em gestão, desenvolvimento de negócios, relações institucionais, acesso a mercados e incentivos financeiros através de parcerias institucionais.

- ▶ Criar estratégias de capacitação empreendedora, em parceria com o poder público estadual e com as instituições de fomento, com estratégias diferenciadas para o empreendedorismo rural, jovem e feminino.
  - ▶ Criar a Feira Anual do Empreendedor, como um ambiente de fomento a geração de negócios locais, atraindo fornecedores, compradores e investidores para exposição de produtos, projetos e realização de negócios.
  - ▶ Inserir o aprendizado de empreendedorismo e educação financeira nas escolas de educação básica municipais.
-  Criação do **ESPAÇO DO EMPREENDEDOR** como um local de atendimento exclusivo para empresas, unificando todos os tipos de licenciamentos/autorizações/orientações empresariais necessários ao fortalecimento do setor.
- ▶ No local objetiva-se facilitar a abertura e regularização de empresas, oferecer serviços aos Microempreendedores Individuais - MEI.
  - ▶ O espaço também oferece Informações e orientações sobre a abertura, funcionamento e formalização de empresas, de forma simples e facilitada.
-  Estrutura organizacional específica de apoio e incentivo ao desenvolvimento do empreendedorismo, ciência,

tecnologia e desenvolvimento econômico.

-  Fomentar a inovação tecnológica no setor privado na capital, com o objetivo de melhorar a competitividade das empresas sediadas no município, além de estabelecer medidas de incentivo à pesquisa tecnológica e à consolidação de ambientes de inovação urbana nos setores produtivos da cidade.
-  Programa de Microcrédito Produtivo orientado às necessidades e especificidades das micro e pequenas empresas locais, com parcerias diretas com as instituições bancárias e de fomento.
-  Aperfeiçoamento do Polo marceneiro e moveleiro de Rio Branco, atuando além das delimitações territoriais do antigo polo moveleiro situado no Distrito Industrial, mas apoiando o setor como um todo (acesso a créditos, estruturação e comercialização) distribuído nas regionais da cidade;
-  Criação do Polo de Confecções em Rio Branco com duas vertentes de incentivos: compras governamentais (equipamentos de proteção Individual - EPI, fardamento, dentre outros) e promoção de iniciativas de acesso a mercados estruturais.
-  Fomentar a organização comercial e de mercado nas regionais de Rio Branco. A estratégia consiste em institucionalizar centros comerciais em cada regional, garantindo a implantação e continuidade dos serviços públicos municipais: limpeza e conservação, iluminação pública, manutenção viária, organização comercial, reforma de

praças e espaços públicos, arborização e paisagismo, além de estratégias de intermediação de mão de obra.

 Criação do **PROGRAMA JOVEM CONECTADO** com foco nos jovens em situação de vulnerabilidade social.

 Serão feitas capacitações e formações continuadas nas áreas de programação de computadores, design de moda, aspectos diversos da produção cultural, gastronomia, entre outros, para formar e encaminhar o jovem nos mercados de trabalho em áreas modernas e dinâmicas.

 Implantar o **DIA DO EMPREGO**, reunindo no mesmo local, profissionais que estão fora do mercado de trabalho e empresas locais com vagas abertas. A PMRB é a responsável direta pela captação, articulação e organização do evento.

 Os candidatos a emprego serão previamente capacitados nas áreas iniciais de informática básica e auxiliar administrativo, além de receberem orientações para elaboração de currículos e participação em entrevistas de emprego.

 Criar o **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO** na capital, priorizando a atividade como uma estratégia de promoção ao desenvolvimento local estruturando os diversos elos da cadeia produtiva.

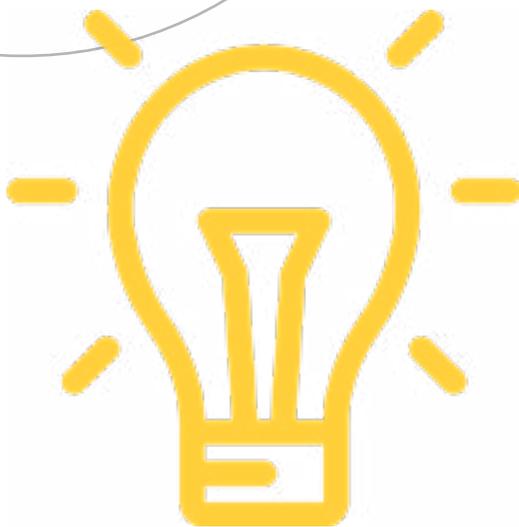
 Criar um plano de divulgação e apresentação dos potenciais de Rio Branco para o Brasil e para o exte-

rior. O “conhecer a Amazônia” pode começar pela capital do Acre.

- ▶ Implantação do **ROTEIRO GASTRONÔMICO**, vinculando a rede hoteleira e os restaurantes participantes, com a utilização de selos de qualidade, critérios de classificação e incentivos publicitários necessários ao desenvolvimento e consolidação do setor.
- ▶ Elaborar e/ou aperfeiçoar os Roteiros Históricos, Temáticos, Arquitetônicos e Culturais de Turismo.
- ▶ A semelhança do que acontece com êxito em outras cidades, implementar o projeto de ciclo turismo “Conheça Rio Branco Pedalando” com formação de um roteiro turístico com dicas de turismo histórico, sustentável e de gastronomia nos trajetos percorridos.
- ▶ Implantar e qualificar a sinalização turística na cidade.
- ▶ Atração de eventos turísticos nacionais para Rio Branco, à semelhança do que ocorreu com a 66ª Reunião da SBPC realizada pela UFAC em 2014 que movimentou o setor hoteleiro, de prestação de serviços (gráficos, confecções, dentre outros) e indiretamente toda a economia da capital, no período.
- ▶ Reestruturar em parceria com a iniciativa privada o Parque Chico Mendes, consoliando como o Zoológico de Rio Branco, com intenção de transformá-

-lo num atrativo turístico regional.

- 💡 Apresentar o aplicativo “**TEMOS VAGAS**”, destinado à intermediação de profissionais autônomos no mercado de trabalho.
  - 📌 Basicamente a plataforma recebe o cadastro de profissionais (mecânicos, barbeiros, limpeza e conservação, manicures, manutenção de ar-condicionado, dentre outros) e disponibiliza os serviços para a população que faz a busca pelos respectivos profissionais.
  - 📌 Os diferenciais do aplicativo: gratuidade, tendo em vista que a gestão é feita pela PMRB, possibilidade de classificação dos serviços prestados pelos profissionais e clientes, e a regionalização por localização.



# Propostas

**DESBUROCRATIZAÇÃO,  
GESTÃO TRIBUTÁRIA  
PARTICIPATIVA**

- 💡 Regulamentação em âmbito municipal da Lei de Liberdade Econômica que dispõe sobre o livre exercício da atividade econômica e objetiva reduzir a burocracia nas atividades correlatas, facilitando e estimulando a criação de novos empregos.
- 💡 Otimizar o fluxo processual para emissão de documentos necessários à abertura e funcionamento das empresas, tais como licenças, alvarás (localização, funcionamento e sanitário).
  - Criar uma plataforma tecnológica efetiva de integração com a receita federal, fazenda estadual, junta comercial, corpo de bombeiros, vigilância sanitária, fomentando a utilização de **UM PROTOCOLO ÚNICO** para abertura de uma empresa de qualquer segmento na capital.
  - Integração efetiva da Prefeitura a REDESIM para a emissão/renovação de documentos municipais necessários a abertura e funcionamento das empresas.
  - Simplificação nos processos de emissão e renovação dos alvarás e “HABITE-SE” com acentuada redução no tempo e nos custos de transação.
    - Reestruturação dos processos de autorização e emissão de alvarás para construção de empreendimentos.
    - Reduzir o tempo para se abrir uma empresa de baixa complexidade para dois dias úteis na capital.

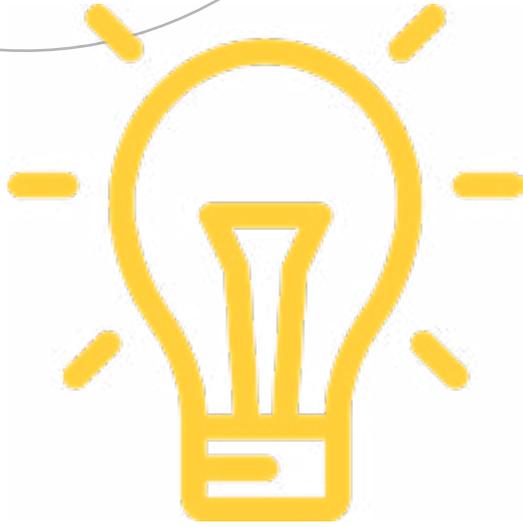
## Propostas

-  Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (órgão consultivo, deliberativo e não remunerado) com a participação das entidades representantes do comércio, indústria, serviços, trabalhadores, além das instituições de pesquisa e de fomento ao crédito.
-  Fomentar a estruturação e implementação de parcerias público privadas visando a promoção do desenvolvimento local com foco na prestação de serviços com qualidade e eficiência, cuja orientação primordial é sempre o bem estar do cidadão.
  -  No bojo dessa iniciativa, promover as ações de voluntariado com um portfólio de serviços pré estabelecidos e que a adesão a essa estratégia e mediante o atendimento de parâmetros prévios, possibilite acesso a uma estrutura de bonificação que pode retornar ao contribuinte.
-  Fomento à atividade industrial mediante manutenção da isenção de IPTU para empresas instaladas no âmbito do Parque Industrial e Distrito Industrial de Rio Branco.
  -  Discussão para ampliação desse benefício para indústrias que atuam fora da limitação dos parques e distritos, mediante o atendimento de critérios prévios, como geração de emprego, por exemplo.
-  Discutir, no âmbito da legislação vigente, um modelo que possibilite a compensação de dívidas de ISSQN por prestação de serviços por parte das empresas devedoras ao fisco municipal (por exemplo, uma empresa de confecção que tem débitos junto ao poder público pode fazer um

“encontro de contas” entregando EPI's, por exemplo, a serem utilizados nas unidades municipais de saúde).

-  Estudo de viabilidade para formatação de um programa de descontos progressivos de IPTU para os usuários que acumulem pontos mediante as compras efetuadas com a respectiva emissão de Nota Fiscal de Serviços.
-  Desenvolver em todas as esferas municipais de relação com o setor privado e com o cidadão em geral a cultura de fiscalização orientativa, com estratégias prévias de educação com orientação (com possibilidade de aviso e comunicação digital) permitindo a correção de qualquer irregularidade dentro de prazos previamente estabelecidos. Não existirá a cultura da “multa pela multa”. É necessário a criação de um ambiente de parceria e segurança institucional.
-  Atualização atuarial e de metodologias de cálculo das taxas de limpeza e iluminação pública, visando torná-las mais justas, efetivas e inovadoras.
-  Implementação de um conjunto de medidas e procedimentos, à semelhança das medidas tomadas pelo Governo Federal (Portaria PGFN 18.731/2020), que estabelece as condições para transação excepcional de débitos do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).
-  Criação de um comitê Geral dos Prestadores de Serviços Terceirizáveis da cidade de Rio Branco.





# Propostas

**ECONOMIA SOLIDÁRIA;  
RECUPERAÇÃO  
ECONÔMICA**

-  Apoiar iniciativas de Economia Solidária, fomentando e promovendo os produtos e serviços gerados pelo associativismo e cooperativismo, fortalecendo a comercialização em feiras livres e mercados.
-  Ampliar o alcance e participação das feiras livres de economia solidária, com uma plataforma institucional de divulgação publicitária massiva, implementando, dentre outras medidas, estratégias de compras e divulgação por meio digital.
-  Integrar as ações de Economia Solidária com os projetos de capacitação empreendedora para que as iniciativas, tornem-se negócios sustentáveis com foco no planejamento estratégico e financeiro para a atividade.
-  Discutir com o setor privado uma série de medidas do poder público municipal para amenizar os impactos causados pela **PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS**, dentre essas ações:
  -  Renegociação (com isenção de multas e juros) dos débitos com IPTU, ISS e ITBI para atividades econômicas afetadas. **POSSIBILIDADE DE ISENÇÃO**, mediante estudo de impacto econômico e edição de normativos em parceria com o poder legislativo.
  -  Prorrogação dos prazos de vencimentos de ISS e IPTU relativos ao ano base de 2020.
  -  Criação de um grupo técnico multissetorial para prover as atividades empresariais de Planos de Ne-

gócios de recuperação econômica para as empresas que buscarem a PMRB para renegociação.

- ▶ Reavaliar, aprimorar e uniformizar os incentivos fiscais para torná-los operacionais e eficazes e garantir a recuperação econômica, com foco direto no apoio ao desenvolvimento e recuperação do setor privado.
- ▶ Flexibilização de prazos, estratégias, procedimentos e processos referentes aos impostos, taxas e tributos municipais com vistas a proporcionar fôlego e estruturação do setor privado visando a recuperação econômica em nossa cidade.



# 4

## EDUCAÇÃO

“

*Acredito no poder transformador da educação. Minha história de vida expressa isso.*

---

## A EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM RIO BRANCO

vive uma situação de coexistência muito complexa e interessante. Se por um lado tivemos a consolidação de alguns indicadores educacionais oriundos da municipalização da educação infantil e fruto do trabalho árduo e dedicado dos profissionais de educação, por outro vivemos a realidade de escolas com infraestrutura inadequada, planos de cargos e carreiras defasados, deficiências tecnológicas e de gestão, bem como a necessidade imediata e latente de expansão do atendimento.

Segundo dados do INEP em 2019, a Prefeitura Municipal de Rio Branco era responsável pela gestão de 85 estruturas escolares responsáveis pela educação infantil (creches, pré-escolas e anos iniciais). Essa estrutura respondeu por um total aproximado de 25.198 matrículas.

Esse dado por si mesmo apresenta uma grande deficiência do Sistema Municipal de Educação Infantil na capital e um dos mais complexos desafios: conciliar a demanda crescente por vagas, com a prestação de um serviço universal, moderno e de qualidade.

Para situarmos esse aspecto é importante considerarmos a diretriz constitucional, que apregoa que o dever do Estado com a educação infantil será efetivado mediante oferta obrigatória e gratuita. Tal conceito está presente no Art. 208º da Constituição Federal e nos Arts. 4º e 30º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96).

Como exemplificação dessa realidade, o Plano Nacional de Educação aprovado em 2014, previa como meta, que até 2024 pelo menos 50% das crianças de 0 a 3 anos deveriam estar matriculadas. Todavia, a realidade que vivenciamos em Rio Branco é muito diferente.

Para uma maior compreensão de como a PMRB ain-

da está longe de pelo menos amenizar de forma sensível esse problema, analisemos alguns dados. Rio Branco, em 2019 possuía uma população estimada na faixa etária de 0 a 3 anos de aproximadamente 29.540 de crianças (IBGE, 2019). Conforme os dados do INEP, no mesmo período tínhamos apenas 5.083 crianças matriculadas nas creches municipais. Se expandirmos a análise para as escolas privadas, chegamos ao total de apenas 5.549 matrículas nessa faixa etária. A prefeitura oferta apenas 17% da demanda por vagas anualmente.

O prognóstico é ainda mais desfavorável quanto vemos que o percentual de acréscimo de matrículas **em 2019 foi de apenas 1,8% (88 novas vagas)** em relação ao ano anterior, o pior desempenho na série histórica disponível.

A situação que nos encontramos é muito difícil e as perspectivas não são vislumbradas nitidamente. Façamos um simples exercício de projeção. Se mantivermos os 11% da média de crescimento da oferta de vagas dos últimos 3 anos (mesmo que de 2018 para 2019, tenha sido de apenas 1,8%), só alcançaremos a meta do Plano Nacional de Educação (oferta de pelo menos 50% das vagas em relação à população na faixa etária), em meados de 2030 e a oferta universal para todas as crianças em 2036.

Isso mesmo! Mantendo-se o ritmo dos atuais projetos e ações da PMRB para expansão no número de vagas, só teríamos o atendimento de metade da rede daqui a 10 anos. Ressalta-se ainda que o desempenho da gestão no último ano foi o pior de toda a série histórica, o que agrava o cenário. Não podemos almejar resultados diferentes com as mesmas práticas.

O caminho trilhado pela educação da capital tem apresentado resultados e perspectivas que não são muito animadoras. O que temos de real em cada início de ano letivo, é a discrepância entre a procura de vagas pela população e a pouca capacidade de oferta pela Secretaria Municipal de Educação.

A demanda social é enorme. Pais que necessitam trabalhar

e precisam de um espaço educacional para seus filhos, famílias que buscam oferecer alternativas de aprendizagem a essa faixa etária, mas que nada podem fazer frente a pouca capacidade de atendimento que é oferecida pela prefeitura. Essa realidade educacional agrava o abismo de desigualdades sociais que infelizmente ainda é característico na nossa capital.

Chegamos ao ponto, que a “política educacional” adotada para o enfrentamento desse grave problema é a metodologia de sorteio de vagas. Parece contraditório, mas é a nossa realidade. Para amenizar o cenário de incapacidade do poder público municipal, cria-se um entendimento raso que o sorteio é a forma mais justa para ocupação das poucas vagas oferecidas, quando na verdade o poder público municipal, coloca sob a responsabilidade do “acaso”, sua ineficiência na capacidade de atender a todos que precisam de educação infantil.

Sorteio de vagas não é política pública de acesso, ao contrário é de exclusão. Quantas famílias que vivem em profundas desigualdades sociais não conseguem pela “sorte” que seus filhos adentrem ao sistema público de ensino municipal? E o que a gestão municipal faz efetivamente para mudar esse cenário? Ah! Sim, aumenta em 1,8% a oferta de vagas, como ocorreu em 2019.

É preciso pensar além das caixinhas que já estão consolidadas. A dificuldade deve ser enfrentada com coragem, técnica e ousadia. Não podemos nos acomodar com a prática do sorteio, é preciso ofertar mais vagas, atender mais crianças. Diminuir essa enorme distância que existe entre o número de vagas ofertadas e a demanda da população.

Acrescenta-se, ainda, que a crise econômica provocada pela pandemia do coronavírus em 2020 irá gerar

desemprego, empobrecimento das famílias, aumento das desigualdades sociais, o que provocará uma pressão muito maior no sistema público educacional.

Definitivamente, a estrutura da educação infantil em Rio Branco é deficitária e necessita urgentemente ser revista e ampliada, com construção de novas unidades escolares, adequação dos espaços existentes, contratação de mais profissionais, vislumbrando a concretização de um sistema que garanta formação adequada para as crianças desse segmento.

Os problemas permeiam toda a rede. Não basta apenas olhar para um diagnóstico do sistema de ensino, baseado em indicadores quantitativos como é a práxis atual defendida pela gestão. A efetividade das ações deve ser observada sob o aspecto da qualidade dos serviços prestados e se as condições adequadas são oferecidas aos profissionais para desempenho satisfatório do seu trabalho.

Se não tivermos um novo olhar, se não fizermos um esforço coletivo de “todos pela educação” estaremos fadados a permanência no mesmo cenário.

A seguir alguns dados e informações situacionais que demonstram a realidade de dificuldades e escassez que o Sistema Público de Educação Municipal na capital se encontra.

### **Estrutura tecnológica defasada ou inexistente, conforme dados do INEP/2018.**

- ⚠ Existe uma enorme carência de equipamentos de informática, de comunicação e ensino em toda a estrutura. Em 2018 existiam apenas 182 computadores destinados aos profissionais de educação distribuídos nas 84 escolas existentes, ou seja, uma média de

2 computadores por escola.

- ⚠ Em relação aos equipamentos disponíveis aos alunos, em 2018 foram informados a existência de 235 computadores para utilização por 24.478 alunos matriculados.
- ⚠ Somente metade das escolas (57%) é atendida com internet de banda larga.
- ⚠ Faltam itens básicos necessários a prática pedagógica. Por exemplo, apenas 17% das escolas municipais em 2018 possuíam aparelho retroprojetor, atualmente um recurso didático fundamental para a prática de ensino.

## **Infraestrutura inadequada ou insuficiente, conforme dados do INEP/2018.**

- ⚠ Nenhuma escola municipal, nem mesmo as destinadas aos anos iniciais de ensino, possui laboratório de ciências.
- ⚠ Apenas 10% possuem quadra de esportes.
- ⚠ A prática de fomento à leitura é incipiente: apenas 19% possuem algum tipo de biblioteca e somente 36% tem pelo menos uma sala destinada à leitura.
- ⚠ Menos da metade das escolas (48%) possuem dependências acessíveis para pessoas com deficiência.
- ⚠ A maioria das escolas da rede municipal possuem estrutura que necessita de reformas e há ainda algumas escolas que possuem estruturas frágeis de madeira, além de não terem um espaço adequado para as aulas de educação física.
- ⚠ Falta de um efetivo programa de Transporte Escolar. Na zona urbana, por exemplo, não existe ne-

nhuma iniciativa para auxílio aos alunos no deslocamento até a escola.

### **Necessidade de uma política efetiva de valorização de todos os profissionais que se dedicam ao desenvolvimento da educação no município.**

- ⚠ Planos de cargos e carreiras defasados em comparação com outras capitais.
- ⚠ Categorias que há muito tempo não recebem reajustes salariais como as merendeiras e assistentes escolares. Em março de 2020, conforme noticiado em vários jornais da capital, as merendeiras e assistentes escolares organizaram-se em um movimento visando alcançar melhores condições de trabalho e valorização profissional, tendo em vista, que segundo as informações apresentadas, essas categorias possuem salário base inferior ao salário mínimo. Para coibir o movimento, a prefeitura acionou a justiça estadual que determinou que as categorias se abstivessem de deflagrar qualquer tipo de paralisação.
- ⚠ Ausência de uma política efetiva de formação continuada de professores na perspectiva da construção de práticas pedagógicas mais eficazes.
- ⚠ Número defasado de pessoal nas carreiras administrativas (secretaria escolar, auxiliares administrativos), que por sua vez são centrais para o funcionamento da gestão escolar. Essa informação é corroborada pelas informações do Questionário da Prova Brasil/2017. Segundo o questionário qualitativo aplicado aos diretores das escolas municipais, 63% dos entrevistados acreditam que o funcionamento da escola foi dificultado pela carência de pes-

soal administrativo.

- ⚠ Política de Gestão Escolar ineficiente expressa na má alocação de recursos, definição de prioridades e dificuldade em atendimento das metas dos Planos Nacional e Municipal de Educação.

**Ausência de um Sistema de Gestão escolar tecnológico e integrado, que facilite a administração escolar no que diz respeito à execução, acompanhamento e controle de suas atividades fins.**

- ⚠ Não existe uma plataforma integrada de comunicação entre escolas e Secretaria, dessa forma notificações de faltas de alunos, relatórios de notas, entre outros, são feitos de forma manual (sendo impressos nas escolas e entregues na Secretaria de Educação), impossibilitando o acompanhamento frequente pela SEME da frequência escolar e do rendimento acadêmico dos alunos, contribuindo assim em última instância para a evasão escolar.
- ⚠ As informações escolares são repassadas manualmente (entrega presencial em planilhas) e a periodicidade do repasse não é atualizada em tempo real.
- ⚠ Não é possível a atualização online da base de dados gerenciais da Secretaria.
- ⚠ Não é disponibilizado à população a possibilidade de reserva de vagas por site, aplicativo de celular ou outro tipo de atendimento remoto.
- ⚠ Falta o portal do aluno com informações sobre histórico, desempenho escolar, calendário e demais informações fundamentais para acompanhamento por alunos, pais e responsáveis.

**Necessidade de modernização, ampliação e compatibilização das práticas pedagógicas atuais com foco nas individualidades, particularidades e potencialidades das crianças visando o desenvolvimento (muitas vezes por meio da interação com novas tecnologias) dos aspectos cognitivo, físico, motor, emocional, social e psíquico.**

- ⚠ Ausência de um programa de formação continuada para os educadores da rede municipal com foco na ampliação da base de conhecimentos nas áreas pedagógicas, tecnológicas e de interação social.
- ⚠ A PMRB não garante condições de igualdade de ensino aos alunos que precisam de cuidados especiais, como os portadores de Transtorno do Espectro Autista - TEA, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH), altas habilidades/ superdotação e ainda aos alunos com transtornos funcionais: Déficit de Processamento Auditivo Central (DPAC), dislexia, discalculia, disortografia, dislalia, pessoas com limitações físicas, dentre outras limitações.

# Propostas

---

Como educador, eu defendo uma gestão educacional mais humana, próxima e participativa, mas sem se descuidar dos aspectos técnicos necessários à sua estruturação. Além da ampliação do número de vagas, também é preciso pensar em toda uma rede de cuidados e infraestrutura para assegurar à criança o respaldo necessário para a sua formação e desenvolvimento.

Ademais, temos que considerar que **EDUCAR É INCLUIR** e que a escola é um espaço para todos. A falta de condições estruturais e pedagógicas adequadas para atender o público com algum tipo de necessidade especial, é um fator grave de exclusão. A escola é um espaço democrático, que deve estar aberto e preparado para receber todos os alunos.

Por isso, acredito no poder transformador da educação. Minha história de vida expressa isso. A responsabilidade das gestões municipais é muito importante, pois, a educação infantil é a base para todo esse processo. Se começarmos bem, com um sistema de ensino igualitário que promova o acolhimento e o desenvolvimento de nossas crianças, com certeza teremos um caminho mais seguro e no fim da idade escolar formaremos homens e mulheres aptos a conviver de forma harmônica em sociedade.

A Rio Branco que desejamos é uma Cidade Educadora. Portanto, não devemos pensar a educação de forma isolada e apenas dentro do contexto da esfera administrativa municipal. Uma cidade que **EDUCA PARA A CIDADANIA** deve possuir um sistema educacional que existe e interage como um organismo

vivo, sendo retroalimentado pelas relações e parcerias com os governos estadual e federal, a comunidade escolar e com a sociedade civil organizada.

Portanto, considerando o grande desafio que está posto, a educação tem um papel fundamental no nosso plano de governo. É uma ação transversal que permeia as nossas diretrizes e possui inter-relações nas diversas áreas.

Por exemplo, com políticas integradas nas áreas de cultura, esporte e lazer, queremos que nossas escolas sejam referência de conhecimento para a comunidade do entorno. A escola deve ser aberta, viva, dinâmica e acolhedora. Cursos, capacitações, atividades desportivas e culturais de inclusão social, devem ser desenvolvidas “a partir e com” a unidade escolar.

Acreditamos na incorporação efetiva de artes e expressão cultural no currículo das escolas municipais como tema transversal, bem como um programa de formação de jovens atletas que passa pela capacitação dos nossos educadores para identificação de alunos com essas potencialidades, que por sua vez participarão de um projeto especial de acompanhamento e desenvolvimento.

É necessário ainda, a formatação de um planejamento que integre de maneira efetiva as três principais bases de cadastro do poder público: educação, saúde e assistência social. Essa atuação terá como referência territorial a escola, visando promover ações de atenção básica, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecendo as relações de enfretamento à vulnerabilidade social dos educandos.

Com essa ação integrada teremos condições de aprimorar o combate coletivo das vulnerabilidades, no campo da saúde e assistência, que comprometem o pleno desenvolvimento escolar dos nossos alunos.

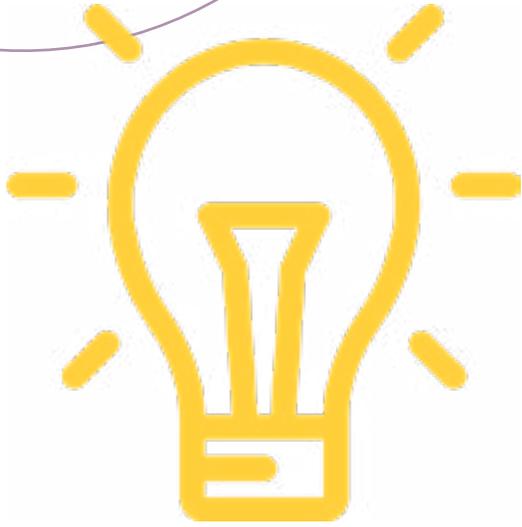
A escola tida como o território de planificação e atuação no seio da comunidade possibilita o engajamento de diversos atores, a priorização de ações e a transformação da realidade de bairros



e comunidades.

Enfim, os desafios são muitos, mas completamente proporcionais ao sentimento de mudança, de movimento, de inquietação e de vontade de trabalhar para realizar as mudanças que Rio Branco precisa.

Pensar a educação dessa forma, não é um sonho ou uma utopia. Eu encaro como um projeto de vida, e como todo bom projeto deve ser muito bem planejado, com a alocação de recursos adequada (humanos e financeiros), com metas e indicadores bem definidos, para que possamos efetivamente melhorar a qualidade na prestação do serviço.



# Propostas

**EDUCAÇÃO**

### CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO NO ÂMBITO DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

-  Aprimorar o sistema de educação municipal com a ampliação de vagas pautadas no contínuo crescimento da qualidade, com garantia da universalização as crianças de quatro a cinco anos e ampliação no atendimento na faixa de zero a três anos e anos iniciais do ensino fundamental.
-  Investir na ampliação da oferta de educação infantil de 0 (zero) a 3 (três) anos na rede direta, indireta e conveniada.
-  Consolidar a expansão de ofertas de vagas para a pré-escola e os anos iniciais da educação básica.  
Parceria com a iniciativa privada para ampliação do número de vagas nas estruturas existentes ou por meio da criação de novos espaços.
-  Implantação em parceria com os Governos Federal e Estadual das Unidades Municipais de Educação Infantil – UMEI's. Estruturas mais simples e funcionais, a serem instaladas nos bairros de maior vulnerabilidade social e que apresentam grande demandas por vagas
-  Ampliar a oferta e o acesso à educação integral.
  -  Capacitação e qualificação do corpo técnico e pedagógico.
  -  Adequar e ampliar as escolas de forma gradativa para que seja possível o atendimento em tempo integral.
  -  Implantar novas estruturas já adequadas para o ensino integral.
-  Inserir no planejamento de matrículas para as creches municipais, o **REGIME DIFERENCIADO DE CRITÉRIOS PARA ACESSO** no quantitativo das vagas, com prioridade para os alunos com deficiência e crianças em

situação de vulnerabilidade social.

- 💡 Discutir com a UFAC a possibilidade de implantação da Creche Universitária.
  - ▶ A creche seria construída pela prefeitura nas dependências do Campus Rio Branco da UFAC.
  - ▶ As vagas seriam ofertadas inicialmente para crianças em maior situação de vulnerabilidade social da comunidade escolar da universidade.

### **VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO, COM IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EFETIVAS E PROGRESSIVAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, FORMAÇÃO CONTINUADA E RECONHECIMENTO**

- 💡 Revisão, atualização e modernização dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores da educação;
- 💡 Reestruturação da tabela de titulação buscando incentivar a qualificação progressiva (stricto sensu) dos profissionais da educação;
- 💡 Atualização e recomposição do salário base dos servidores de apoio;
- 💡 Discussão técnica e participativa quanto a viabilidade da estruturação do pagamento de auxílio alimentação para os servidores com carga horária de 40 horas;
- 💡 Discutir com a categoria a possibilidade de adequação da jornada de trabalho conforme a lei 11.738 de 16 de julho de 2008 que regulamenta 2/3 (dois terços) da carga horária em sala de aula.
- 💡 Criação do Centro de Referência do Professor, plataforma vinculada à Escola Virtual de Formação, como um espaço de qualificação, capacitação e aprimoramento dos docentes, além de difusão de boas práticas e troca de experiên-

cias.

-  Fomento ao desenvolvimento profissional através do acesso a cursos de especialização stricto sensu (mestrado e doutorado) seja através da disponibilização de convênios com a UFAC ou ainda bolsas para cursos em outras localidades. A prefeitura deve normatizar uma quantidade anual de vagas.
-  Criação do Centro de Apoio e Inovação para os profissionais da educação que mobilize, capacite e apoie de forma sistemática a formulação de propostas e soluções voltadas para a melhoria da aprendizagem e da gestão educacional.
-  Equiparação salarial com os vencimentos do governo do estado nas carreiras semelhantes e que apresentam defasagem por parte do poder público municipal.
-  Criação do **PRÊMIO MELHORES PRÁTICAS EDUCACIONAIS** destinado a reconhecer e premiar iniciativas inovadoras que melhorem os fluxos, processos e o desenvolvimento de saberes em âmbito educacional.
-  **FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**
-  Desenvolver mudanças na infraestrutura das escolas, nas práticas pedagógicas e na estrutura curricular para promoção do acesso ao ensino infantil, considerando as singularidades, necessidades e particularidades dos alunos. Criação, em parceria com o Governo do Estado, Universidades, Institutos Federais e organizações da sociedade civil, do **CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**, com equipe multidisciplinar para acesso, habilitação e reabilitação dos alunos com algum tipo de limitação de aprendizado:

Transtorno do Espectro Autista - TEA, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH; altas habilidades/superdotação; transtornos funcionais; Déficit de Processamento Auditivo Central (DPAC); dislexia; discalculia; disortografia; dislalia; limitações físicas, dentre outros.

- ▶ Além do Centro de Referência de atendimento será ampliada a atual estrutura do Centro Mundo Azul, além de ampliação de pelo menos mais dois centros (no mesmo formato) até o final de 2024.
- 💡 Ampliação e organização de equipes (médicos, psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, psicomotricista, terapeuta ocupacional etc.) de atendimento especializado às pessoas com deficiência.
- 💡 Adaptação das provas e métodos de avaliação elaborados pela Secretaria de Educação para os alunos com deficiência.
- 💡 Programa de formação continuada contemplando não apenas os profissionais da educação especial, mas também os demais profissionais, docentes de sala de aula e equipes gestoras a fim de capacitá-los para a utilização das abordagens, programas, instrumentos, estratégias e metodologias de ensino especiais a fim de capacitá-los para a efetivação de uma educação de qualidade e inclusiva.
- 💡 Adoção e consolidação do Plano Educacional Individualizado - PEI como um instrumento pedagógico fundamental para alunos com TEA e outras deficiências com necessidades educacionais complexas. O PEI é um planejamento individualizado com objetivos específicos a serem alcançados ao longo de marcos temporais pré-estabelecidos. Partindo de objetivos individualizados, são definidos todos os demais elementos para um currículo adaptado às necessidades do aluno.
- 💡 Implementação da utilização contínua de tecnologias as-

sistivas em sala de aula como produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

-  Aplicação efetiva dos dispositivos presentes nas leis municipais 2116/2015 e 2284/2018 que assegura o direito ao Programa TEACCH e outras metodologias comprovadamente eficazes para a educação de alunos com TEA.
-  Criação de canais de interlocução permanente com a comunidade escolar vinculada ao público de alunos com deficiência, incluindo a participação das associações de representação, tais como a Associação Família Azul do Acre - AFAC na formulação de políticas públicas na área da educação de pessoas com deficiência e no controle social das referidas políticas nas etapas de implantação, acompanhamento e avaliação.
-  Revisão participativa e social da lei municipal 2284/2018, que institui a política municipal de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista - TEA e estabeleceu diretrizes para sua consecução.
  -  Essa revisão visa aperfeiçoar os dispositivos já existentes e avançar em direção a novas conquistas que não foram possíveis por ocasião da aprovação da referida lei.

## **FORTALECER E APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

-  Incentivo à utilização das rotinas pedagógicas de uso in-

tensivo em Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC’s visando a construção de ambientes de aprendizagem interativos.

-  Fomento ao desenvolvimento de habilidades de ensino e aprendizagem norteadas por padrões de equidade e qualidade que possam promover nas crianças a construção de sua autonomia e o desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotoras e socioafetivas.
-  Definição de processos e parâmetros interativos para acompanhamento e avaliação das aprendizagens no âmbito local, com fomento à autonomia da unidade escolar para descrição dos planos de ações (preventivos e corretivos).
-  Priorização ao atendimento da Lei Federal 13.935/2019 que versa sobre prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.
-  Estimular o uso de tecnologias de apoio ao ensino tais como tablets e sistemas interativos de suporte à aprendizagem. A meta plausível é que no final dos 4 anos de gestão, pelo menos metade dos estudantes (pré-escola e anos iniciais) tenham acesso a esse tipo de material de aprendizado.
-  Formatar metodologia para elaboração coletiva do projeto político-pedagógico das escolas, consolidando as unidades educacionais como espaços inclusivos e valorizando o protagonismo e autoria de crianças, familiares, docentes e equipes gestoras.

### **AMPLIAÇÃO, READEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE APOIO E ENSINO**

-  Construção, reforma, ampliação e adequações das Unidades Escolares, sempre levando em conta o atendimento aos aspectos de acessibilidade e ensino inclusivo.

Ampliação e modernização da base tecnológica instalada com aquisição de equipamentos de informática e comunicação (computadores, notebook, retroprojetores, estruturas de vídeo chamada e conectividade).

 Aquisição de mobiliários escolares com valorização das indústrias locais.

 Fortalecimento das ações de Transporte Escolar em parceria com o Governo Federal e estadual.

▶ Ampliação da frota destinada ao atendimento das escolas situadas na zona rural.

▶ Implantação de parcerias Público e Privadas para expansão dos serviços.

▶ Implantação da ação inovadora de **TRANSPORTE ESCOLAR URBANO** para atuação nos bairros de maior vulnerabilidade social na capital e com acentuada distância para as unidades escolares.

 Implementar gradativamente investimentos que assegurem que todas as escolas municipais disponham de bibliotecas e de quadras poliesportivas cobertas nas áreas disponíveis.

 **ESTRATÉGIAS INOVADORAS DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR**

Implantação do Sistema integrado de Gestão escolar para todas as escolas do município.

▶ O desafio consiste em informatizar completamente o dia a dia das escolas. Os dados pessoais e pedagógicos das ações desenvolvidas serão alimentados diretamente em uma plataforma web e estarão disponíveis para toda a comunidade escolar.

▶ Informações sobre os alunos, incluindo fichas médicas (integração com o Sistema de dados da Saúde),

transporte escolar, relatórios gerenciais, controle de estoque de merenda escolar, informativos, reservas de vagas para matrículas e outras informações estarão disponíveis de forma integrada e funcional.

Um sistema completo, operativo e disponível em versões web e portable (via aplicativos de smartphones) irá desburocratizar processos, eliminar filas e aglomerações, promover o acompanhamento do desempenho escolar em tempo real, dentre outros benefícios.

O Sistema permitirá uma relação integrada e comunicativa entre escola e família, reunindo as informações fornecidas pelos professores, como lançamento de notas, planejamento de ensino, ocorrências relacionadas aos alunos, entre outras.

Os pais e alunos acessam o portal para acompanhar o rendimento, cronograma e programação do aluno e as atividades escolares.

Indicadores educacionais consolidados ou estruturados por regionais, escolas, alunos.

 Criação do Portal Web **EDUCA RIO BRANCO** não apenas como site da Secretaria Municipal de Educação (hoje inexistente), mas como um espaço que agrupe todas as informações e serviços educacionais prestados pela prefeitura.

Portal do Aluno, Portal do Professor, solicitação e reserva de vagas nas unidades escolares, gestão dos conselhos escolares, aulas virtuais, são alguns dos serviços que estarão disponíveis.

**OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL** com disponibilização, na internet, em tempo real das informações geradas no âmbito de cada escola, bem como a respectiva consolidação de dados. A população poderá acessar, no mapa, aspectos como indi-

cadres oficiais, investimentos recebidos, fotos das condições estruturais e ainda colaborar por meio de atualização das demandas em tempo real.

 Fortalecer a gestão democrática do sistema educacional municipal assegurando a articulação com a sociedade civil e fortalecendo o conselho municipal de educação e os conselhos escolares.

▶ Efetivação dos Conselhos Escolares, como instrumentos efetivos de gestão das escolas. Esse colegiado atuará no planejamento da unidade, definição de metas e tarefas a serem desenvolvidas, além da interface com a comunidade e a secretaria.

 Fomentar a participação ativa dos pais e responsáveis no acompanhamento e monitoramento do desempenho escolar dos alunos.

▶ Normatizar em parceria com o Governo Federal e Estadual e a iniciativa privada a **LIBERAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS POSTOS DE TRABALHO** para participação nas reuniões escolares, numa ação de estreitamento direto das relações entre as escolas e as famílias.

 Aprimorar as estratégias de educação a distância nas escolas municipais, levando em consideração o aprendizado obtido durante a **PANDEMIA DA COVID-19** e as necessidades de estruturação técnica, tecnológica e organizacional.

 Implantação do projeto “**EU ESTUDEI AQUI**”. O período escolar é um dos mais importantes no desenvolvimento dos aspectos pessoais. É comum que tenhamos memórias positivas de histórias e experiências com a escola que estudamos.

▶ O projeto objetiva estimular que as escolas tenham associações de ex-alunos que colaborem com o de-

envolvimento e as relações da escola de forma solidária e participativa.

- Um engenheiro pode doar um projeto de reforma. Um pedreiro pode ajudar na reforma.

- Uma médica pode ir de 15 em 15 dias fazer consultas. Um dentista pode dar palestras e falar de hábitos saudáveis. Cria-se uma rede solidária de atendimento. Essa ação permitirá a exemplificação de um compromisso afetivo, à medida que os ex-alunos podem “devolver” para a escola que os acolheu no passado conhecimento, recursos, parcerias.

 Implementar nas escolas municipais estratégias e soluções interativas Web Pedagógicas e disponibilizá-las por meio de sinal Wi-Fi aos equipamentos dos alunos.

▶ Elevar a qualidade e o alcance do sinal de internet das escolas municipais nos moldes do Programa do Governo Federal **ESCOLA CONECTADA** ou ainda com participação na rede metropolitana de fibra óptica da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP que está presente em Rio Branco e que poderá interligar em uma mesma plataforma de dados e comunicação as escolas municipais.

▶ O sinal Wi-Fi será aberto para as comunidades no entorno das escolas, com exclusividade de acesso aos programas e plataformas de ensino na prefeitura. Estruturar uma rede pública de acesso a internet sem fio. A comunidade escolar (alunos, professores, pais) terão acesso a conteúdos de programas educacionais e de capacitação, associados aos planos pedagógicos.

 Criação de um **PROGRAMA DE BONIFICAÇÃO** com incentivos, a participação e envolvimento da comunidade escolar.

- ▶ Cria-se um bônus virtual, denominado EDU (abreviação de EDUCAÇÃO) e os alunos são bonificados com unidades de EDU à medida que atendem a alguns critérios: percentual elevado de presença ao longo do ano, pais que participam das atividades escolares, famílias que participam de atividades extracurriculares, de envolvimento social e comunitária, dentre outros.
  - ▶ Não terão bonificações por desempenho escolar e sim pelo envolvimento e participação. Busca o envolvimento, participação e interação.
  - ▶ Ao final de cada ano, os responsáveis podem trocar as unidades de EDU conquistadas nos estabelecimentos comerciais conveniados pelo programa.
-  Criação do **PROGRAMA PROFESSORES EM CASA** com adesão espontânea por parte dos pais e responsáveis, que ao participar do programa recebem capacitações, material didático específico e orientações para desenvolvimento de práticas educacionais em casa, como foco nos aspectos lúdicos, socioemocionais e de integração.
-  Incentivar, apoiar e fomentar a estruturação de cursinhos preparatórios para concursos e ENEM em todas as regionais da cidade.
-  Mudança na nomenclatura de merendeira para manipuladora de alimentos

### EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

-  Fomentar a expansão das matrículas na Educação de Jovens e Adultos - EJA na Rede Municipal de Ensino, articulada à formação inicial e continuada ou qualificação profissional dos educandos, objetivando a elevação do nível de escolaridade;

- 💡 Desenvolver e aprimorar estratégias educacionais para o EJA, principalmente na formação de professores e capacitação para o mercado de trabalho (FMT), ampliação no número de vagas e combate a evasão escolar.
- 💡 Atuação integrada e articulada com o governo federal e estadual para combater o analfabetismo de jovens e adultos em Rio Branco.



# 5

## CULTURA



*A cultura é uma agenda estratégica e indispensável ao desenvolvimento econômico, social e humano da cidade de Rio Branco.*

---

**POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVAS NA ÁREA DE CULTURA** devem estar inseridas em um processo contínuo, participativo e comunitário de desenvolvimento humano e social. Um conjunto de ações aleatórias que visem apenas entretenimento, sem articulação com diversas áreas e setores da sociedade não será capaz de promover e melhorar diretamente o setor.

Partindo desse pressuposto, a gestão Minoru Kinpara propõe um conjunto de transformações na formação dessas políticas setoriais com reconhecimento direto da cultura como uma agenda estratégica e indispensável ao desenvolvimento econômico, social e humano da cidade de Rio Branco. Os agentes e grupos culturais são forças primordiais e protagonistas na mudança positiva para alcançarmos uma cidade que ofereça melhores condições de vida.

Nessa ótica, o fomento e o acesso a bens culturais deve alterar, ampliar, valorizar, reconhecer e favorecer o desenvolvimento em várias dimensões, com respeito aos elementos culturais regionais, a espontaneidade, individualidade, criatividade, bem como as características dos grupos sociais presentes em nossa cidade. Essas ações não devem ser instrumentos de promoção de acesso a poucos, ao contrário necessitam sempre buscar a equidade e a inclusão social.

Quando olhamos para a realidade do setor cultural em Rio Branco, observamos a falta de perspectiva para desenvolvimento da atividade pela ausência ou pouca efetividade de ações estruturadas, além da presença de vários problemas de engajamento, organização e descontinuidade.

Os investimentos no setor nas últimas gestões são quase que exclusivamente destinados ao incentivo por

meio de projetos apresentados pelos segmentos culturais no âmbito do Sistema Municipal de Financiamento.

Todavia, não se contempla nas ações da prefeitura a preocupação com a real ampliação, revitalização e manutenção de centros e espaços culturais, uma política efetiva de proteção ao patrimônio cultural ou incentivo à economia da cultura em seus diversos aspectos.

O que se vê é um conjunto isolado e esporádico de ações sem um pano de fundo que possibilite a apropriação pela sociedade de um plano coeso de mudança da realidade posta e a efetiva promoção do desenvolvimento da cultura na cidade.

Em linhas gerais a cidade possui atualmente três centros culturais, um centro de tradições populares, um parque urbano e um espaço cultural, todos sob a gestão da Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer Garibaldi Brasil. Mesmo com a pouca estrutura cultural instalada, a PMRB não se preocupa em otimizar o funcionamento desses reduzidos espaços.

É preciso avançar no que está posto. O caminho consiste em ampliar, modernizar e fazer cumprir as bases legais existentes, mas é necessário ir além, pensar na integração entre as diversas áreas, apresentar um portfólio de ações com finalidade de proporcionar à sociedade, a promoção de sua existência e fortalecimento da sua cidadania, com a democratização do acesso e a busca permanente pela qualidade de vida equitativa.

# Propostas

---

Entedemos que política cultural precisa ser pensada como uma ação coletiva, criada e praticada com a participação constante dos indivíduos, só assim ela consegue fazer sentido. Dessa forma, as políticas públicas de cultura podem ser enxergadas como ações realizadas não só pelo Estado, mas também por instituições civis, privadas e de grupos comunitários com completo respeito às individualidades. Mesmo assim, em ambos movimentos, o papel de fomentador cabe ao poder público.

A gestão Minoru Kinpara defende que a prefeitura deve ser parceira e facilitadora das atividades culturais. Assim sendo, deve ter um papel primordial potencializando as iniciativas dos grupos e coletivos, facilitando o uso dos espaços públicos e provendo a infraestrutura necessária para promoção dos direitos e desenvolvimento do setor.

Portanto, entendemos que a Cultura é matricial e transversal nos processos da gestão, permeando todas as áreas e todas as políticas públicas municipais. Deve se ter um eixo de execução, que perpassa todas as secretarias e unidades organizativas da administração.

Não é efetivo que a PMRB pense a política cultural apenas através de financiamento via edital a projetos específicos de manifestação cultural. É preciso pensar no todo, na universalidade do acesso, na democratização das políticas. A cultura como direito é um bem a ser cuidado em todas as fases e aspectos desde a dimensão antropológica, passando pelas salvaguardas e difusão.

Dito isso, as responsabilidades municipais com o setor são gi-

gantescas. O município é a esfera política mais próxima dos cidadãos e em via de regra, é o primeiro território para o acesso aos direitos sociais. Não é possível que a PMRB não tenha protagonismo nesse processo de fomento.

Rio Branco vive tempos em que os espaços de manifestação culturais são escassos, a “cultura” fica restrita a poucos, a maioria só tem acesso ao pagar por um ingresso de cinema, teatro ou show artístico.

Porém, mesmo com políticas incipientes de apoio ao setor, há uma dinâmica cultural formatada por diversos grupos e coletivos, que a partir de suas referências, fazem arte e inserem e envolvem pessoas em um processo único de manifestação. A Prefeitura precisa entender esse processo e se posicionar como facilitadora em relação aos diversos agentes. Temos que valorizar nossa cultura regional, não apenas para que ela sobreviva, mas para que ela alcance cada vez mais pessoas.

Com um processo nesses moldes é que iremos propor soluções e firmar parcerias que tornem assuntos supostamente distantes e aparentemente sem qualquer ligação com a cultura mais humanizados, flexíveis e abertos a projetos inovadores que possam efetivamente atuar na promoção desses direitos.

Não queremos ser uma gestão apenas preocupada com os aspectos físicos e realização de metas que visem à formalização em relatórios e publicidades estatais. Na gestão pública que acreditamos e defendemos o alvo sempre será as pessoas e a convivência em sociedade.

A manifestação cultural através das mais variadas artes é uma das linguagens mais compreendidas pelos jovens e tem se tornado um importante instrumental para a construção da cidadania dessa faixa etária. As minorias sociais encontram no esporte e na cultura ferramentas para expressar a sua própria singularidade.

A nossa gestão atuará na promoção da cultura partindo do pressuposto do acesso universal, com respeito às singularidades e especificidades de cada grupo, coletivo e indivíduos.

-  Priorização da sinergia entre as políticas de cultura e agendas estratégicas, com foco no tripé formado por educação, esporte e cultura. Essas ações devem ser transversais nas políticas públicas municipais.
-  Implementação do **PROGRAMA CULTURA DO NOSSO JEITO** que visa o fortalecimento do Sistema Municipal de Cultura através de incentivos à produção cultural do município em suas diversas manifestações e nos diversos segmentos, priorizando a produção, criação, descentralização, promoção, circulação e fruição de bens e serviços culturais, estimulando o acesso às artes para a comunidade.
  -  Ampliação e modernização dos editais vinculados ao Fundo Municipal visando redimensionar e readequar os investimentos para descentralizar as iniciativas, ampliar sua capilaridade e democratizar a participação.
  -   Promoção da cultura como um bem socialmente necessário, relacionada com o entretenimento, com as manifestações folclóricas e as linguagens culturais.
  -  Revisão da Lei de Incentivo à Cultura para que ela seja um efetivo instrumento de promoção à universalidade do acesso.
-  Implantar o **PROJETO ADOÇÃO CULTURAL** que visa a promoção e o desenvolvimento da cultura no âmbito local por meio do estímulo com incentivo fiscal para que empresas locais adotem projetos culturais de todos os matizes, assumindo a postura de empresa praticante da responsabilidade social e **AMIGA DA CULTURA**.
-  Expandir os equipamentos culturais e de esporte da cidade, ampliando a estruturação para áreas com forte concentração de jovens e população de baixa renda. Levar cultura para todas as regionais da cidade.

- 💡 Promover a revitalização cultural dos espaços já existentes, humanizando a cidade e promovendo uma gestão compartilhada entre poder público e comunidade.
- 💡 Criação do **PRÊMIO ANUAL RIO BRANCO DE CULTURA**, com premiação de artistas nas áreas de música, dança, teatro, literatura, artes plásticas, dentre outras manifestações com a realização de mostras para participação da população na escolha dos premiados por meio de plataforma digital.
- 💡 Implantar o Programa continuado **EDUCAÇÃO É CULTURA** que visa fomentar o diálogo entre as diversas práticas artísticas e culturais e a educação formal por meio de ações intersetoriais que integre nas escolas de ensino fundamental sob responsabilidade do município práticas culturais, contribuindo para que o ambiente escolar se torne cada vez mais um espaço também de produção e circulação da cultura brasileira/acreana, com respeito à diversidade cultural, de formação e de público.
  - ▶ Efetivação e aprimoramento do tema de artes e expressão cultural no currículo das escolas municipais como tema transversal;
  - ▶ Criar, junto com a Secretaria de Educação do município, um catálogo de eventos artístico-culturais nas escolas, incluindo o **Festival Estudantil da Canção**.
  - ▶ Incentivar as escolas ao uso de espaços e equipamentos culturais e de Patrimônio Histórico do município.
  - ▶ Incentivar financeiramente, por meio de edital público, projetos e propostas específicas para intercâmbio entre cultura e escola.
  - ▶ Promover exposição de acervo artístico e patrimônio cultural local em mostras itinerantes nas escolas.
  - ▶ Viabilizar a criação de oficinas de desenvolvimento de projetos integrados ao currículo escolar voltados para

a identificação, reconhecimento e registro (audiovisual, fotográfico, literário etc) de moradores, fatos e espaços que sejam referências para a identidade, história e patrimônio da comunidade onde o núcleo escolar esteja inserido, fazendo circular entre os moradores locais o material produzido.

- ▶ Oportunizar a escola como espaço central na comunidade para a promoção cultural. A estrutura das escolas municipais será utilizada para cursos, programas de formação e aulas coletivas de música, dança, modalidades esportivas, dentre outras.

 Estruturar e desenvolver uma **AGENDA CULTURAL** contínua e programada, com um calendário anual de eventos e programações para o setor em Rio Branco.

 Implantação da **VIRADA CULTURAL DE RIO BRANCO**.

-Inicialmente o evento terá 12 horas ininterruptas de duração com o objetivo de promover a convivência em espaço público, convidando a população a se apropriar dos valores imateriais da cidade por meio da arte, da música, da dança, das manifestações populares. Busca-se levar a população da capital a experimentar, descobrir e redescobrir ambientes e vivências no cenário urbano.

- O evento deverá reunir uma programação ampla e diversificada, com música, teatro, dança, artes plásticas, performance, gastronomia, moda, intervenções urbanas, literatura, interpretações, dentre outras.



Implantação do Programa **CULTURA NO CAMPO** ob-

jetivando promover manifestações e organizações culturais nas comunidades rurais de Rio Branco.

 Implementação do Programa Integrado **ECONOMIA CRIATIVA E CULTURA** que visa dotar algumas iniciativas e manifestações culturais de conceitos de empreendedorismo, sustentabilidade e geração de valor.

▶ O capital intelectual despendido nas manifestações culturais é bastante elevado e pode ser estruturado em uma cadeia de geração de valor, que reconheça o trabalho do artista, mas que seja empreendedora e sustentável.

▶ Tendo em vista que a criatividade é a grande matéria-prima do processo de manifestação cultural, o empreendedorismo nesse nível busca estimular as iniciativas culturais. Por meio de ações de patrocínio, por exemplo, é possível viabilizar espetáculos, exposições e projetos socioculturais de vários tipos, a criatividade econômica e a cultura passam a andar juntos em uma relação contínua de aprimoração e desenvolvimento.

▶ A arte, então, passa a ser um dos fatores fundamentais para a geração de valor.

Alguns exemplos dessa integração:

- Feiras culturais: programar e realizar, em parceria com a iniciativa privada, com entidades culturais, grupos e coletivos constituídos, evento semestral com apresentação de cantores, bandas e corais, exposição e comercialização de artesanato, flores ornamentais e pratos da gastronomia local, exposição de artes visuais e audiovisual, grupos de danças tradicionais, lançamento de publicações literárias etc.

Produção Literária: identificar e reconhecer territórios criativos e produtivos relacionados à li-

teratura, com a finalidade de fomentar processos de criação, edição, publicação, distribuição e comercialização de livros, revistas, audiolivros e outros meios de registros da literatura.

 Criar o **PROJETO DE INTERCÂMBIO CULTURAL** como uma ação de residência artística, por meio da concessão de bolsa, que permita aos artistas locais selecionados via edital público, o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa, aprimoramento de técnicas, criação de obras, elaboração de propostas inovadoras de serviços culturais, a partir de residência em outras realidades geográficas, como por exemplo nos países vizinhos, Bolívia e Peru. Os bolsistas serão acompanhados por uma comissão formada por artistas de referência em cada segmento, curadores e pesquisadores.

 Implementação do Projeto **CULTURA NO BAIRRO** para identificar manifestações culturais em bairros da cidade para em diálogo com as associações de bairro e demais entidades que atuem na localidade, criar ambientes propícios e organizar programações culturais periódicas nessas comunidades com o objetivo de dar visibilidade e fomentar essas manifestações, as quais valorizem e respeitem as identidades culturais locais.

 Ampliar a oferta de Centros Culturais Comunitários em bairros e comunidades periféricas da cidade, para que se constituam como espaços públicos de convergência cultural, com infraestrutura adequada a atividades culturais, de formação artística, de lazer para a socialização a partir das mais diversas manifestações culturais da localidade. A grande maioria dos bairros da cidade não possuem nenhuma infraestrutura ou equipamentos coletivos destinados à prática ou fomento de atividades culturais.

- ▶ Criar um calendário cultural, por regional, para o planejamento e realização, junto com as representações comunitárias, de programação de ações como feiras, mostras, festividades tradicionais, campeonatos que estimulem a produção, a circulação e o acesso às manifestações artístico-culturais no âmbito de suas regionais ou bairros.
  
- 💡 Fortalecimento da política municipal de promoção à **VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL** do município por meio de estratégias e ações a serem executadas em diálogo com a gestão estadual e sociedade civil e apoio da União, priorizando:
  - ▶ Transformação de imóveis públicos ociosos da gestão municipal em centros culturais, dentro de uma política de preservação de patrimônio e de democratização de acesso à cultura e o tombamento de espaços culturais.
  - ▶ Ações de educação patrimonial para agentes de turismo, fazedores de cultura, gestores públicos, equipes pedagógicas, professores e alunos das escolas da rede municipal.
  - ▶ Ampliação das práticas de registro e da política de salvaguarda do patrimônio imaterial.
  - ▶ A implantação do Museu de História, Arte e Cultura do município.
  
- 💡 Identificar e credenciar os agentes culturais do município de Rio Branco criando uma rede sinérgica entre os “fazedores de cultura”.
  - ▶ Formatar um sistema de informação cultural integrado e dinâmico que contemple toda estrutura cultu-

ra na cidade ( fazer cultural - quem faz, como faz e quando faz), espaços culturais, eventos, empreendedorismo cultural, etc. Este diagnóstico vai facilitar o aperfeiçoamento das parcerias, das políticas e da gestão pública.

▶ Disponibilização no aplicativo **RIO BRANCO DIGITAL do “CATÁLOGO CULTURAL”** com identificação dos diversos projetos culturais, solidários e de esporte e lazer em Rio Branco. Essa estrutura estará disponível para a sociedade civil organizada ou para a iniciativa privada caso desejem apoiar, investir ou conhecer os diversos projetos em execução na cidade.

💡 Implantar o **PROJETO TERRITÓRIOS CRIATIVOS** com foco na promoção cultural de acordo com as especificidades de determinada localidade ou de determinado grupo.

▶ O território não é uma limitação física ou de grupos de pessoas, mas um conceito de características e interesses comuns que se unem para “fazer cultura”.

▶ Coletivos de cultura de diferentes manifestações (danças, música, pinturas, literatura, ritmos, interpretações, imagem e fotografia, religiosas, vestimentas, culinária, tradições, dentre outros) podem formar, agrupar ou se relacionar em um **TERRITÓRIO CRIATIVO**.

▶ Os diversos **TERRITÓRIOS** serão enxergados pelo poder público municipal como grupos de promoção da cultura e passam a ser elegíveis para usufruir das políticas públicas de apoio ao setor.

💡 Oportunizar os movimentos culturais locais, com iniciativas a participação e representatividade em competições nacionais e internacionais.

- 💡 Estruturação do Festival Anual de Música de Rio Branco – FAM/RBR.
- 💡 Criação da Banda Municipal de Música composta por alunos das escolas municipais.
- 💡 Implantação do Conservatório Municipal de música de Rio Branco.
- 💡 Propor parcerias com o setor privado e o terceiro setor na formulação e execução de programas de promoção cultural.
- 💡 Criar políticas culturais específicas para as minorias sociais e grupos em vulnerabilidade social viabilizando o desenvolvimento da autoestima e inserção social.
- 💡 Valorizar e apoiar as manifestações culturais de artistas locais, oferecendo-lhes condições para desenvolvimento da arte e cultura.
  - ▶ Nesse aspecto é importante o fortalecimento de movimentos culturais estruturados, como por exemplo Liga de Quadrilhas Juninas, as tradições culturais religiosas locais (como exemplo, a cultura ayahuasqueira), dentre outras.
- 💡 Estabelecer fóruns amplos e contínuos de debate com os atores sociais e culturais sobre as identidades locais e regionais.



# 6

## ESPORTE E LAZER



*É necessário um novo olhar para o segmento de esporte e lazer, com planejamento, sensibilidade e orientação para protagonismo da sociedade. Isso se traduz na presença das políticas de esporte e lazer de forma natural e contínua na vida coletiva, no cotidiano da cidade.*

---

**O FOMENTO A PRÁTICA REGULAR DE ESPORTE** e alternativas de lazer é uma das políticas transversais mais importantes para a gestão municipal. Não basta apenas que o poder público ofereça um conjunto aleatório de atividades, que em via de regra se concentram em alguns poucos grupos, o desafio consiste em buscar a universalidade do acesso, a garantia da continuidade das ações e apresentar um portfólio de projetos que possam ser apropriados pela sociedade em geral.

Os benefícios ao indivíduo pela prática esportiva e uma agenda correta de alternativas de lazer permeia a qualidade de vida, saúde e bem estar e são bem conhecidas do público geral. Todavia, a Prefeitura deve ser capaz de aliar a promoção dessas ações com uma política estruturada capaz de pensar o desenvolvimento do setor de forma coletiva enfrentando os desafios de infraestrutura e gestão e provendo o acesso a cada vez mais pessoas.

Chegou a hora da população da capital ser beneficiária de um programa ampliado de promoção ao esporte e lazer. É preciso saber quais alternativas são desenvolvidas, qual a programação e as opções disponíveis para atuação. Esse processo não é hierárquico, mas participativo, horizontalizado e dinâmico. A participação popular na construção das políticas públicas é um bom caminho para sua efetividade e para que elas sejam apropriadas pela população.

Olhando de forma mais detalhada para as atuais iniciativas de fomento ao setor na capital, fica nítido a ausência de um planejamento programático, integrado e funcional para a área de DESPORTO E LAZER.

A constatação é que a execução das ações pela PMRB, ocorre de forma aleatória, sem um plano de médio e

longo prazo e com a ausência de um programa contextual que garanta a prioridade e continuidade das ações. Essa visão é corroborada pela importância que o tema foi tratado na gestão municipal nos últimos anos e com a análise dos gastos anuais com o setor.

De forma ilustrativa, a área de Desporto e Lazer nas últimas gestões nunca teve um espaço de protagonismo. Inicialmente chegou a fazer parte da estrutura da administração direta vinculada a Secretaria de Educação, posteriormente passou a ser uma estrutura autônoma como Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e na última gestão ocupa uma diretoria na Fundação Garibaldi Brasil.

Um dos indicadores para avaliar o sucesso das políticas desenvolvidas é a sua continuidade e perenidade. Se é efetiva, os cidadãos passam a ser beneficiários de programas de estado e não de gestões políticas.

Essa fragilidade em termos de estrutura organizacional é refletida na programação e execução do orçamento executado pela PMRB com a função **DESPORTO E LAZER**. Até 2016 existia uma correspondência entre os valores orçados e a execução. Por exemplo, em 2016 foi executado um montante aproximado de R\$ 2,3 milhões que corresponde a 80% dos valores planejados na Lei Orçamentária. Ressalta-se que nessa análise anual, não vislumbramos a efetividade dos gastos, sua vinculação programática ou se as despesas ajudaram a fortalecer o setor, trata-se apenas de um exercício para mensurarmos a organização e prioridade com que o tema é tratado na gestão municipal.

A partir de 2017, o percentual de execução real com Desporto e Lazer frente aos valores planejados na LOA foram caindo drasticamente (2017: 44%; 2018: 57%; 2019: 4%). Esse dado é mais grave quando observamos os valores executados no ano de 2019.

Segundo dados oficiais do Portal da Transparência da PMRB, em 2019 foram investidos apenas R\$ 248.798,84 (duzentos e

quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) com a função Desporto e Lazer, o menor gasto nas últimas décadas. No período de 2016 a 2018 a média anual foi de R\$ 2 milhões contra R\$ 248 mil em 2019.

É oportuno uma análise pormenorizada desses dados. Em 2019, a prefeitura da capital estimou que gastaria com Desporto e Lazer um montante de R\$ 6,3 milhões e executou apenas R\$ 248 mil (cerca de 4% do que foi planejado na lei orçamentária). Esse cenário mostra a falta critérios no planejamento elaborado (planeja-se R\$ 6 milhões, executa-se 248 mil) e que a lei orçamentária apresentada pela PMRB é uma peça sem base técnica e que não reflete a realidade.

É possível que a informação apresentada no Portal da Transparência esteja equivocada (o que inviabilizaria o discurso de transparência e competência apregoado), afinal essa falta de prioridade com o setor com essa diferença abissal de investimentos chama muito atenção. Todavia, em ambos os casos, é latente as deficiências técnicas e de gestão dos atuais responsáveis pela elaboração e implementação das políticas públicas para o setor.

Rio Branco possui um bom instrumento normativo que é a Lei de Incentivo ao Esporte e Lazer (aprovada em 2013), mas que de forma efetiva pouco contribuiu para a estruturação, aperfeiçoamento e destinação das políticas públicas ao setor, até mesmo pela falta de prioridade na sua execução e monitoramento.

É necessário um novo olhar para o setor, com planejamento, sensibilidade e orientação para protagonismo da sociedade. Isso se traduz na presença das políticas de esporte e lazer de forma natural e contínua na vida coletiva, no cotidiano da cidade. Não se olha para a prática apenas em ginásios, quadra poliesportivas ou campos de futebol, a cidade é o ambiente de desenvolvimento e interação.

# Propostas

---

Nossa gestão acredita que a prefeitura deve ser parceira, fomentadora e motivadora de um SISTEMA de políticas de esporte e lazer inclusivo, participativo e perene. O objetivo principal é democratizar o acesso, qualificar espaços urbanos, apoiar iniciativas existentes, fomentar o desenvolvimento de novas. Um esforço coletivo, organizado e articulado, um verdadeiro compromisso social para cuidarmos de um setor tão carente.

Além de ter um plano, uma marca, um conceito, um endereço, olharemos para as políticas públicas de esporte e lazer diretamente como um direito social e como tal devem ser implementadas sob o viés de inclusão e equidade.

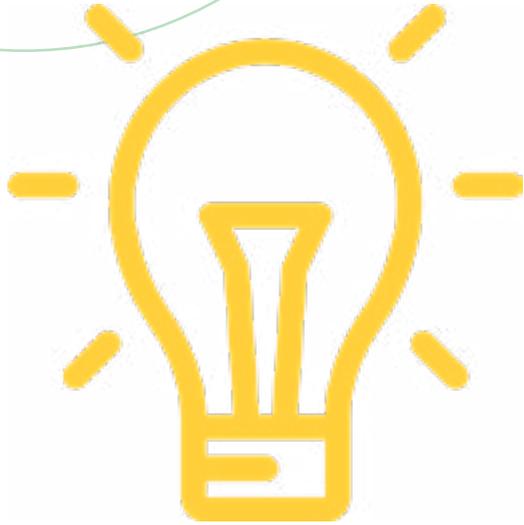
O tema é central em nossa plataforma de planejamento, porque entendemos que com ações efetivas que incluam o esporte e lazer na pauta de prioridade da gestão, conseguiremos almejar o desenvolvimento social e humano que irá se materializar na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Como explicamos anteriormente, esporte e lazer devem ser estratégias de inclusão, de redução das desigualdades sociais, de aproximação, de gestão compartilhada, de enfrentamento das dificuldades.

Quando olhamos para Rio Branco com os altos índices de violência em todas as regionais da cidade, a população amedrontada e cada vez mais reclusa em ambientes fechados, percebemos que erramos muito na formulação e implementação dessas políticas.

Para reverter esse processo é necessário, sobretudo, o cumprimento de ações com a finalidade de proporcionar à maioria da sociedade, a promoção de sua existência, a democratização dos conhecimentos produzidos e a qualidade de vida equitativa. Desta forma será possível transformar a sociedade e atingir o desenvolvimento humano e social que se vislumbra e que Rio Branco merece.

Meu compromisso é tratar o esporte e lazer com uma política integrada, inserida na vida da cidade como espaço de urbanidade e convivência, assumindo o desafio de ofertar um portfólio de ações para superar isolamentos, distinções, vivificando espaços urbanos, as práticas coletivas e a interação, colocando em primeiro plano a qualidade de vida das pessoas. Esse é o nosso olhar, é como acreditamos.



# Propostas

**ESPORTE E LAZER**

 Implantar o Programa **A PRAÇA É SUA** tornando as praças públicas da cidade referência nas práticas coletivas e interativas de lazer. As praças de Rio Branco, em via de regra, não têm qualquer atividade de cultura, esporte, lazer e convivência comunitária. Praças vazias geram insegurança e acabam se tornando espaços propícios para violência urbana e atividades que impedem o desenvolvimento comunitário. As praças precisam ser vivas, ter movimento, interação, vivência popular. O programa será executado com a seguinte operação:

-  Entendimento que a praça é um espaço de lazer, convivência comunitária e segurança. Dessa forma, é fundamental a interação com outras áreas da gestão municipal como infraestrutura, segurança pública, educação e gestão urbana. As praças devem ser polos de promoção a saúde e ao bem estar por meio das práticas de lazer e desporto.
-  As grandes praças devem ter programação diária de atividades sociais, culturais e lazer das quais a população participe.
-  Praças médias podem ter atividades diárias em parceria com as escolas.
-  Praças pequenas podem ter atividades volante que chegam e chamam a população para alguma ação pontual, como atividades de lazer lúdicas e cooperativas.

 Criar novos mecanismos para dinamização de espaços públicos de esporte e lazer através de parcerias público privadas, visando aumentar o número de crianças e jovens em atividades esportivas, bem como aprimorar uma rede de atendimentos específicos para população idosa.

 Avançar na construção da política de esporte e lazer como

instrumento de saúde da população, envolvendo profissionais da área da saúde na construção do esporte como instrumento de alfabetização corporal.

 Implantar um Programa Estruturado de desenvolvimento ao **PARADESPORTO INFANTIL**.

-  Objetiva oportunizar a prática desportiva para crianças e jovens com deficiência.
-  As aulas do Programa são desenvolvidas no contraturno escolar, e promovem o estímulo à cidadania e o exercício de direitos humanos das pessoas com deficiência, com fins de empoderamento e inclusão social, por meio de atividades esportivas, sociais e educacionais.

 Reformas, ampliação, modernização dos espaços de esporte e lazer distribuídos na cidade.

 Promover a distribuição espacial de recursos, serviços e equipamentos, segundo critérios de contingente populacional e indicadores sociais, para redução de desigualdades socioespaciais, suprimindo carências, especialmente em bairros de maior vulnerabilidade social.

 Viabilizar a acessibilidade aos equipamentos, mediante oferta de rede física adequada, e desenvolver programas de esportes e lazer para inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

 Desenvolver e aprimorar a gestão compartilhada dos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer. A comunidade deve se apropriar e empoderar-se dos seus espaços e assim zelar, cuidar, ser protagonista na gestão.

 Parcerias com a iniciativa privada para manutenção de determinados espaços públicos de uso coletivo, através de permuta para anúncios publicitários, dentre outras formas de parceria.

- 💡 Desenvolver o Programa de atividades esportivas **ESPORTE E LAZER NO MEU BAIRRO** em parceria com os Governos Federal e Estadual para desempenho de aulas e práticas esportivas direto nos bairros envolvendo um grande número de profissionais de educação física e a comunidade em geral.
  - ▶ O Programa se desenvolve a partir da implantação de núcleos de esporte recreativo e de lazer diretamente nos bairros. As praças, as quadras, os salões paroquiais, igrejas, os ginásios esportivos, os campos de futebol e os clubes sociais são exemplos de espaços destinados a execução das ações.
  - ▶ Ampliação da utilização do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC do Governo Federal levando as ações para todas as regionais de Rio Branco e com a diversificação das modalidades.  
Democratizar o acesso ao lazer e esporte recreativo, privilegiando as comunidades menos favorecidas.
  
- 💡 Criação do programa **ESPORTE À MEIA NOITE**. A estratégia consiste em ocupar quadras, praças, espaços livres na cidade, sobretudo, nos locais de maior vulnerabilidade com ações esportivas organizadas.
  - ▶ Profissionais que estejam finalizando seu turno de trabalho, jovens e adolescentes que ficariam a paisana nas ruas podem praticar atividades esportivas, gerando movimento ao local. O esporte ocupa espaços afastando a violência e utilização das drogas.
  - ▶ Essa estratégia irá compor o Plano Municipal de Segurança Pública que deve prover em parceria com o governo estadual alternativas de segurança para compor o programa.

- 💡 Apoio a organização, estruturação e desenvolvimento das diversas “escolinhas” de práticas esportivas (futebol, voleibol, modalidades de lutas, natação, atletismo, dentre outras) distribuídas ao longo da cidade.
- 💡 Parceria estratégicas com os clubes profissionais de Futebol. É possível o desenvolvimento de escolinhas de futebol com ofertas de vagas para o público mais carente utilizando a estrutura dos clubes com apoio direto do poder público municipal.
- 💡 Fortalecimento em parceria com o governo federal das estratégias “Academias Popular ao Ar Livre” e “Academias de Saúde”.
  - ▶ Ampliar a quantidade de estruturas e equipamentos para todas as regionais da cidade.
  - ▶ Reformar e adequar as estruturas existentes, tendo em vista que muitas já estão danificadas.
  - ▶ Criar um cronograma diário de atendimento com profissionais de educação física, atuando diretamente nesses espaços
- 💡 Apoio ao desenvolvimento do esporte através da implantação do Programa **ATLETAS DO FUTURO**.
  - ▶ Através das aulas de educação física nas escolas municipais, serão identificados alunos que possuem talento e aptidão para práticas de modalidades esportivas de alto desempenho. A Secretaria Municipal de Educação irá capacitar e estimular seus professores de Educação Física para esse diagnóstico.
  - ▶ Outro eixo de identificação de crianças será através da percepção nos demais projetos de esporte e lazer desenvolvidos pela PMRB.
  - ▶ Os alunos identificados serão acompanhados por um programa especial de fortalecimento e desenvolvimento cognitivo, físico e emocional para atuação no

âmbito do programa.

-  Criação de um calendário de competições escolares que promova a ocupação, preparação e envolvimento dos alunos da rede municipal, como exemplo, o **JOGOS MUNICIPAIS ESCOLARES**.
-  Oportunizar as ações de entidades, reconhecidamente, articuladoras e executoras de ações esportivas e de lazer, que envolvam, prioritariamente, a população em maior vulnerabilidade social.
-  Oportunizar os movimentos esportivos locais, com iniciativas a participação e representatividade em competições nacionais e internacionais.
-  Criação do **CALENDÁRIO MUNICIPAL DE COMPETIÇÕES ESPORTIVAS**.
  -  Com destaque para o aperfeiçoamento do Copão Comunitário de Futebol e o fomento à competições internas no âmbito das regionais.
  -  Fortalecimento em parceria com as federações e entidades representativas do calendário de competições esportivas de outra modalidades, como por exemplo: voleibol, handebol, basquetebol, futevolei, esportes radicais, lutas (taekwondo, karatê, jiu-jitsu, capoeira, dentre outros).





# 7

## SAÚDE

“

*Propomos um novo olhar sobre a saúde da capital. Um olhar mais humano, mais sensível, não voltado apenas para a infraestrutura física, mas que garanta a expansão da cobertura da atenção primária, promova atuação sistêmica e um atendimento de qualidade.*

---

**EM 2020, A EFICÁCIA DOS SISTEMAS DE SAÚDE** foi posta a prova durante à pandemia do novo coronavírus. Ninguém estava preparado para uma calamidade nessas proporções, mas a capacidade de resposta e estruturação de alternativas foi o grande desafio para os gestores e orientaram as estratégias de enfrentamento que apresentaram os melhores resultados.

No Brasil, mesmo considerando as deficiências estruturais, de atendimento e organização, a existência de um Sistema Único de Saúde (SUS) era para ser nosso grande diferencial em uma frente de atuação integrada pelos entes federativos no combate à COVID-19.

No entanto, a realidade foi muito dura e trágica. Ficou latente a falta de ações articuladas entre os três níveis de governo, muitas vezes com políticas ou conceituação distintas sobre a forma de atuação. Em que pese a necessidade de uma política nacional, com execução a partir dos Estados e Municípios, o sistema sofreu bastante pelo pouco protagonismo e falta de preparo das prefeituras.

Essa foi na íntegra a realidade da capital e apenas exemplificou os rumos que a saúde municipal vem trilhando nos últimos anos. O município é a materialização imediata da presença governamental. Em via de regra, é o primeiro contato da população com o sistema de saúde e onde existe capacidade para resolução de grande parte dos problemas por ela apresentados.

A própria concepção de organização do SUS confere essa importância aos municípios à medida que define que os mesmos são responsáveis pela execução das ações e serviços de saúde no âmbito do seu território. A noção territorial é fundamental nesse aspecto, não é possível enfrentar as mazelas, problemas e deficiências que ocorrem no seio da cidade sem uma política efetiva

de desempenho e cooperação, tendo a prefeitura como agente de promoção e execução.

O município formula suas próprias políticas de saúde e também é um dos parceiros para a aplicação de políticas nacionais e estaduais. Ele coordena e planeja o SUS em nível municipal, respeitando a normatização federal, mas deve ser capaz de articular parcerias visando o atendimento pleno de sua população. O foco deve ser sempre cuidar das pessoas com proximidade e interação. Isso significa assumir responsabilidades com técnica, zelo e transparência, atributos muitas vezes não priorizados pelo gestores municipais.

Essas deficiências de articulação e atuação que ficaram mais latentes em meio a pandemia, já eram expressas nos dados de atenção básica em Rio Branco, com foco nas atribuições do poder público municipal.

Conforme dados do Ministério da Saúde (MS/SAPS, 2020), em abril do corrente ano, a taxa de cobertura total da população da capital com Atenção Básica era de 75,63% e, especificamente, com estratégias de Saúde da Família de apenas 49,97%. Essas informações não são animadoras, tendo em vista, que no contexto estadual somos o PENÚLTIMO MUNICÍPIO no Ranking de cobertura de Atenção básica e o ÚLTIMO em relação a cobertura das estratégias de saúde da família, entre todos os municípios do Acre.

Essa dificuldade em promover o acesso da população aos serviços básicos de saúde está presente em toda rede. Quando avaliamos os dados referente às ações de Saúde Bucal, Rio Branco possui apenas uma cobertura de 32% da população. No âmbito da atenção básica, a capital apresenta a menor taxa entre todas cidades do Estado. Ressalta-se que em dezembro de 2014, tínhamos uma cobertura até maior (48,88%), ou seja, nos últimos 6 anos ocorreu uma queda considerável na cobertura desse serviço.

A análise desses indicadores é importante e é oportuno, pois demonstra a amplitude e o alcance das políticas municipais de atenção à saúde. O que chama atenção é uma tendência de deterioração do sistema nos últimos anos, expressa através da observação das respectivas séries históricas.

Por exemplo, em dezembro de 2014, os indicadores da capital eram os seguintes: Cobertura de Atenção Básica (87,5%), Cobertura de Estratégias de Saúde da Família – ESF (56,9%), ou seja, nos últimos 6 anos houve uma piora nos índices de cobertura populacional com as ações de saúde sob a responsabilidade da PMRB.

Essa tendência de precarização é confirmada quando observamos que o ano de 2019 foi o pior na série histórica da gestão da saúde municipal em diversos aspectos. Foi em 2019 que ocorreram os menores percentuais de INVESTIMENTOS (3,29%) e aquisição de MEDICAMENTOS (5,76%) em relação à Despesa total de Saúde desde 2014 (SIOPS, 2019). Para exemplificar: em 2014, do total de Despesa com Saúde, 12,65% foram destinados a INVESTIMENTOS no sistema (despesas de capital, obras e instalações, aquisição de equipamentos) e 18,26% foram alocados para aquisição de MEDICAMENTOS.

O valor total executado do orçamento da PMRB (toda a gestão, incluindo a totalidade das fontes de recursos e despesas) em 2019 foi 4,76% maior em relação a 2018. Enquanto que o crescimento da execução com a função orçamentária SAÚDE foi de apenas 0,35% no mesmo período (representando um acréscimo de recursos de apenas R\$ 39 mil/mês em relação ao ano anterior). Essa é a prioridade com que a gestão municipal atual trata a SAÚDE PÚBLICA.

Para compararmos de forma mais justa, um bom indicador apresentado pelo Ministério da Saúde é a Despesa total com Saúde sob a responsabilidade do município, estimada por habitante.

Em 2019, Rio Branco tinha uma alocação de recursos de R\$ 357,32 em saúde de forma per capita. Com esse montante somos a PENÚLTIMA CAPITAL do Brasil em gastos com saúde. A diferença é gritante, enquanto Belo Horizonte investe anualmente por habitante R\$ 1.700,66 (1ª capital no Ranking), Teresina R\$ 1.310,35 (4ª capital no Ranking), Palmas R\$ 812,06 (14ª capital no Ranking), Rio Branco destina apenas R\$ 357,32 por habitante.

Nesse cenário, a realidade do Sistema de Saúde na capital é precária, com uma tendência clara de agravamento nos últimos anos, sobretudo expressa nos indicadores do ano 2019.

Temos uma baixa cobertura populacional com Atenção Básica e estratégias de saúde da família (os menores índices do estado), nosso investimento em saúde por habitante é o penúltimo entre as 27 capitais, com o agravante que os totais alocados em 2019 para estruturação do setor, percentualmente, foram os menores da última década.

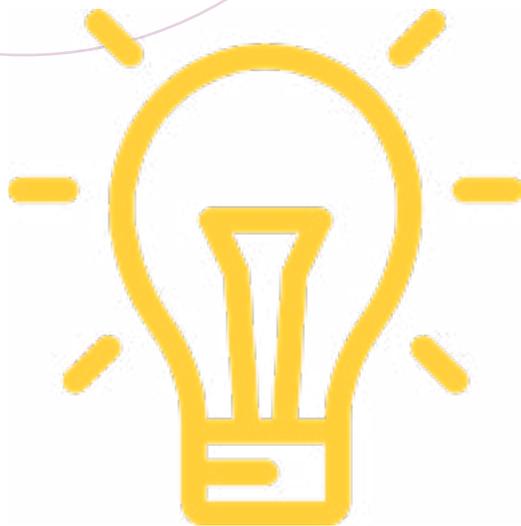
Para avançarmos nesse cenário é necessário romper com os velhos paradigmas de atuação isolada e disputas políticas e pensar em uma gestão participativa, técnica e integrada. O sistema de saúde deve ser enxergado como um todo, afinal as ações estaduais e federais se materializam nas cidades, são executadas diretamente no âmbito dos municípios.

Dessa forma, propomos um novo olhar sobre a saúde da capital. Um olhar mais humano, mais sensível, não voltado apenas para a infraestrutura física, mas que garanta a expansão da cobertura da atenção primária, promova atuação sistêmica e um atendimento de qualidade.









# Propostas

**SAÚDE**

 Reestruturação do Sistema Público Municipal para assegurar a ampliação da cobertura de Atenção Básica para toda cidade, com estratégias diferenciadas para atendimento às populações em situação de maior vulnerabilidade social, pessoas em grupos de risco, moradores de áreas rurais, dentre outros.

▶ Ampliar o número de Unidades Básicas de Saúde – UBS e Unidades de Referência em Atendimento Primário – URAP, levando atendimento a todas as regionais da cidade e estruturando a lógica de atuação. Essa discussão além de estudos técnicos envolve a participação e sensibilidade da população, por exemplo, na transformação da Unidade de Saúde da Família, Sebastiana Prado, localizada na Vila Verde na Transcreana em uma URAP, com atendimentos referenciados e especializados no âmbito da atenção básica.

▶ Implantar o projeto **MEU CONSULTÓRIO** através da estruturação de Unidades Móveis de Saúde levando profissionais e serviços às regiões de maior vulnerabilidade da cidade, evitando deslocamentos onerosos da população, reduzindo filas, agilizando diagnósticos e tratamento das enfermidades.

▶ Implementar o projeto **TODOS PELA SAÚDE** como um atendimento itinerante em formato de mutirão, onde serão disponibilizados uma gama de serviços de saúde (atendimento médico, odontológico, nutricional, fisioterápico, distribuição de medicamentos), educação física e assistência social consolidados em um mesmo dia de atendimento.

– O projeto percorrerá todas as regionais (urbanas e rurais) da cidade com um calendário de priorização para as localidades com maior

deficiência de atendimento.

– O projeto também atuará em parceria com os Centros de Referência em Assistência Social - CRAS.

– Esse atendimento ocorrerá nos fins de semana (com um cronograma previamente estabelecido de ampla divulgação para a comunidade) e poderá utilizar a estrutura das unidades básicas de saúde existentes.

- Reformular o horário de atendimentos nas Unidades de Saúde municipal: Segunda a Sexta - 07h às 21h; Sábado - 07h às 13h.

▶ Implantar gradativamente uma rede de atendimento ambulatorial 24h.

💡 Expansão da Cobertura de Saúde da Família através da ampliação de equipes e estruturação das estratégias de atendimento.

- Ampliar, uniformizar e sistematizar o portfólio de Serviços da Atenção Primária à Saúde oferecidos através do ESF.

💡 Fortalecimento e desenvolvimento das equipes de Saúde Bucal por meio da ampliação das equipes, criação de parcerias de redes de atendimento, bem como implantação de estratégias tecnológicas e colaborativas.

💡 Estruturar e organizar a **REDE DE ATENDIMENTO** de atenção básica por meio da implantação das estratégias de qualificação e organização.

▶ Efetivação de um protocolo de classificação de riscos nas Unidades de Saúde.

▶ Plataforma integrada de gerenciamento de agendas e acompanhamento de pacientes.

- ▶ Adequação na estrutura de cargos técnicos de atenção básica.

## Modernização e Fortalecimento da Gestão do Sistema Municipal de Saúde;

- ▶ Parametrização e formalização da carteira de serviços, protocolos e procedimentos operacionais padronizados das Unidades de Saúde.

Criação e habilitação para todas as unidades de saúde municipais de protocolos padronizados de atendimento para pacientes com doenças crônicas como hipertensão, diabetes, lúpus sistêmicos, disfunção renal crônica, artrite reumatoide, dentre outras.

– As unidades atuarão no cadastramento, mapeamento, orientações, fornecimento de medicações, consultas clínicas.

– Serão oferecidas por equipes específicas integradas de outras áreas da gestão municipal suporte social e psicológico, ações educativas visando o controle das condições de risco, orientação nutricional e difusão de hábitos saudáveis de vida para pacientes e familiares.

- ▶ Implementação do Portal **NOSSA SAÚDE** como ambiente virtual para agendamento de consultas, acesso a resultados de exames (opção presente hoje no site da prefeitura), prontuários eletrônicos, relação de medicamentos disponíveis por unidade de saúde, regulação de vagas e leitos, renovação de documentos e receitas, dentre outras informações e serviços.

## Fortalecimento técnico da capacidade de gestão da SEMSA.

- Desenvolver modelos na gestão de serviços de saúde que envolvam autonomia gerencial e a promoção da eficiência e busca de resultados.
- Modernizar a estrutura de equipamentos de informática e comunicação da SEMSA e das Unidades de Saúde.

 Aprimorar e desenvolver em âmbito municipal em parceria com o Governo Federal as ações do Programa de Melhoria, Acesso e Qualidade - PMAQ-AB que tem como objetivo incentivar os gestores e as equipes a melhorar a qualidade dos serviços de saúde oferecidos aos cidadãos do território. Para isso, propõe um conjunto de estratégias de qualificação, acompanhamento e avaliação do trabalho das equipes de saúde.

 Implantar a Política e o Programa Municipal de Apoio às Pessoas com Doenças Raras com ações que incluem no âmbito da Rede Pública Municipal de Saúde:

- ▶ Elaborar a linha de cuidados às pessoas com doenças raras, incluindo ações de promoção de exame visando o diagnóstico e o tratamento o mais precoce possível, respeitadas as instâncias dos entes federativos e suas respectivas competências;
- ▶ Utilizar os sistemas de informações e de acompanhamento pelo Poder Público de todos que tenham diagnóstico de doença rara, para a elaboração de um cadastro específico dessas pessoas com fins de busca de maior efetividade nas políticas públicas ofertadas; instituir estratégias de qualificação contínua para os profissionais da rede pública e programas de estágios em serviços especializados destinados às doenças raras;
- ▶ Estabelecer uma rede de apoio psicológico aos pa-

cientes e aos seus familiares;

- ▶ Otimizar as relações entre as áreas técnicas públicas e privadas de modo a possibilitar a mais ampla troca de informações dos profissionais de saúde entre si, com os pacientes, familiares e representantes de associações de pessoas com doenças raras.
- ▶ Desenvolver campanhas de esclarecimento da população sobre doenças raras, especialmente sobre os sintomas, tratamento e sobre os locais de atendimento para informação e encaminhamento.
- 💡 Institucionalizar e ampliar o uso da estratégia de atendimento no formato online **TELESAÚDE** como instrumento importante no diagnóstico a distância de patologias e orientação para procedimentos e tratamentos. Essa plataforma, permitirá dentre outras ações, fazer o monitoramento a distância de pacientes em grupos de riscos, criação de protocolo de atendimento mensal, dentre outras atividades.
- 💡 Priorizar a participação e **CONTROLE SOCIAL** na gestão da política municipal de saúde, fortalecendo os Conselhos e as Conferências municipais de saúde como espaços estratégicos de gestão participativa, com respeito à participação e autonomia das entidades representativas e movimentos sociais, garantindo a participação na formulação, acompanhamento e controle das políticas de saúde.
- 💡 Criação, reestruturação e desenvolvimento dos Planos de Cargos e carreiras dos servidores municipais de saúde com foco na valorização, reconhecimento e qualidade no atendimento.
- ▶ Discussões técnicas e de viabilidade para criação de um sistema de remuneração adicional variável e por desempenho, incluindo critérios de produtividade, assiduidade, qualidade na prestação dos serviços,

dentre outros.

- ▶ Oportunizar o desenvolvimento, por meio de novas vagas acessíveis por concurso público e formação continuada dos profissionais atuais, das carreiras técnicas vinculadas a gestão do Sistema, como exemplo, Administradores Hospitalares e Gestor de Serviços de Saúde.
- ▶ Uniformização de protocolos e procedimentos aplicáveis a consulta de enfermagem (Puericultura, PCCU, dentre outros) para atuação na assistência familiar, solicitação de exames e na conduta terapêutica aliviando a demanda por atendimento médico exclusivo e promovendo a eficiência no sistema.

 Implantação do Programa integrado **SAÚDE, VIDA E ASSISTÊNCIA** permeando ações articuladas nas áreas de saúde, educação e assistência social.

- ▶ Ampliação e fortalecimento das ações das equipes itinerantes de saúde que promovem o atendimento de atenção básica de saúde nas escolas, incluindo saúde bucal, oftalmologia, nutrição, verificação e atualização da situação vacinal, dentre outros.
- ▶ Ações educativas de prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas;
- ▶ Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos em âmbito escolar e com impacto na comunidade do entorno.

 Aprimorar as estratégias de atendimento pediátrico no âmbito do Sistema de Atenção Primária Municipal.

- ▶ Potencializar ações de proteção integral às crianças de 0 a 6 anos das famílias beneficiárias do Bolsa Família por meio de políticas públicas intersetoriais e integra-

das.

- ▶ Estudos técnicos, de financiamento e viabilidade para implantação de um **CENTRO DE ATENDIMENTO REFERENCIAL PEDIÁTRICO**.

 Desenvolver e aprimorar a rede de atendimento à saúde da mulher.

- ▶ Políticas públicas prioritárias de fortalecimento da saúde sexual e reprodutiva (planejamento reprodutivo, atenção obstétrica e ginecológica), disponibilização de métodos contraceptivos; acompanhamento do pré-natal, parto ao puerpério;

- ▶ Incentivos a hábitos saudáveis, periodicidade nos exames preventivos, ações educativas e vacinas.

- ▶ Cuidados da saúde da adolescente, climatério, e da saúde da mulher idosa.

- ▶ Implantação do Projeto “**MÃES DE RIO BRANCO**”. Com o objetivo de:

- Assegurar no mínimo seis consultas de pré-natal;

- Assegurar acompanhamento médico para criança que nasceu, pós-parto e período de vacinação;

- Para as famílias em maior situação de vulnerabilidade social, garantir um enxoval básico para a criança;

- Garantir que a criança sempre saia da maternidade já devidamente registrada.

- Mãe e criança recebem acompanhamento da rede de saúde pública e assistência social com ações diferenciadas e específicas.

 Consolidar e aprimorar em um Programa Integrado às

estratégias de atendimento às pessoas idosas.

- ▶ Criação de pelo menos, dois centros de Referência em Saúde do Idoso, com acompanhamento médico, fisioterápico, psicológico, nutricional, físico, entre outros, de modo a responder com estratégias integradas às características de saúde dessa faixa etária da população.
  - ▶ Fortalecimento do Centro de Convivência da Pessoa Idosa em funcionamento no Calafate desde 2018, no bojo dessa iniciativa.
  - ▶ Ampliar o Programa de Assistência Domiciliar ao Idoso, com serviços médicos, de enfermagem, fisioterapia, gerontologia, dentista, nutricionista, cuidadores, educador físico oferecidos nas residências dos idosos com visitas de equipe multiprofissional;
  - ▶ Fomentar o conceito do envelhecimento ativo por meio da Integração com as políticas de assistência social, cultura, esporte, lazer e empreendedorismo.
  - ▶ Promover a educação gerontológica da população, principalmente dos profissionais que lidam com o público idoso.
- 💡 Fortalecer em parceria com o Governo Federal, as ações oriundas da Política Nacional de Atenção Integral da Saúde do Homem (PNAISH) que tem como diretriz promover ações de saúde que contribuam significativamente para a compreensão da realidade singular masculina nos seus diversos contextos socioculturais e político-econômicos, respeitando os diferentes níveis de desenvolvimento e organização.
- ▶ Promover a melhoria das condições de saúde da população masculina da capital, contribuindo, de modo efetivo, para a redução da morbidade e mortalidade

dessa população, por meio do enfrentamento racional dos fatores de risco e mediante a facilitação do acesso às ações e aos serviços de assistência integral à saúde.

 Aprimorar e desenvolver em âmbito municipal, a Rede de Cuidados às pessoas com Deficiência. Essa ação será estruturada em conformidade com as normatizações do SUS através da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS de 28 de setembro de 2017, que visa:

▶ Fomentar e estruturar uma rede de serviços integrada, articulada e efetiva nos diferentes pontos de atenção para atender às pessoas com deficiência, assim como iniciar precocemente as ações de reabilitação e de prevenção de incapacidades.

 Fortalecimento e regulamentação da **POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DE ESPECTRO**, aprovado pela Lei Municipal nº 2.284 de 02 de abril de 2018.

- Ampliar as ações do Centro de Atendimento ao Autista – “O Mundo Azul” inaugurado pelo poder público municipal em 2019.

- Fortalecimento da equipe profissional do Centro, com a contratação de novos profissionais e um programa contínuo de formação continuada que inclui além de cursos de aperfeiçoamento técnico para abordagens utilizadas, cursos de especialização.

- Ampliação da estrutura física do centro atual e ampliação para pelo menos duas unidades adicionais até o final da próxima gestão.

- Ampliação do número de crianças atendidas;

- Elevação do limite etário para critério de acesso ao atendimento na estrutura;
- Consolidação do projeto terapêutico atual do Centro, com destaque para as ações de Análise do Comportamento Aplicada- ABA, Modelo Denver de Intervenção Precoce (ESDM), Método PECS — Sistema de Comunicação por Troca de Figuras (Picture Exchange Communication System), Terapia de integração sensorial, Psicomotricidade dentre outras abordagens especializadas.
- Providenciar, no âmbito da legislação vigente acesso universalizado aos medicamentos prescritos para minimizar os sintomas do TEA a serem disponibilizados na rede municipal.
- Ampliação e reestruturação das ações de Atendimento Domiciliar através de equipes multiprofissionais (assistência médica, de enfermagem, fisioterapia, nutrição, dentre outros) que visitam idosos, pessoas acamadas e com dificuldade de locomoção, inclusive com entrega de medicamentos em domicílio.

 Ampliar, aprimorar e atuar de forma transparente nas ações de Atenção farmacêutica com a melhoraria na oferta e cobertura de medicamentos disponibilizados na rede municipal.

 Incorporar e implementar ativamente as Práticas Integrativas e Complementares oferecidas – PICS pelo SUS, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada ao cuidado continuado, humanizado e integral em saúde.

- ▶ As PICS são tratamentos que utilizam recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais, voltados para prevenir diversas doenças. Em alguns casos, também podem ser usadas como tratamentos paliativos em algumas patologias crônicas.
- ▶ Segundo o Ministério da Saúde, evidências científicas têm mostrado os benefícios do tratamento integrado entre medicina convencional e práticas integrativas e complementares. Além disso, há crescente número de profissionais capacitados e habilitados e maior valorização dos conhecimentos tradicionais de onde se originam grande parte dessas práticas.
- ▶ Atualmente, o SUS oferece, de forma integral e gratuita, 29 procedimentos de Práticas Integrativas e Complementares (PICS): Apiterapia, Aromaterapia, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Bioenergética, Constelação familiar, Cromoterapia, Dança circular, Geoterapia, Hipnoterapia, Homeopatia, Imposição de mãos, Medicina antroposófica/antroposofia aplicada à saúde, Medicina Tradicional Chinesa – acupuntura, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Ozonioterapia, Plantas medicinais, fitoterapia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapi, Comunitária Integrativa, Terapia de florais, Termalismo social/crenoterapia, Yoga.
- ▶ O programa está presente em 54% dos municípios brasileiros, sendo que aproximadamente 80% das práticas são desenvolvidas no atendimento da atenção básica.



Ampliar e estruturar, em parceria com o Governo Federal, o programa **FARMÁCIA VIVA** que compreende o cultivo de plantas medicinais e a preparação de medi-

camentos fitoterápicos, a partir do conhecimento etnofarmacológico da população, confirmado pelo conhecimento científico, garantindo o acesso e o uso seguro.

- ▶ Implantação de duas farmácias (uma em cada distrito da cidade) para oferta de produtos fitoterápicos presentes no mercado e ainda uma farmácia de manipulação.
- ▶ Disponibilização na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME de medicamentos fitoterápicos.
- 💡 Fortalecimento, expansão e desenvolvimento das estratégias municipais de vigilância sanitária e epidemiológica visando eliminar/minimizar situações de iminente perigo/risco à saúde pública.
  - ▶ Mapear áreas de risco e criar ações de fiscalização com profissionais da saúde, principalmente, agentes comunitários para educação e prevenção.
  - ▶ Estruturar canal de comunicação para denúncias de possíveis focos de proliferação.



# 8

## PRODUÇÃO RURAL



*O campo já foi muito esquecido. É hora de cuidar de quem tem um papel fundamental em nossas vidas!*

---

**A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL** passa por um setor agrícola forte, inclusivo, moderno e integrado. Um plano de desenvolvimento para Rio Branco não deve apenas buscar o crescimento econômico com elevação de alguns indicadores que privilegiem o setor urbano, mas deve ser capaz de integrar de forma eficiente e produtiva o campo e a cidade em uma rede contínua de geração de emprego e renda, integração e comercialização.

Não atentando para esses princípios basilares, que se atendidos poderiam levar ao progresso econômico, desenvolvimento social e a consequente melhoria da qualidade de vida da população, Rio Branco vive nas últimas décadas a realidade de uma economia estagnada, com forte dependência estatal, cujo setor agrícola encontra-se às margens das políticas públicas municipais.

Enquanto no cenário estadual, existiu nos últimos anos uma dicotomia entre crescimento econômico e meio ambiente, fruto de uma distorção do conceito de desenvolvimento sustentável, de forma que as tentativas de implementação de políticas públicas não obtiveram êxito, a realidade na capital é caracterizada pela ausência de estratégias efetivas de fomento ao setor produtivo.

Olhando para o meio rural e entendendo a importância do campo como fator gerador de renda, percebemos que os problemas que a capital enfrenta são distribuídos ao longo de toda a cadeia produtiva, com deficiências estruturais nas estradas vicinais, pouca eficiência produtiva e a inoperância do poder público municipal como protagonista na relação com os produtores.

Tais gargalos são observados pela dificuldade no transporte da produção, que por sua vez é oriundo da má conservação dos ramais e pela ineficiência dos pa-

liativos que são feitos anualmente e que não conseguem resolver os problemas.

Na comercialização, a realidade dos mercados municipais de produção, que por sua vez deveriam atuar como referência na venda dos produtos agrícolas, é da falta de organização, caracterizada pela ausência de padronização, inexistência de estudos setoriais de aptidão produtiva, além da falta de iniciativas que promovam a organização social.

Um exemplo claro dessa realidade é a falta de organização do Mercado do Peixe em Rio Branco, que possui poucas unidades em funcionamento, sendo sua ocupação preenchida apenas em comemorações festivas.

Fato semelhante pode ser observado quando olhamos o mercado Elias Mansour (uma das estruturas agrícolas mais antigas da capital) localizado na região central de Rio Branco sendo um dos espaços de comércio e feiras mais tradicionais da capital acreana. Mesmo passando por pequenas adequações nos últimos anos, o espaço não dispõe de sistemas de ventilação eficiente, estacionamento, organização produtiva e funcional em apoio aos permissionários, além do sistema de esgotamento sanitário inadequado.

De maneira geral, os dados econômicos do setor primário na capital (agricultura, pecuária e extrativismo) demonstram a realidade de abandono da produção, que é sentido diariamente pela população.

Um setor agrícola incipiente provoca efeitos em diversos setores da economia, chegando ao extremo que a prefeitura ao longo dos últimos anos, não foi capaz de garantir que a produção local fornecesse itens básicos de alimentação (legumes, verduras, frutas tropicais), capazes de atender em quantidade e qualidade pelo menos as necessidades locais.

Quando comparamos a produção com capitais próximas, por exemplo, Porto Velho, que possui características ambientais e so-

ciais semelhantes às nossas percebemos o imenso abismo que separa essas realidades.

Enquanto a área territorial da capital do Acre corresponde a 26% da área da capital de Rondônia, os dados de produção comparados com a capital vizinha são muito distintos, conforme aponta a Pesquisa Agrícola Municipal, PAM – 2018: Porto Velho tem um total de área em produção (lavouras temporárias e permanentes) 8 vezes maior que a de Rio Branco, sendo que o valor total obtido com a produção é 13 vezes maior.

A situação é tão vexatória que Rio Branco não consegue destaque nem mesmo em termos de produção agrícola no contexto estadual. Nos principais itens consolidados pela pesquisa anual da Produção Agrícola Municipal, em nenhum dos três critérios mais importantes (área plantada, área colhida e valor da produção) a cidade ocupa uma das três primeiras posições entre os 22 municípios do Acre. Especificamente, o valor da produção agrícola na capital, em 2018, correspondeu a apenas 6% do valor total do Estado.

Abaixo são apresentados alguns dados adicionais do setor agrícola na capital que confirmam essa narrativa de abandono por parte do poder público municipal:

- ⚠ No contexto estadual, Rio Branco é o 4º município em área plantada para Lavouras Temporárias e o 7º em áreas destinadas à colheita para lavouras permanentes;
- ⚠ Rio Branco foi apenas o 6º município em relação ao Valor da Produção no Estado em 2018; Em relação a Pecuária Municipal no período de
- ⚠ 2016 a 2018 o rebanho bovino em Rio Branco teve um decréscimo de 20%, aproximadamente. Outros

rebanhos (caprino, ovino e galináceos) tiveram uma perda média de 25% no mesmo período;

 A aquicultura na capital apresenta um cenário de retrocesso da produção. Esse cenário é sentido, no dia-a-dia à medida que a produção local não consegue abastecer o mercado de peixes com qualidade e quantidade suficiente durante todo o ano. Algumas espécies de grande aceitação no mercado e com alto valor agregado, tiveram uma significativa redução de sua produção no período de 2013 a 2018: Piau/Piauçu (- 44%), Pintado/Surubim (- 49%), Pirarucu (- 42%), Tilápia (- 42%), conforme aponta os dados da Pesquisa da Pecuária Municipal, 2018.

# Propostas

---

Com esse contexto é necessário pensar a Rio Branco que desejamos com um setor agrícola forte, estruturado e integrado em um mesmo Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico - PMDE. As políticas públicas de economia, produção, trabalho, renda e empreendedorismo devem ser concebidas visando que os setores (urbano e rural) se desenvolvam em paralelo e de forma complementar.

A geração de emprego e renda no campo e na cidade não deve ser vislumbrada por meio de proposições isoladas, mas deve seguir o princípio basilar da redução das desigualdades sociais e a almejada melhoria da qualidade de vida da população.

É notório que o desenvolvimento municipal planejado e coerente, requer políticas públicas que, na sua grande maioria, extrapolam a capacidade de investimentos dos municípios e, por isso, exige-se dos gestores municipais uma alta capacidade técnica de planejamento, interação e articulação.

A utilização de um Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico - PMDE estruturado, coerente e composto por um portfólio de projetos realísticos e com grande efetividade, será o cartão de apresentação da gestão Minoru Kinpara. Com essa plataforma os esforços serão centrados na mobilização dos

agentes políticos e decisórios das diversas esferas, para garantir o financiamento e realização das políticas públicas municipais.

O compromisso da gestão Minoru Kinpara é apresentar um conjunto de soluções para os gargalos que impedem o aumento das quantidades comercializadas dos produtos locais e das margens de ganho do produtor. O olhar será voltado para o aproveitamento da infraestrutura regional, à verticalização das cadeias produtivas e o apoio direto, situando a prefeitura como parceira da produção.

Um outro aspecto a ser valorizado em nossa gestão é a promoção da Segurança Alimentar em âmbito local, que em linhas gerais objetiva garantir a todos condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Essa estratégia tem base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.

Nesse contexto, um setor agrícola forte, passa a ocupar papel de protagonismo não apenas nas políticas de desenvolvimento econômico, mas sobretudo, em aspectos sociais e de cidadania.

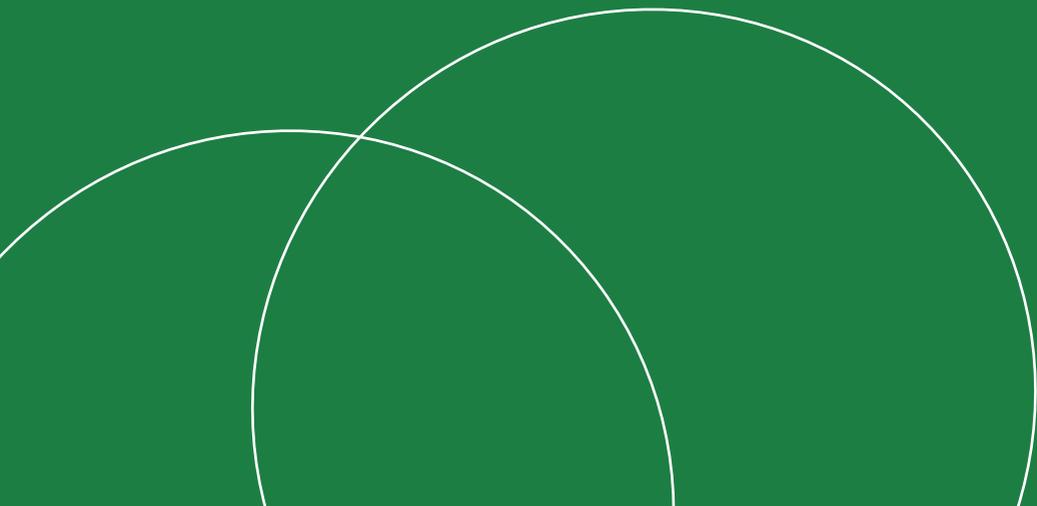
Portanto, almejamos a estruturação da cadeia produtiva na capital, enfatizando os aspectos do acesso e da disponibilidade em termos de suficiência, continuidade e preços estáveis compatíveis com o poder aquisitivo da população, ressaltando a importância da qualidade, valorizando os hábitos alimentares adequados e colocando a segurança alimentar e nutricional como uma prerrogativa básica para a condição de cidadania.

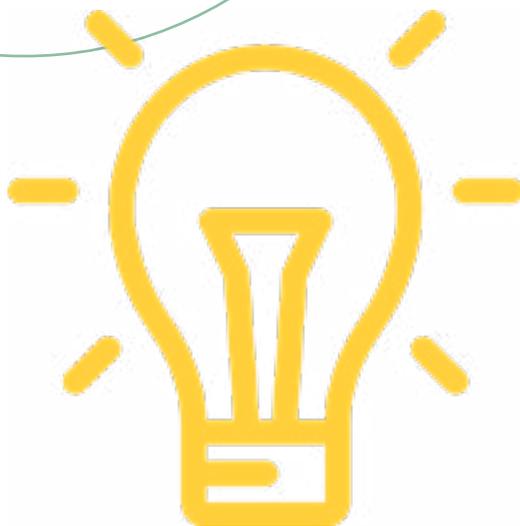
Assim, é prioritário que o município coloque em seu planejamento estratégico que a execução de seus projetos estruturadores tenha um foco direto na melhoria da infraestrutura produtiva como sustentação ao seu processo de desenvolvimento.

Nesse contexto, a gestão deve priorizar a coordenação e arrematamento de recursos de diversas fontes para financiamento de

seus programas que sejam possíveis de se viabilizar por meio de parcerias institucionais, envolvendo os níveis municipal, estadual e federal, além do setor privado e da sociedade civil.

A seguir apresentamos algumas propostas de políticas públicas para o setor agrícola municipal, com o princípio básico de mudança direta da realidade de abandono que o setor produtivo na capital vivencia nos últimos anos:





Propostas

**PRODUÇÃO RURAL**

-  Ampliação da área cultivada em Rio Branco em pelo menos 70% nos próximos quatro anos, através de utilização de tecnologias agrícolas, mecanização, sistemas produtivos integrados (lavoura-pecuária-floresta), agricultura familiar, recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais e iniciativas de expansão do agronegócio.
-  Implementação efetiva e ampliada do **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA MUNICIPAL** (Lei municipal nº 2.351 de 08 de janeiro de 2020) com o objetivo direto de incentivar a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade e à geração de renda, bem como no auxílio a entidades e famílias em vulnerabilidade social.
  -  Compra para doação simultânea por meio da aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares e pescadores artesanais que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimentos da Agricultura Familiar - PRONAF e que se destinam ao atendimento das demandas de suplementação alimentar e nutricionais dos programas sociais do município.
  -  Os alimentos são adquiridos da agricultura familiar e destinados a entidades do município, bem como a pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, selecionadas pelo conselho municipal de assistência social.
-  Criação do **PROGRAMA PRODUTOR PROTAGONISTA** como um conjunto contínuo de estratégias de capacitação, assistência técnica e mentoria com foco direto no produtor. O cerne será a eficiência produtiva e o empreendedorismo rural. A propriedade passa a ser

vista como uma **UNIDADE DE NEGÓCIOS**, recebendo do programa conhecimento nas áreas de economia, gestão, produção agrícola, economia solidária, cooperativismo de forma a garantir o empoderamento dos produtores.

Ampliação do **PROGRAMA DE FOMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR** incentivando o aumento e a diversidade da produtividade. Nesse bojo, destacam-se estratégias de apoio à atividade agrícola de base orgânica, adequação das unidades produtivas, uso sustentável das áreas e fomento a recuperação produtiva.

Apoyo ao homem do campo, tornando sua propriedade uma unidade produtiva, fornecendo condições de assistência técnica, acesso contínuo para transporte da produção e fomento a estruturação dos canais de comercialização.

Ampliação, modernização e organização das Feiras Agrícolas nos bairros.

Modernização, ampliação e fortalecimento da estrutura física e de gestão da Secretaria de Produção.

Reestruturação técnica do programa de mecanização, ampliando as estratégias de assistência técnica e o fortalecimento das diversas cadeias produtivas prioritárias.

Implantação de uma Programa de fomento à Criação de Frangos por meio da implantação em parceria com o Governo Federal e instituições de fomento de Mini Granjas para estruturação da produção.

**PROGRAMA “AGRICULTURA NA CIDADE”** que visa fomentar a produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas de Rio Branco. A Prefeitura garante insumos, sementes, adubo e supervisão, e a comunidade trabalha na produção de alimentos. As ações serão executadas em três eixos:

▶ **“Produção em Casa”** - Hortas nos terrenos domiciliares (estruturas de pneus, garrafas PET e outros

instrumentos) levando a família a ter contato com a alimentação produzida por eles próprios;

▶ **“Produção nas Escolas”** - Hortas nas escolas como atividade educativa e de interação, visando que os alunos tenham contato com a produção agrícola.

▶ **“Produção na comunidade”** - Uso de espaços ociosos das comunidades, como terrenos e espaços públicos abandonados, que se transformam em espaços de produção de alimentos para serem comercializados na própria comunidade, ação executada diretamente com as associações de moradores e representantes locais.

💡 Revitalizar a estrutura e lógica de funcionamento dos Mercados Municipais (Aziz Abucater, José Júlio Saldanha, Flávio Barros Pimentel, Alfredo Cruz do Nascimento, Luiz Galvez, Francisco de Assis Marinheiro, Novo Mercado Velho, Álvaro Rocha, Cidade do Povo, Beatriz Lúcio Braña, Benfica);

💡 Criação de 4 novos mercados municipais de produção e comercialização nas Regionais do Calafate, Tancredo Neves, São Francisco e Belo Jardim de modo a incrementar a economia local das próprias regionais, criando um ambiente propício ao comércio da produção local.

💡 Reestruturação do Mercado Elias Mansour, tornando-o referência em mercado de produção agrícola municipal (à semelhança do que acontece em outras capitais: Belo Horizonte, Fortaleza, São Paulo, dentre outras) aliando aspectos de mobilidade urbana (acesso, estacionamento), arquitetura e engenharia (ampliação vertical e horizontal), economia (apoio a gestão das unidades produtivas) e turismo (ponto de referência para os visitantes que desejam conhecer a produção regional).

 **PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RAMAIS** que visa propiciar condições adequadas ao tráfego e acesso às propriedades rurais, inclusive para garantia da adequada prestação de serviços públicos e o satisfatório escoamento da produção. Esse programa é central na criação de condições para desenvolvimento e fortalecimento da produção agrícola, dessa forma alguns aspectos adicionais devem ser observados:

- ▶ Pavimentação definitiva de alguns ramais que possuem características centrais (equipamentos públicos coletivos, densidade populacional, volume de produção);
- ▶ Manutenção, conservação e estruturação anual das estradas vicinais com foco em ações de terraplanagem, drenagem e garantia de acesso.
- ▶ Além das técnicas de reparações anuais é imprescindível que tecnicamente haja a recuperação de todo o sistema de drenagem, isto é, do abaulamento transversal da pista de rolamento, das canaletas laterais localizadas longitudinalmente ao traçado, das sangrias - as quais devem ser encontradas em número satisfatório por todo o traçado - e, até aplicação de proteção vegetal, com sua devida manutenção, em locais com propensão à erosão. A falta de um destes dispositivos pode comprometer toda a cadeia de drenagem.
- ▶ Proceder à abertura de bacias e/ou de outras formas de captação das águas pluviais que percorrem as estradas, visando impedir o represamento, a erosão e o assoreamento das estradas vicinais.

 **CRIAÇÃO DO “PROJETO ROTA DO MEL” PARA CONSERVAÇÃO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA CIDADE DE RIO BRANCO:**

## Propostas

- ▶ A presente proposta consiste na instalação de meliponários em áreas verdes estratégicas da cidade de Rio Branco, visando a conservação de abelhas nativas sem ferrão, educação ambiental e divulgação da meliponicultura como atividade sustentável para o estado do Acre.
- ▶ Nesse contexto, a cidade de Rio Branco, pode apresentar pelo menos três áreas que podem abrigar meliponários educativos: Parque Ambiental Chico Mendes, Horto Florestal e Parque Capitão Ciríaco.





# 9

## GESTÃO URBANA E MEIO AMBIENTE

“

*Nosso horizonte é a execução de políticas, práticas, programas e planos, permitindo que o crescimento populacional seja acompanhado por acesso à infraestrutura, à organização e ao emprego envolvendo a participação de instituições públicas, entidades civis e setores econômicos em um contínuo processo de desenvolvimento urbano e respeito ao meio ambiente.*

---

**RIO BRANCO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS** esteve no meio da disputa abstrata e genérica entre os conceitos de crescimento econômico e preservação do meio ambiente defendidas pelos gestores públicos em âmbito estadual. O modelo de ações implementadas sobre esse vértice e com entendimento equivocado da perspectiva de Desenvolvimento Sustentável, apresentou uma série de políticas públicas que deveriam promover o desenvolvimento local com a melhoria dos indicadores econômicos e sociais, o que de fato nunca ocorreu.

Como apresentamos no item de ECONOMIA, o que temos efetivamente é um estado estagnado com forte dependência do poder público e problemas estruturais que impedem a geração de emprego e renda e o desenvolvimento do setor privado. Essa realidade se reproduz com os mesmos elementos e com impactos negativos muito maiores na capital do estado.

Se por um lado a política econômica não deu certo, de forma que a capital não possui uma matriz efetiva de desenvolvimento, por outro a publicizada preservação ambiental também não aconteceu.

Conforme dados do INPE, nos anos de 2018 e 2019, o Acre teve o maior incremento acumulado de desmatamento desde o ano de 2008, com um total de 461,25 km<sup>2</sup> (2018) e 636,79 km<sup>2</sup> (2019). Essa realidade também se refletiu em Rio Branco que no período citado ocupou a 5ª posição do Estado nesse indicador de desmatamento com os valores de 35,92 km<sup>2</sup> e 79,94 km<sup>2</sup>, respectivamente.

Ampliando a análise desse indicador para o período de 2008 a 2018, Rio Branco foi o município que apresentou a maior extensão de desmatamento do estado, com um total de 412 Km<sup>2</sup>.

A falta de uma política efetiva de Desenvolvimento Econômico (Rio Branco, não possui um Plano de Desenvolvimento, por exemplo) impacta diretamente na adoção de políticas perenes para o meio ambiente como um aspecto importante de desenvolvimento do setor produtivo.

Outro aspecto importante a ser analisado diz respeito a vinculação necessária, condicional e oportuna entre meio ambiente e a Gestão Urbana. Nesse sentido, o desenvolvimento na cidade somente poderá ser considerado sustentável se estiver voltado para minimizar ao mesmo tempo os problemas ambientais e as desigualdades sociais.

A incorporação da função social das cidades como preceito que deve balizar a política de gestão urbana, à luz de um desenvolvimento efetivo aponta para construção de uma nova ética urbana que incorpore os valores ambientais, culturais e sociais de cada localidade, com foco direto na melhoria da qualidade de vida da população. Uma gestão urbana eficiente e a consequente melhoria do meio ambiente das cidades está diretamente vinculada ao atendimento destes objetivos.

A superação do descompasso de integração entre gestão urbana e meio ambiente é uma necessidade latente e imediata a ser almejada por parte dos gestores públicos municipais.

Rio Branco apresentou um vertiginoso crescimento populacional nas últimas décadas, no intervalo compreendido entre 2000 a 2019 essa variação é de cerca de 60%. Esse crescimento é expresso no fato que Rio Branco produz diariamente cerca de 1.100 toneladas de resíduos sólidos, conforme as projeções do Plano Municipal de Resíduos Sólidos da Capital (aprovado em 2017).

Pensar em uma gestão urbana que promova uma cidade organizada, limpa e sustentável é o grande desafio. À medida que a malha urbana cresce desordenada e demasiadamente, a demanda por infraestrutura e uma gestão ambiental adequada aumenta. E

quanto mais rápido for o crescimento, maior torna-se o desafio. O cenário atual deveria ter sido acompanhado por uma maior oferta de infraestrutura e serviços básicos, principalmente os relacionados ao saneamento, demonstrando, desta forma, a preocupação com o ambiente natural em que vivemos e com as condições adequadas de salubridade para a população.

Porém, o que normalmente observamos na capital, é o lançamento de esgoto doméstico in natura em nossos rios e córregos, uma rede de drenagem pluvial inadequada, pois, com algumas horas de chuvas temos alagamentos em vários pontos urbanos deteriorando a pavimentação das ruas e até mesmo a estrutura das moradias, além dos transtornos que causa no trânsito.

A gestão do lixo urbano na capital carece de ampliação e modernização. É preciso a implementação de um programa coeso e contínuo de coleta seletiva levando em consideração conceitos fundamentais de reciclagem, usinas de compostagem e economia circular. Além da modernização dos equipamentos de coleta dos resíduos sólidos que são utilizados nas áreas centrais, comerciais e públicas da cidade.

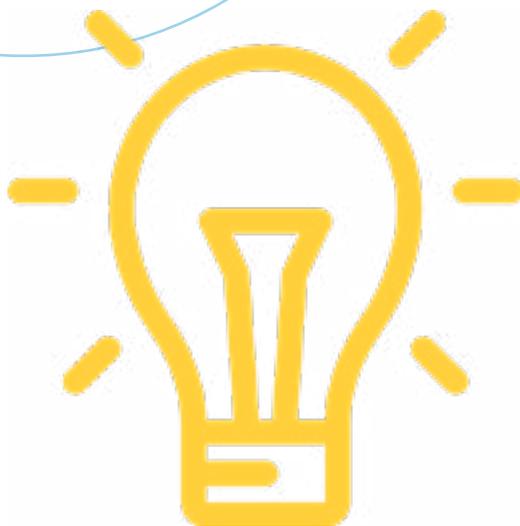
O que vem acontecendo também é a degradação da vida urbana ocasionada pela violência desenfreada que acomete a capital (Rio Branco é a 2ª cidade mais violenta do país, conforme o Atlas da Violência). Espaços tidos como públicos (praças e pontos de encontro como os parques urbanos) estão sendo trocados por locais fechados, considerados de maior segurança. A população de média e alta renda se sente amedrontada e se isola em condomínios e espaços enclausurados, acabando por não vivenciar mais a sua própria cidade.

Propomos uma plataforma integrada e participativa



de gestão urbana e ambiental tendo como pilares os princípios da eficiência, eficácia, economicidade e equidade. Nosso horizonte é a execução de políticas, práticas, programas e planos, permitindo que o crescimento populacional seja acompanhado por acesso à infraestrutura, à organização e ao emprego envolvendo a participação de instituições públicas, entidades civis e setores econômicos em um contínuo processo de desenvolvimento urbano e respeito ao meio ambiente.





# Propostas

**GESTÃO URBANA E  
MEIO AMBIENTE**

- 💡 Monitoramento, discussão e revisão programada do Plano Diretor de Rio Branco em consonância com a Lei Municipal nº 2.222, de 26 de dezembro de 2016.
- 💡 Atualização e modernização do Código de Obras e Edificações do Município de Rio Branco em conformidade com a Lei Complementar nº 48, de 25 de julho de 2018.
- 💡 Revisão participativa e metodológica do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, incluindo monitoramento real da execução das metas do respectivo documento.
- 💡 Programa de Gerenciamento Integrado de Lixo Urbano.
  - ▶ Modernizar e ampliar o sistema público de coleta de lixo em Rio Branco;
  - ▶ Promover ações de conscientização e estruturaturação para diminuição da geração de Resíduos Sólidos. Essa ação permeia os conceitos de Economia Circular, através da articulação de uma rede de parcerias que busca a reutilização de materiais em elevado nível de aproveitamento, transformando os resíduos de uma cadeia produtiva em componentes e materiais para outra.
  - ▶ Ações fundamentadas na educação pelo consumo consciente que integre a proteção da saúde individual e pública e a qualidade ambiental, com critérios de não geração, redução, reutilização e reciclagem.
  - ▶ Criação de uma plataforma planejada, operacional e contínua de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos.
    - Implantação de dispositivos coletivos de coleta seletiva em todas as regionais da cidade.
    - Fortalecimento das organizações de catadores, ampliando o número de Centrais de triagem manuais, caracterizando os catadores como parceiros na coleta seletiva e na triagem manual de resíduos recicláveis;

- Campanha massiva de conscientização com a finalidade de mobilizar a comunidade para participação efetiva e ativa na implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos, separando os materiais recicláveis e/ou reutilizáveis diretamente na fonte de geração.
- Intensificar a implantação de Ecopontos em todas as regionais da cidade (por exemplo, a implantação do Ecoponto do Conjunto Tucumã em 2017, que foi fruto de uma parceria entre a prefeitura e a Fundação Banco do Brasil).

- ▶ Definição de estratégias efetivas para a gestão de resíduos da construção civil, conscientizando empresários e sociedade civil a destinar corretamente os entulhos e restos de obra.
- ▶ Fomento a parcerias com o setor privado, paraestatais e/ou organizações do terceiro setor para ações de reciclagem de resíduos visando sua reutilização, reduzindo assim o impacto causado no meio ambiente e gerando renda localmente.
- ▶ Discussões técnicas com o setor organizado sobre a necessidade de correção da taxa de coleta de resíduos sólidos para as indústrias locais.
- ▶ Ampliar/modernizar a estrutura destinada a Usina de Compostagem em funcionamento hoje na Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos - UTRE, visando a transformação de lixo orgânico em matéria utilizável na agricultura. Este adubo, também chamado de composto orgânico, é produzido biologicamente e em condições adequadas pode ser amplamente utilizado nas plantações, hortas ou jardins.
- ▶ Acompanhamento, estudos técnicos e (re)avaliação

## Propostas

das capacidades, condições e necessidades de aprimoramento nas ações de tratamento de resíduos nos aterros sanitários e de inertes.

-  Desenvolver, em parceria com o governo estadual e com a comunidade, um efetivo Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'água e Fundos de Vale, investindo na requalificação desses espaços.
-  Adoção de um projeto de recuperação de Mata Ciliar do Rio Acre em parceria com a UFAC.
-  Atuar em parceria com o Governo Federal e Estadual, na conscientização, monitoramento e controle das queimadas urbanas, sobretudo, em momentos de estiagem.
-  Programa Integrado e cooperativo de educação ambiental, por meio da implantação de núcleos de educação, EcoBrinquedotecas, projetos de monitoria ambiental, programas de premiações, certificações, incentivos e estímulos para práticas sustentáveis com envolvimento direto da comunidade escolar.
-  Estudar modelagens de parcerias com a iniciativa privada para garantir estratégias de manutenção e conservação do Parque Chico Mendes com a possibilidade de ampliação de investimentos tornando-o referência de ponto turístico e espaço de convivência e visitação na capital.
-  Programa municipal de saúde e bem-estar animal que tem como objetivo promover uma série de ações que visam a proteção, o conforto e a vida saudável dos pets.
  -  Lançamento do aplicativo SISPET para cadastro e gestão online gratuita de cães, gatos e outros animais domésticos com microchip, em uma ação efetiva para estruturação do Registro Geral de Animais em âmbito municipal.

Dados como nome, raça, data de nascimento e o nú-

mero do chip – que pode facilitar, por exemplo, o embarque dos bichos em voos e auxilia na identificação dos que fugirem, estiverem perdidos ou forem roubados – estarão disponíveis no SISPET.

- ▶ O cadastro de dados dos animais será feito pela equipe municipal de controle de zoonoses e ainda em parceria com os profissionais de clínicas e consultórios veterinários, petshops, banho e tosa, canis, abrigos, ong's e sociedades protetoras.
- ▶ Criação em parceria com a Universidade Federal do Acre - UFAC do Centro Público Municipal de Atendimento Veterinário.
- ▶ Estruturação de uma completa campanha de castração e vacinação em parceria com entidades de proteção animal e clínicas veterinárias. A prefeitura irá estruturar um completo programa de castração de PETs. É preciso conter o número de animais abandonados nas cidades, sobretudo nas praças e parques, e não há caminho mais seguro que a castração.
  - Para auxiliar no programa será utilizada a estratégia **CASTRAMÓVEL** através de um veículo adaptado como consultório de castração móvel. A unidade vai permitir que donos de animais que residem em áreas distantes ou têm dificuldade no deslocamento até as clínicas conveniadas acessem o serviço com mais facilidade.
- ▶ Campanhas de conscientização sobre a guarda responsável de animais visando reduzir o número de cães e gatos abandonados na cidade, com estímulos à adoção responsável.
- ▶ Revisão e elaboração das normativas municipais referentes à criação de animais domésticos.

- 💡 Fortalecimento da atuação da **DEFESA CIVIL** municipal através de um Programa INTEGRADO com vista ao planejamento e execução de um conjunto de medidas em parceria com a sociedade civil, que incluem ações de prevenção, preparação e conscientização para eventuais desastres, além de um conjunto de ações mitigadoras e de minimização de impactos em períodos de anormalidades.
- 💡 Criação de uma plataforma permanente e interativa com os respectivos Planos de Contigência atualizados para atuação programada e organizada em desastres naturais característicos de Rio Branco (enchentes, inundações, queimadas e incêndios florestais, estiagem e exaurimento dos recursos hídricos).
  - ▶ Desenvolvimento estrutural do Centro de Controle e Operações Integradas de Rio Branco, envolvendo diversas áreas da gestão municipal, incluindo Defesa Civil, segurança pública, trânsito e transporte, serviços e gestão urbana e meio ambiente;
  - ▶ Atualização das informações de mapeamento das áreas de risco hidrológico e geológico e de desastres naturais, consolidadas em um Plano Municipal de Redução de Riscos.
  - ▶ Atendimento a Lei Federal nº 12.608/2012, que define a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, na qual o município tem a atribuição de construir mecanismos que contribuam para a execução das ações de proteção e defesa civil, com base nos aspectos globais da gestão de riscos e da gestão de desastres.
  - ▶ Mobilizar a integração do sistema Municipal de Defesa Civil, por meio de diversos órgãos e setores, em âmbito municipal, para ações de resposta e contingência ao desastres em nível local visando minimizar danos e prejuízos ocasionados pela ocorrência das

interpéries.

 Fortalecimento e modernização do Sistema de Informações Territoriais - SITGeo viabilizando a integração com outras plataformas de dados cadastrais do Governo Estadual e Federal.

▀ Criação de um instrumento de gestão territorial denominado Plano de Desenvolvimento da Regional - PDR (Rural ou Urbano) a ser elaborado em todas as regionais da cidade.

- Trata-se de um instrumento que levanta e consolida às potencialidades, necessidades e expectativas das diversas regionais urbanas e rurais da cidade.

- Com base nesse diagnóstico construído diretamente com as comunidades, são traçadas estratégias e alternativas para promoção do desenvolvimento local com foco na emancipação e estruturação econômica, empreendedorismo, infraestrutura e serviços públicos essenciais.

- A elaboração desses instrumentos de gestão e planejamento não se dará pela imposição de conceitos e convicções de determinado grupo técnico. A comunidade é protagonista da elaboração com a definição de suas potencialidades e peculiaridades, buscando que a mesma se aproprie e se empodere, através da sistematização e domínio de seus problemas econômicos e socioambientais tornando-se a principal demandante e catalisadora das intervenções necessárias.

- Esses instrumentos passarão a orientar efetivamente a execução das políticas públicas de

## Propostas

maneira acertada, direcionada e com foco real no cuidar direto das pessoas e na melhoria da qualidade de vida.

- É o zoneamento da cidade em uma escala muito mais real, próxima e sensível, cujo os protagonistas serão os próprios destinatários das políticas públicas.

-  Consolidação e aprovação de mapa temático de gestão ambiental e territorial definindo objetivamente a localização das Áreas de Preservação Permanentes (APPs) existentes nas regionais (urbanas e rural) do município de Rio Branco.
-  Implantar estratégias contínuas de atualização cadastral urbana, com foco na regularização de nomes de ruas e atualização de CEP's, abrangendo novos bairros, loteamentos e conjuntos da cidade;
-  Ampliar as estratégias de regularização fundiária na capital, promovendo ações que promovam a regularização urbanística, jurídica e ambiental dos imóveis da capital.
  -  Adoção de ações de promoção à regularização fundiária da área urbana e rural em parceria com os governos federal e estadual adotando os novos mecanismos legais e agilizando a emissão do documento de propriedades.
  -  Estruturação de um arcabouço de ações que promovam a criação de programa para regularização edilícia, permitindo que os imóveis irregulares possam estar habilitados.
  -  Atuar em parceria com o Governo Federal e Estadual na execução de um amplo projeto de emissão de títulos definitivos de propriedade na capital.
-  Consolidar instrumentos municipais no âmbito da Lei



Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, incluindo loteamento de chácaras no entorno do perímetro urbano de Rio Branco.



# 10

## SEGURANÇA

“

*Os riobranquenses precisam de cuidados e proteção!*

---

A VIOLÊNCIA NOS ÚLTIMOS ANOS ESTÁ COMPLETAMENTE FORA DE CONTROLE EM RIO BRANCO. Segundo o Atlas da Violência no Brasil (2019), nossa cidade é a segunda capital mais violenta do país. Esse indicador não representa apenas o retrato da violência na cidade, mas reflete a sensação de insegurança que vivenciamos todos os dias.

A rotina de convivência que nos acostumamos e era típico da nossa cidade não é mais possível. A cidade pacata, tranquila que escolhemos para viver e criar nossos filhos, parece que não existe mais.

As conversas entre vizinhos na frente das casas, os passeios nos parques públicos, a entrada e saída com segurança nos domicílios. Essas práticas foram substituídas pela tensão, medo e insegurança.

Os cidadãos vivem enclausurados em suas residências. A violência atinge todas as camadas da população. Crianças e jovens nos bairros mais periféricos são recrutados para o crime. O desemprego cada vez maior é acompanhado pelo acréscimo nos índices de furtos, assaltos e homicídios.

A classe média é refém de assaltos, invasões. A camada da população que possui mais recursos consegue um “pseudo” isolamento em condomínios, mas continua à mercê da violência nas vias públicas e em espaços coletivos.

Para bem entendermos a dramaticidade da situação da capital é oportuno analisarmos alguns dados, que demonstram o crescimento desenfreado da violência e a inoperância do poder público municipal.

O Brasil possui um total de 5.570 municípios. Rio Branco está entre as 20 cidades mais violentas de todo o país.

A taxa de homicídios da capital a cada 100 mil habitantes (85,3) é superior à média do Brasil (34,9), da Região Norte (47,0) e até muito maior que do Acre (63,0).

Sempre gostamos de comparar nossa realidade com capitais da região norte que em linhas gerais possuem características semelhantes. Porto Velho - RO possui uma taxa de 36,0 homicídios a cada 100 mil habitantes enquanto em Boa Vista - RR é de 48,9. Rio Branco 85,3.

No período de 2007 a 2017 fomos a capital do Brasil onde mais cresceu a violência, tendo como referência a taxa de homicídios. Segundo dados do Atlas da Violência (2019), nesse período houve uma variação de 157%, saindo de 33,4 homicídios a cada 100 mil habitantes em 2007 para inacreditáveis 85,3 em 2017.

Além do sobressalto causado por esses dados, chama atenção a postura completamente passiva e de inoperância do poder público municipal.

Rio Branco não possui um Plano Municipal de Segurança Pública que apresente um diagnóstico da situação na violência da capital (bairros mais perigosos, regiões mais vulneráveis, faixa etária mais atingida) e as medidas INTEGRADAS de prevenção e repressão.

Mesmo com advento da Lei federal nº 13.022/2014 que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, Rio Branco não instituiu uma guarda municipal mediante concurso público.

Somado a essa apatia do poder público municipal tendo em vista os índices alarmantes de violência na capital, as ações da prefeitura ao contrário culminam, colaboram com a estruturação da violência.

É notório que a falta de infraestrutura na capital combina diretamente com o aumento dos indicadores de violência.

A cidade é muito escura. A iluminação pública é completamente deficiente. Existem muitas áreas, sobretudo, mais distantes do centro que não possuem nenhuma estrutura de iluminação e

# SEGURANÇA

as poucas que tem, não recebem manutenção contínua e funcional.

Todos nós conhecemos as péssimas condições de manutenção das vias urbanas e ramais que em linhas gerais estão em condições precárias. Em muitos pontos da cidade viaturas policiais e serviços públicos de saúde não conseguem adentrar pela falta de infraestrutura. Nesse caso, o poder público (ou a falta de atuação governamental) contribui para o aumento da violência.



# Propostas

---

Acredito e defendo que as políticas de segurança pública devem ser efetuadas de forma organizada, integrada e que tenha foco nos municípios, afinal é nas cidades que as pessoas vivem, transitam, interagem e precisam de cuidados e proteção. Com esse contexto não é possível que mesmo que os indicadores de violência de Rio Branco sejam alarmantes a prefeitura da capital não tenha nenhum protagonismo ou não se envolva diretamente no combate à violência.

Conforme definido no artigo 144 de nossa Carta Magna, a segurança pública é dever do Estado brasileiro, direito e responsabilidade de todos. Sob esse aspecto, é uma responsabilidade compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal.

Portanto deve ser exercida para a proteção das pessoas

e do patrimônio, bem como da preservação da ordem pública. Dessa forma, sendo a segurança pública uma responsabilidade de todos, cada esfera do governo tem o compromisso de realizar investimentos para melhorar esta área.

Além dos Ditames Constitucionais é importante assinalarmos duas leis federais que impulsionaram os municípios com um importante protagonismo nas ações de segurança e que não foram observados nas políticas públicas municipais nas últimas gestões.

A Lei 10.201/2001 e suas respectivas alterações, que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, permite a destinação de recursos para o reequipamento e capacitação dos integrantes das guardas municipais e a Lei 11.530/2007, que instituiu o Programa Nacional de segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, cujos programas contavam com a efetiva participação municipal.

Estas duas leis significam um importante marco, pois expressamente consideraram o protagonismo municipal nas políticas públicas de segurança, de forma inovadora, integrada e funcional.

A prefeitura deve, sim, implantar uma guarda municipal, que constitucionalmente pode atuar na proteção dos cidadãos que transitam nos espaços públicos municipais. Mas devemos ir além disso. Devemos implantar um plano municipal de segurança, aliar uma série de medidas de infraestrutura e de desenvolvimento que ajudam a enfrentar esse grande mal.

Com base em um diagnóstico técnico expresso no Plano Municipal de Segurança, a gestão municipal atuará de forma integrada nos bairros com maiores índices de violência, podemos CUIDAR com maior proximidade desses locais, levando infraestrutura urbana (pavimentação, iluminação pública) atividades de assistência social, empreendedorismo, educação, esporte e lazer. Fazer parcerias com igrejas, associações de bairros para desenvolvimento de projetos sociais, programas de capacitação e empreendedorismo dentro do bairro.

Citamos algumas medidas que fazem parte do nosso escopo de entendimento das políticas públicas de segurança e de enfrentamento à violência.

-  Elaboração em parceria com a sociedade e instituições vinculadas do Plano Municipal de Segurança - PMS. Através desse plano a gestão dos problemas da violência sob a ótica municipal passa a ser vista por meio da implementação de políticas públicas que incluem desde o diagnóstico completo da situação (regiões mais vulneráveis, locais com deficiência de infraestrutura, dentre outras informações), plano de ação, além de medidas de monitoramento e avaliação. O plano municipal de segurança prescreve as políticas de segurança pública no município, nele são definidas os objetivos e metas a serem alcançados.
-  Criação do Conselho Municipal de enfrentamento a violência, órgão consultivo, deliberativo, não remunerado de acompanhamento ao PMS. O Conselho Municipal de Segurança deve reunir atores para a discussão das necessidades locais quanto à segurança pública, definição de prioridades e forma como os recursos disponíveis devem ser gastos.
-  Criação por meio de acesso por concurso público, da Guarda Municipal de Rio Branco.
  -  A Lei 13.022/2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, com o intuito de disciplinar o exercício da atividade/profissão de guarda municipal, também descreve diversas competências possíveis de serem estabelecidas em nível local, a salientar que tal definição dependerá da lei municipal que instituir a guarda.
  -  Portanto, vislumbra-se um considerável rol de competências, atreladas à proteção de bens, serviços, logradouros e instalações municipais, a incluir a polícia administrativa do trânsito e uma atuação preventiva, inibidora e repressiva das mais diversas

infrações, inclusive no âmbito penal. Trata-se de uma atuação protetora que abrange fundamentalmente as pessoas.

- ▶ O atual regramento geral remete às guardas municipais uma atuação bastante intensa na vida local, a potencializar ações integradas de segurança pública, sobretudo com os órgãos estaduais de policiamento ostensivo.

 Desenvolvimento gradual e integrado de um completo sistema de monitoramento dos espaços públicos, principais avenidas, centros comerciais, através de câmeras de videomonitoramento, perfazendo uma considerável cobertura do espaço urbano.

- ▶ Cada vez mais os municípios, integradamente, com os órgãos de segurança estaduais, monitoram os espaços públicos da sua competência, a permitir uma atuação preventiva e repressiva mais eficiente e eficaz.

 Criação do Gabinete de Gestão integrada de segurança na capital, composto por representantes da prefeitura, governo do estado, governo federal e sociedade civil para adotar medidas de monitoramento em tempo real das condições de vulnerabilidade social e violência em Rio Branco.

- ▶ Estruturação do observatório da segurança pública municipal em parceria com as universidades locais para produção do diagnóstico da violência em Rio Branco.

 Criação de núcleos de proteção ao cidadão (módulos locais) nos espaços públicos de maior aglomeração, como os Parques Urbanos (Maternidade, Tucumã, São Francisco), Centros Comerciais, Terminal Urbano, promovendo a

## Propostas

sensação e a garantia de segurança para a população usuária destes espaços.

-  Melhorar a infraestrutura de forma sistemática, como por exemplo, um sistema efetivo e monitorado de iluminação nas ruas, avenidas, praças e parques como ações que inibem diretamente a criminalidade.
-  Aproximar, estruturar e modernizar o Conselho Tutelar por meio de um conjunto de ações preventivas de segurança envolvendo crianças e adolescentes.
-  Implementação das propostas de promoção social, direitos, cidadania, cultura, esporte e lazer constante em nosso Plano de Governo, com o entendimento direto que estes são instrumentos efetivos de prevenção à violência.





# 11

## PROMOÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS



*A garantia dos direitos individuais e coletivos, bem como o foco em cuidar das pessoas é o cerne do nosso plano de governo. É esse sentimento que nos impulsiona a seguir em frente e apresentar uma alternativa técnica, viável, participativa e inclusiva para mudar a realidade da nossa cidade*

---

**NO BRASIL**, em que pese os avanços das últimas décadas, oriundos da consolidação da Política Nacional de Assistência Social, ainda precisamos melhorar muito para que os valores concebidos sejam traduzidos em direitos, para que as diferenças sejam vencidas e para que o poder público tenha cada vez mais a sensibilidade de pensar em políticas públicas como oportunidade de empoderamento social e afirmação do cidadão.

A realidade de Rio Branco é o reflexo da falta de uma política efetiva de valorização dos direitos humanos. Nossa capital apresenta uma elevada concentração de renda. Grande parte da população tem como único meio de sobrevivência os programas assistenciais do governo federal. Soma-se a essa triste realidade, o fato de ainda existir uma gama de “invisíveis”, pessoas que o poder público municipal faz questão de não enxergar.

Quando falamos em garantia de direitos é oportuno fazer menção às condições de distribuição de renda que vivenciamos em nossa cidade. De forma mais detalhada, observamos que Rio Branco possui uma elevada concentração de renda. Tal perspectiva pode ser expressa pelo índice GINI (0,518), calculado pelo IBGE em 2018.

Segundo tal indicador, na capital é cada vez mais distante a renda dos mais pobres em relação aos mais ricos. Essa tendência de agravamento vai se confirmando ano após ano. Para termos uma ideia: em 2017 esse indicador era um pouco menor (0,506). O dado comprova que com o passar dos anos a diferença entre os mais ricos e os mais pobres só aumentou.

Para visualizarmos a vulnerabilidade social na qual grande parte da população da capital está inserida, podemos analisar os dados do Ministério da Cidadania (junho, 2020). O documento aponta que cerca de 44.516

famílias faziam parte do Cadastro Único, recebendo os benefícios assistenciais do governo federal. Se considerarmos, apenas como exercício, o tamanho médio das famílias em torno de 4 membros, estamos descrevendo que 178 mil pessoas de um total populacional de 413.419 (IBGE, 2020) ou 43% da população de Rio Branco estão incluídas nos critérios de pobreza do Ministério da Cidadania.

Em agosto de 2020, especificamente, tivemos 25.555 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família - PBF em Rio Branco, ou seja, aproximadamente 103 mil pessoas (25%) da população da capital, em linhas gerais, vive com menos de R\$ 178,00 por mês.

A análise desse dado é problemática. Em janeiro de 2012 (ano de gestão do mesmo grupo político atual) tínhamos um total de 18.992 famílias cadastradas no PBF, o que correspondia a um total aproximado de 21% da população. Dessa forma, é notório que não existiu no período qualquer política de emancipação ou de melhoria da qualidade de vida para a população mais carente.

Vivemos em uma cidade sem acessibilidade. Cotidianamente, as pessoas com deficiência são excluídas de seu direito fundamental de ir e vir. Tarefas simples como se deslocar ao trabalho, andar de transporte coletivo, acessar prédios e repartições públicas se converte em um exercício diário de paciência e falta de sensibilidade do poder público. Soma-se a isso a falta de políticas públicas diretas de promoção da igualdade de acesso, das condições de trabalho e socialização.

Esporte, cultura e lazer não são objetos de políticas inclusivas com estratégias coesas, integradas e acessíveis de promoção social, ao contrário são executadas a partir de ações isoladas, dispersas e sem protagonismo por parte do poder público municipal.

Acreditamos que as minorias representadas na diversidade de grupos étnicos, de gênero e segmentos sociais precisam ser inseridas efetivamente no bojo das políticas públicas de forma

igualitária. Cuidar da cidade, é cuidar de todas as pessoas, sem distinção. Um direito social que chega apenas a algumas pessoas, não é uma ferramenta de inclusão, mas um reflexo de falta de compromisso e sensibilidade em estender a mão para quem mais precisa.

Juntos podemos cuidar da cidade com um olhar mais humano, mais próximo, mais sensível. O foco da gestão é cuidar das pessoas, o que significa atuar em todos os momentos para garantir os direitos de todos os cidadãos.

O grande desafio para os gestores é gerar mecanismos de inclusão ativa por meio de políticas públicas que ampliem as oportunidades para o acesso às ações garantidoras de direitos.

Não podemos pensar a cidade como uma caracterização de “canteiro de obras” nos meses anteriores ao pleito eleitoral. Obras somente fazem sentido se forem planejadas e executadas com o foco direto em melhorar as condições de vida, a convivência, a interação e o bem-estar das pessoas. Para isso, a prefeitura deve trabalhar durante os quatros para que as políticas públicas possam chegar a quem mais precisa.

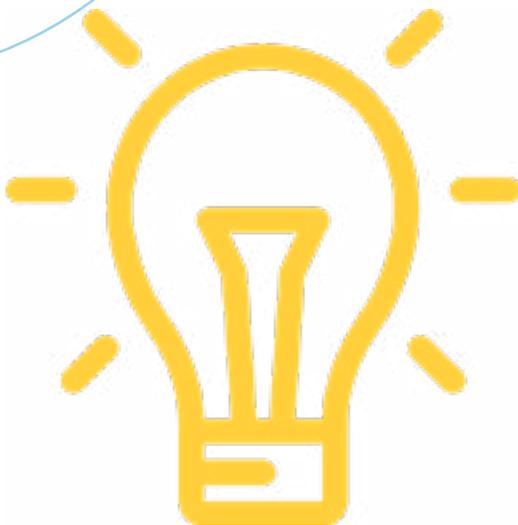
É preciso que o prefeito atue em parceria com a comunidade, ouvindo as demandas, construindo juntos soluções que visem a superação da pobreza e o desenvolvimento humano de todos os rio-branquenses.

Um prefeito que vira as costas para a população, que se nega a ouvir e dialogar com as lideranças comunitárias, não será capaz de cuidar das pessoas com carinho, respeito e compromisso.

Vamos atuar tendo como premissa o respeito às individualidades e identidades com o enfrentamento veementemente contra todas as formas de preconceito, discriminação e ódio. Queremos promover e desenvolver a



defesa do sentimento de pertencimento à cidade enquanto território de exercício da cidadania, da família e do cidadão. Uma gestão se faz com todos, a cidade deve ser motivo de orgulho para todos nós.



# Propostas

**PROMOÇÃO SOCIAL  
E DIREITOS HUMANOS**

A garantia dos direitos individuais e coletivos, bem como o foco em cuidar das pessoas é o cerne do nosso plano de governo. É esse sentimento que nos impulsiona a seguir em frente e apresentar uma alternativa técnica, viável, participativa e inclusiva para mudar a realidade da nossa cidade. Dessa forma, nossas políticas de inclusão são transversais e expressas ao longo de toda as áreas com integração nas ações de saúde, educação, economia, produção, segurança pública, esporte, lazer e cultura. De forma complementar apresentamos algumas propostas relacionadas às estratégias de promoção e empoderamento social, direitos humanos e garantia de direitos.

-  Fortalecer as estratégias de atuação e atendimentos dos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.
  -  Estruturação das estruturas atuais (obras civis e equipamentos);
  -  Implantação gradativa de novos centros de modo a atender todas as regionais da cidade;
  -  Contratação de novos profissionais para atuação nos centros de atendimento à população.
  
-  Valorização dos atuais servidores com criação, revisão e atualização dos Planos de Cargos e carreiras dos servidores vinculados à área de Assistência Social e Direitos Humanos do município em consonância com a estratégia municipal de valorização dos servidores efetivos da gestão municipal.
  
-  Desenvolver uma política municipal efetiva de Segurança Alimentar e Nutricional, promovendo a soberania e

## Propostas

a segurança alimentar de modo que a população tenha acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

- ▶ No âmbito das estratégias de segurança alimentar, ampliar de forma gradativa a oferta de **RESTAURANTE POPULARES** em todas regionais da cidade (inicialmente nas localidades do Conjunto Habitacional Cidade do Povo e 2º Distrito), oferecendo alimentação de qualidade e baixo custo e, ainda, promovendo atenção psicossocial e encaminhamento de cidadãos para equipamentos e serviços das diversas políticas em âmbito municipal.
  
- 💡 Instituir, ampliar e qualificar os canais de comunicação e participação da área de Direitos Humanos e Cidadania da prefeitura, garantindo a construção participativa com a sociedade das políticas públicas.
  
- 💡 Promover a humanização e o resgate da cidadania da população em vulnerabilidade social que mora nas ruas de Rio Branco.
  - ▶ Emprego de equipes multidisciplinares de Agentes de Proteção Social, ofertando alternativas qualificadas para o perfil e necessidade de cada indivíduo (profissionalização, atendimento médico, psicológico, resgate de vínculos familiares e outros).  
Promover o cuidado integral, na acolhida e na proteção, buscando a recuperação da autoestima e estimulando a reinserção social por meio da qualificação profissional, dos valores pessoais e do incentivo

à escolarização.

- ▶ Criação do albergue público municipal para abrigar temporariamente as pessoas em situação de vulnerabilidade, principalmente para pernoite;
- 💡 Apoiar o trabalho desenvolvido pelas clínicas e comunidades terapêuticas que atuam no auxílio e tratamento a usuários de drogas ilícitas, garantindo estratégias que permitam a autonomia das famílias e do usuário na escolha do tratamento e no enfrentamento desse problema que atinge de forma direta a nossa cidade.
- 💡 Promover de forma contínua e planejada campanhas educacionais de educação preventiva contra as drogas. Implantação do serviço de atendimento telefônico e web **“EU SOU PROTAGONISTA DO MEU DESTINO”** em que o usuário poderá telefonar para uma central de profissionais especializados usando o nome real ou um pseudônimo, e ser ouvido e avaliado. A equipe do projeto avaliará qual tratamento o usuário deve realizar para se distanciar do uso abusivo das drogas, enfrentamento da depressão ou demais patologias psicológicas e psicossomáticas. Poderão ser indicados tratamentos residenciais, ambulatoriais ou a internação.
- 💡 Elaboração de um calendário contínuo de ações integradas e campanhas de enfrentamento ao Trabalho Infantil, violência sexual e tráfico de pessoas, em parceria com instituições e sociedade civil.
- 💡 Implantação do projeto **TURMA DA CRIANÇA** como uma atividade lúdica, comunitária e de grande envolvimento popular.
  - ▶ As crianças que estudam no turno da manhã ou da tarde muitas vezes ficam sozinhas em casa no contra turno, uma vez que os pais trabalham, por exemplo.

## Propostas

- ▶ A Turma da Criança trata-se de uma trupe com atividades circense (trapézio, malabares, oficinas de palhaço, cordas), artesanato, lazer e interação que chega e se instala numa quadra, numa rua por onde não passem automóveis ou num espaço cedido pela escola.
  - ▶ O projeto irá funcionar duas vezes por semana com calendários e cronograma pré estabelecidos, inicialmente percorrendo as regiões de maior vulnerabilidade social da cidade.
  - ▶ Previamente serão feitas ações de diagnóstico e busca ativa em parceria com as associações de moradores para identificação desse público prioritário.
-  Criação do Projeto **ADOÇÃO É AMOR** que busca apoiar de forma ativa e qualitativa os processos de adoção de crianças em Rio Branco
- ▶ O projeto irá contar com equipes formadas por assistentes sociais, psicólogos e advogados, atuando em três frentes: campanhas de adoção; visitas qualificadas e acompanhamento a abrigos de crianças, bem como apoio social, psicológico e jurídico para procurar o juizado da infância e solicitar a adoção.
  - ▶ A família também recebe treinamento e tira dúvidas com a equipe sobre adoção, bem como recebe suporte por seis meses depois da adoção ou guarda definida pelo juiz.

### JUVENTUDE

-  Criação e requalificação de espaços coletivos de aprendizado e interação para a juventude - **CENTROS DE**

**JUVENTUDE**, incentivando o empreendedorismo profissional, com foco especial as áreas vinculadas a economia criativa.

-  Fomentar uma rede de integração entre grupos culturais e segmentos de juventude, com o objetivo de promover a cultura no público jovem, melhorando a acessibilidade e possibilitando a identificação do jovem com a produção cultural a partir dos espaços que vivem e se relacionam.
-  Estruturação de um amplo programa de **ESTÁGIO APRENDIZAGEM E REMUNERAÇÃO** para alunos universitários e de ensino médio com critérios de acesso público e transparentes para atuação nas diversas áreas da prefeitura.
  - ▶ Ampla divulgação do processos de seleção e contratação dos programas de estágios.
  - ▶ Modalidades rotativas de períodos de estágio no sentido de garantir maior participação de estudantes, bem como assegurar a experiência necessária para inserção no mercado de trabalho.
  - ▶ Acompanhamento e monitoramento dos períodos de estágio, com vínculos a avaliação das ações acadêmicas e estudantis com atuação direta nas ações de intermediação ao mercado de trabalho.
-  Disponibilizar nos fins de semana nas unidades escolares ou espaços comunitários nos bairros aulas de educação financeira e vida prática de empreendedorismo aos jovens, ensinando-os a poupar, lidar com dinheiro, noções de investimentos e controle de despesas;
-  Criar um programa de capacitação específico em gestão e elaboração de projetos (sociais, culturais, eventos, econômicos e de captação de recursos) a ser ministrados a jovens de todas as regionais da cidade, com uma meta de

## Propostas

capacitação de 10.000 jovens nos próximos 4 anos.

-  Estruturação, em parceria com a iniciativa privada, de um programa de Microcrédito Produtivo orientado a jovens empreendedores.
-  Promover a criação de uma rede de atendimento psicológico e psicossocial gratuito para o público jovem. Promover, anualmente, a semana municipal da juventude, com apresentações culturais, competições esportivas, seminários, Hackathon jovem temático, dentre outras manifestações, representando as diversas identidades da juventude.
-  Implementação do Projeto “**PORTAS ABERTAS**”. O objetivo é fazer com que alguns centros da juventude funcionem os sete dias da semana, 24 horas por dia, com equipes sociais e de defensoria, para que os adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, acessados pelo tráfico, ameaçados ou procurados por gangues, vítimas de abuso ou exploração sexual, ou ainda acometidos de doenças psicossomáticas possam entrar e contar com o apoio e com o atendimento devido.
-  Criação do **PROGRAMA JOVEM CONECTADO** com foco nos jovens em situação de vulnerabilidade social.
  -  Serão feitas capacitações e formações continuadas nas áreas de programação de computadores, design de moda, aspectos diversos da produção cultural, gastronomia, entre outros, para formar e encaminhar o jovem para o mercado de trabalho em áreas modernas e dinâmicas.

### MULHERES

-  Promover continuamente a redução das desigualdades de gênero no acesso aos recursos econômicos e sociais,

garantindo às mulheres melhores condições de acesso à formação e ao mercado de trabalho, bem como viabilizando a ampliação da representação e participação nos espaços de poder.

- ▶ Com a implantação do Plano Municipal de Segurança Pública de Rio Branco, irá fortalecer o papel do município no combate à violência contra a mulher a partir de uma política de segurança cidadã alicerçada na prevenção, no engajamento comunitário e respeito social;
- ▶ Enfrentar e combater firmemente a cultura da violência contra as mulheres em Rio Branco.

- 💡 Criação do Projeto “**MULHERES DE GARRA**” que tem como objetivo alfabetizar, aumentar a escolaridade, capacitar, qualificar e garantir crédito social para que mulheres que estão no Bolsa Família e em situação de miséria possam construir e organizar sua mobilidade social e de suas famílias.
- 💡 É um projeto voltado para mulheres integrantes do Cadastro único/ Bolsa Família que possuem pouca ou nenhuma escolaridade e qualificação profissional;
- 💡 Um projeto que valoriza o papel social das mulheres, motiva e anima para que elas possam alcançar uma maior escolaridade, capacitações práticas e possam ser inseridas no mercado de trabalho.
- 💡 Criação de centros de referência em atendimento e interação “**CASA de MULHER**”, como local de apoio, integração e acolhimento visando ampliar o acesso das mulheres às políticas públicas municipais, bem como promover orientações e capacitações específicas.
- 💡 Criar e consolidar uma Rede Única de Serviços reunindo sob uma mesma estrutura todos os programas e ações

## Propostas

voltados para a mulher, incluindo os serviços e equipamentos atuais e os que compõem de forma transversal esse plano. Esse organismo seria catalisador e promotor das políticas voltadas às mulheres.



Desenvolver e aprimorar a rede de atendimento à saúde da mulher com as seguintes ações:

- ▶ Políticas públicas prioritárias de fortalecimento da saúde sexual e reprodutiva (planejamento reprodutivo, atenção obstétrica e ginecológica), disponibilização de métodos contraceptivos; acompanhamento do pré-natal, parto ao puerpério;
- ▶ Incentivos a hábitos saudáveis, periodicidade em exames preventivos, ações educativas e vacinas.
- ▶ Cuidados da saúde da adolescente, climatério, e da saúde da mulher idosa.
- ▶ Implantação do Projeto **“MÃES DE RIO BRANCO”** com o objetivo de:
  - Assegurar no mínimo seis consultas de pré-natal;
  - Assegurar acompanhamento médico para criança, pós-parto período de vacinação;
  - Para as famílias em maior situação de vulnerabilidade social, garantir um enxoval básico para a criança;
  - Garantir que a criança sempre saia da maternidade já devidamente registrada.
  - Mãe e criança recebem acompanhamento da rede de saúde pública e assistência social com ações diferenciadas e específicas.



Desenvolver e estruturar o projeto **“MULHER EMPREENDEDORA”** como um conjunto de ações de estímulo ao empreendedorismo feminino contemplando ações

de capacitação empreendedora, gerencial e de orientação financeira, em parceria com entidades afins e com o governo federal e estadual.

- 💡 Elaborar com intensa participação popular o Plano Municipal de Empoderamento da Mulher, com ações afirmativas e incentivadoras visando promover a igualdade de gênero, principalmente, no mercado de trabalho e no âmbito da abrangência das políticas públicas municipais.

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 💡 Fomentar estratégias ativas e efetivas de educação inclusiva para mudar a realidade histórica de exclusão das pessoas com deficiência em âmbito municipal, conforme detalhamento na área de educação desse Plano de Governo.

- ▶ Desenvolver condições, estruturas e espaços para uma diversidade de educandos e docentes, transformando não apenas a rede física, mas a postura, as atitudes e a mentalidade da comunidade escolar para garantir o acesso e condições de igualdade a todos os alunos.

- 💡 Aprimorar e desenvolver em âmbito municipal, a Rede de Cuidados às pessoas com Deficiência observando os aspectos que garantam a plena acessibilidade atitudinal e arquitetônica na oferta dos serviços. Essa ação será estruturada em conformidade com as normatizações do SUS, sobretudo, visando fomentar e estruturar uma rede de serviços integrada, articulada e efetiva nos diferentes pontos de atenção para atender às pessoas com deficiência, assim como iniciar precocemente as ações de reabilitação e de prevenção de incapacidades.

- 💡 Fomentar ações integralizadas de acessibilidade na produção cultural, considerando que todas as manifestações

## Propostas

culturais, sociais e de divulgações científicas devem ter formato universal, acessível a usuários e leitores com deficiência;

 Implantar uma série de iniciativas de esporte e lazer no âmbito da educação física inclusiva, como paradesporto e esporte adaptado com o objetivo de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo, por meio da interação social entre seus praticantes e a promoção de bem-estar social, saúde e qualidade de vida;

▶ Melhorar as condições de acessibilidade e de circulação de pedestres ao longo da cidade, disciplinando o uso e ocupação das calçadas e praças, com padronização do calçamento garantindo a estética, a resistência, à segurança e facilidade de manutenção.

▶ Conforme descrito na área de mobilidade urbana efetivar a elaboração do Plano Municipal de Acessibilidade, com destaque para atenção às pessoas com mobilidade reduzida e seu trânsito nos passeios públicos, acesso a coletivos de transporte e a edifícios públicos e privados.

### INTEGRAÇÃO RACIAL

 Garantir a representatividade e a diversidade étnica em todas as políticas públicas em âmbito municipal com reflexo na comunicação e nas propagandas governamentais, fortalecendo a concepção de igualdade e universalidade das ações.

▶ Nesse contexto, fomentar a inclusão da perspectiva étnico-racial em todos os programas de formação para o trabalho e desenvolvimento econômico com estratégias de fomento ao empreendedorismo.

- 💡 Criação de Centros de Referência de Promoção da Igualdade Racial em locais centrais nas regionais com ações de combate ao racismo, apoio psicológico, social e jurídico a vítimas de racismo e intolerância religiosa.
  - ▶ Capacitar profissionais que atuarão nesses centros nas ações de prevenção e atendimento a pessoas em situação de violência, entre elas, a violência sexual, com enfoque em direitos humanos, relações de gênero, raça/etnia, classe, orientação sexual, com vínculos a atuação e encaminhamento às Redes de Atenção à Saúde.
  
- 💡 Fomentar a construção e disseminação de conhecimentos que permitam ao trabalhador qualificar-se, requalificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo atual mercado de trabalho, visando vencer o imenso abismo de desigualdade racial, com foco prioritário ao jovem negro.
- 💡 Desenvolver estratégias contínuas de promoção de campanhas educativas, com ênfase na promoção da igualdade racial e integração social, com conceitos de respeito ao semelhante a serem tratados no âmbito da escola.  
Implantar o Programa Municipal de apoio a pacientes com Anemia Falciforme, conforme diretrizes da Portaria nº1.018, de 1º de julho de 2005 que Instituiu no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias.
- 💡 Organizar, no âmbito da Política Municipal de Cultura, discussões sobre a implantação das políticas de igualdade racial.
  - ▶ Criar edital de valorização da cultura negra.

## Propostas

Organização, conscientização e mobilização do mês da Consciência Negra em âmbito municipal.

- 💡 Ter como uma das diretrizes basilares de todas as políticas públicas municipais aspectos que promovam a redução da desigualdade racial e de gênero no acesso aos recursos econômicos e sociais, garantindo às minorias sociais melhores condições de acesso à formação e ao mercado de trabalho, bem como ampliação da representação e participação nos espaços sociais.
- 💡 Promover o desenvolvimento e estruturação de iniciativas de economia solidária e colaborativa incentivando o empreendedorismo, cooperativismo, as iniciativas autônomas de economia criativa e desenvolvimento local, ampliando a participação e representatividade da população negra na economia.

### IDOSOS

- 💡 Em consonâncias com as estratégias definidas na área temática de Saúde deste Plano de Governo, consolidar e aprimorar um Programa Integrado de estratégias de atendimento às pessoas idosas.
  - ▶ Criação de pelo menos dois centros Centros de Referência em Saúde do Idoso, com acompanhamento médico, fisioterápico, psicológico, nutricional, físico, entre outros, de modo a responder com estratégias integradas às características de saúde dessa faixa etária da população.
  - ▶ Fortalecimento do Centro de Convivência da Pessoa Idosa no Calafate desde 2018, no bojo dessa iniciativa.
    - Ampliar o Programa de Assistência Domiciliar ao

- ▶ Idoso, com serviços médicos, de enfermagem, fisioterapia, gerontologia, dentista, nutricionista, cuidadores, educador físico oferecidos nas residências dos idosos com visitas de equipe multiprofissional;
- 💡 Promover a educação gerontológica da população, principalmente, dos profissionais que lidam com o público idoso.
- 💡 Fomentar o conceito do envelhecimento ativo por meio da Integração com as políticas de assistência social, cultura, esporte, lazer e empreendedorismo.  
Implantar o projeto **CUIDADORES DE IDOSOS** com uma integração entre as políticas de apoio aos idosos, saúde e mercado de trabalho.
  - ▶ O projeto consiste em um centro de contínua capacitação para profissionais que irão atuar como cuidadores de idosos (EAD).
  - ▶ Os interessados cursam um programa de aprendizado de aproximadamente 40 dias e se cadastram em um banco de cuidadores da prefeitura.
  - ▶ As famílias interessadas podem acionar esse banco para contratar cuidadores referenciados pelo curso e com supervisão mensal para trabalharem em suas casas.
  - ▶ Essa ação irá regular e fomentar um trabalho atualmente caracterizado por significativa informalidade, que precisa de atenção e acompanhamento, além de orientar as famílias sobre contratação, condições e jornadas de trabalho. Os cursos seriam totalmente gratuitos, bem como a supervisão, o acompanhamento e a intermediação.
- 💡 Ampliar o Programa de Atendimento Social e de Assis-

## Propostas

tência aos idosos com dificuldade de locomoção.

-  Criar estratégias contínuas de apoio social, psicológico e jurídico aos idosos em situações de violação de direitos, como violência intrafamiliar, discriminação e situação de rua.
-  Articular em âmbito comunitário os grupos **ENCONTRO DE GERAÇÕES** para convivência entre jovens e idosos para troca de experiências, convivência e conhecimento.
-  Promover a inclusão digital da população idosa, criando estruturas e instrumentos de facilitação ao acesso aos equipamentos públicos de informática.
-  Desenvolver programa de atividade física para idosos, supervisionada por profissionais de saúde e educadores físicos, aproveitando-se dos espaços existentes nas comunidades ( academias ao ar livre, parques, escolas).
-  Reformular em todas as esferas municipais de relação com o cidadão (tributos, gestão urbana, trânsito, dentre outros) a cultura de fiscalização orientativa e educativa, com estratégias prévias de educação com orientação permitindo a correção de qualquer irregularidade dentro de prazos previamente estabelecidos. Não existirá a cultura da “multa pela multa”, é importante que a prefeitura tenha uma relação de boa fé e confiança com o cidadão.

# Expediente

Revisão de texto

**Francisco Aquinei Timóteo Queirós**

Projeto gráfico, diagramação e fotos

**Glauco Capper**

Coligação

**Unidos por uma Rio Branco melhor**





minorukinpara

---